MARIO PINTO SERVA

o intelectual e as fronteiras do campo educacional (1915 – 1928)

ALEXANDRE SIMÃO

MARIO PINTO SERVA

O INTELECTUAL E AS FRONTEIRAS DO CAMPO EDUCACIONAL (1915 – 1928)

Alexandre Simão

MARIO PINTO SERVA
O INTELECTUAL E AS FRONTEIRAS DO CAMPO EDUCACIONAL (1915 – 1928)

Alexandre Simão

Marília/Oficina Universitária
São Paulo/Cultura Acadêmica
2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – FFC
UNESP - campus de Marília

Auxílio Nº 0798/2018, Processo Nº 23038.000985/2018-89, Programa PROEX/CAPES

Ficha catalográfica
Serviço de Biblioteca e Documentação - FFC

Simão, Alexandre.
S568m Mario Pinto Serva: o intelectual e as fronteiras do campo educacional(1915 – 1928) / Alexandre Simão. – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2020.
178 p. : il.
Inclui bibliografia
ISBN: 978-65-86546-81-1 (Impresso)
ISBN: 978-65-5954-008-2 (Digital)
DOI: https://doi.org/10.36311/2020.978-65-5954-008-2
1. Serva, Mário Pinto. 2. Intelectuais. 3. Educação - São Paulo (Estado) – 1015-1926. 4. Brasil – História – República Velha – 1889-1930. I. Título.
CDD 370.9

Editora afiliada:

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora UNESP
Oficina Universitária é selo editorial da UNESP - campus de Marília

AGRADECIMENTOS

Este livro foi apresentado originalmente como dissertação de Mestrado, no Programa de Pós-graduação em Educação, da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, campus Marília. Agradeço aos professores, funcionários e à instituição por possibilitarem minha aproximação com um ambiente acadêmico essencial ao desenvolvimento da pesquisa.

Em especial, agradeço à professora Ana Clara Bortoleto Nery, pela orientação atenciosa, pelo auxílio na adaptação do texto e pela apresentação da obra.

De igual modo, agradeço aos professores José Gonçalves Gondra (UERJ) e Tony Honorato (UEL), membros da banca examinadora, pelos relevantes apontamentos e sugestões ao aprimoramento do trabalho.

Agradeço aos meus amigos, pelas reflexões e por proporcionarem ótimas risadas e momentos de descontração. Evitando, por descuido, esquecer alguém, não os mencionarei nominalmente. Eles sabem a quem me refiro.

Aos meus companheiros de jornada na rede estadual de ensino, por sua luta diária pela garantia de um ensino público de qualidade.

Ao meu pai, Mário César Simão (*in memoriam),* pelos ensinamentos nos anos em que convivemos. Espero que, onde estiver, saiba o quanto sinto sua falta.

À minha mãe, Célia, por sempre me estimular a buscar o conhecimento. Devo a ela tudo que sou e tenho. Sem seu amor e compreensão jamais chegaria até aqui. Te amo muito!

Aos meus irmãos, Mário e Gabryele, e a toda nossa família, em destaque Simone, Renato, Miguel e Stella.

À minha prima, Carolina Mellies, pela revisão e formatação cuidadosa do texto.

À minha amada e companheira, Lis Doreto, por me ajudar a suportar o peso dessa etapa, sempre apoiando, revisando meus textos, me escutando nos momentos de dificuldade e trazendo palavras de amor, conforto e paz. Ao seu lado, redescubro a cada dia o significado de amar.

Aproveito, por fim, para agradecer a família Doreto, sobretudo o senhor Oswaldo Doreto Campanari e a senhora Esther Pierina Doreto, por me acolherem de braços abertos.

“Sem educação popular viveremos eternamente neste arremedo de democracia e de vida civilisada, convulsionados periodicamente por crises sociaes, economicas e políticas que nos atiram muitos annos para trás, cumprindo o castigo de Sisypho”

(Mario Pinto Serva, *A Reconstrucção Nacional*, 1917)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Trecho censurado do artigo "O Estado de Sítio" de Mario Pinto Serva 71
Figura 2 - Anúncio da candidatura de Mario Pinto Serva publicado nos classificados do jornal. 73
Figura 3 - À esquerda, a contracapa do livro com menção a outras obras do autor, à direita, fotografia de Mario Pinto Serva impressa na folha de rosto. 98
Figura 4 - Anúncio dos livros *O voto secreto* e a *A Educação Nacional* publicado na primeira página d'*O Estado de S. Paulo* em 02 de abril de 1925..99
Figura 5 - Anúncio comentado de A Educação Nacional publicado em *OESP*. 100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela comparativa sobre o total de crianças matriculadas em escolas e em idade escolar. 92
Tabela 2 - Tabela sobre a porcentagem de analfabetos, estado por estado. 92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE Associação Brasileira de Educação
LNSP Liga Nacionalista de São Paulo
OESP O Estado de S. Paulo
PRP Partido Republicano Paulista

SUMÁRIO

PREFÁCIO 13

INTRODUÇÃO 17

Capítulo 1 25

Mario Pinto Serva entre os educadores e a educação 25

1.1 Mario Pinto Serva: advogado, jornalista e político 25

1.2 Imprensa, intelectuais e educação na Primeira República: apontamentos historiográficos 30

1.3 Os intelectuais entre os séculos XIX e XX: considerações para o estudo de sua atuação 38

1.4 A figura do *educador* em meio a advogados, médicos e engenheiros 44

Capítulo 2 57

"A campanha a pelejar": intelectuais, instituições e redes de sociabilidade 57

2.1 "O nosso distincto collaborador": Mario Pinto Serva e o jornal *O Estado de S. Paulo* 57

2.2 Uma "benemérita instituição paulista": a *Liga Nacionalista de São Paulo* 74

2.3 "União e Educação Nacional": Mario Pinto Serva na I e II Conferência Nacional de Educação 89

Capítulo 3 97

“A espinha dorsal da nacionalidade”: a educação nos artigos de Mario Pinto Serva em *O Estado de S. Paulo* (1915 – 1928) e no livro *A Educação Nacional* (1924) 97

3.1 A Educação Nacional (1924) 97

3.2 “O dever do intellectualismo brasileiro” 101

3.3 A figura do analfabeto e o papel da escola 106

3.4 A municipalização do ensino 116

3.5 A Igreja Católica e o combate ao analfabetismo 121

3.6 O Ministério Nacional de Educação e as iniciativas particulares 125

3.7 A Reforma da Instrução Pública de 1920: um “monstrengo horroroso” 131

3.8 Nas fronteiras do campo educacional: os referenciais intelectuais de Mario Pinto Serva 145

CONSIDERAÇÕES FINAIS 155

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 159

Anexo 173

PREFÁCIO

A História da Educação, como campo consolidado de pesquisa no Brasil, é palco constante de mudanças, inovações e também de muitas permanências. Novos referenciais teórico-metodológicos sobre conhecidos objetos ou formas de análises consolidadas que permitem (re)conhecer novos objetos se apresentam com frequência. É essa fertilidade que permite que o passado possa ser revisitado pelos historiadores. Dessa forma, a Primeira República é um período bastante explorado pelos historiadores, em especial, e também pelos historiadores da educação. Mesmo assim novas questões sobre esse período são postas com frequência pelos investigadores.

O estudo que dá origem ao presente livro traz à tona um personagem pouco presente na historiografia e que tem uma participação peculiar no campo educacional paulista, nas décadas de 10 e 20 do século XX. Mario Pinto Serva atua a partir das bordas, ou, analisando de outra forma, atua na intersecção do campo educacional com o campo político.

Alexandre Simão, autor deste livro, privilegia o olhar sob esse agente com o apoio de uma acurada lente. Amparado por uma historiografia clássica e apoiando-se em novas abordagens, vai progressivamente desvelando seu objeto. O texto fluido prende o leitor e o faz percorrer os problemas educacionais daquele momento, alguns deles na ordem do dia atualmente.

Foi a partir da leitura atenta do jornal *O Estado de S. Paulo*, no período da Primeira República, que o autor começou a perceber a

https://doi.org/10.36311/2020.978-65-5954-008-2.p13-15

peculiaridade de Mario Pinto Serva. É nas páginas desse periódico que se encontra a maior parte dos escritos que expressam o pensamento educacional defendido por Serva, enquanto articulista. Não há como desconsiderar a importância do jornal na elaboração de um discurso educacional de peso naquele período. Basta lembrarmos do Inquérito de 1914 e do Inquérito de 1926, ambos sobre a instrução pública paulista, e seus desdobramentos para compreendermos o papel da grande imprensa em geral, e desse diário paulista, em específico, na condução de uma pauta sobre a educação. Por outro lado, as décadas de 1910 e 1920 são marcadas pela grande efervescência política e cultural, e pela evidente derrocada da aposta republicana de solução dos problemas nacionais por meio da escolarização.

Nesse cenário, como bem explora Alexandre Simão, Mario Pinto Serva participa de importantes instituições que o permitem circular por espaços legitimadores e estabelecer significativas relações pessoais, como a *Liga Nacionalista de São Paulo* e a *Associação Brasileira de Educação* (ABE).

Enquanto o período é de constituição de um corpo de saberes pedagógicos e educacionais e um corpo profissional – os chamados educadores – outros atores participam das discussões sobre educação: médicos, engenheiros e advogados, ou seja, portadores de credenciais que lhes conferem autoridade. Foi assim que, por exemplo, se constituiu a *Sociedade de Educação de São Paulo*, fundada em 1923 por Oscar Freire – professor da Faculdade de Medicina de São Paulo – que por quase 7 anos desenvolveu suas atividades no espaço da Escola Normal da Capital. A *Sociedade de Educação* – na década de 1920 – ao lado da *Liga Nacionalista de São Paulo* – na década de 1910 – será o lugar privilegiado da construção do discurso em defesa da educação paulista e se agremiará à ABE ao final da década de 1920.

É buscando compreender os meandros do campo educacional paulista e o lugar ocupado por Mario Pinto Serva que a narrativa deste livro se organiza. As análises são frutos do entrelaçamento dos conceitos de campo (Bourdieu) e de rede de sociabilidades (Sirinelli) que permitem compreender o papel de Serva nas lutas pela legitimidade no campo educacional paulista, campo dotado de certa estabilidade no início da década de 1920 mas que começa a se dividir ao final da mesma década.

Com propriedade, o autor analisa artigos de jornal escritos por Mario Pinto Serva e um livro autoral, *A Educação Nacional*, se preocupando com as particularidades de cada suporte editorial como fonte de pesquisa em História da Educação e compreendendo que a produção e circulação de discursos são elementos essenciais na constituição do campo educacional. Antes, analisa a trajetória intelectual e as redes de sociabilidade do personagem/autor para compreender as formas pelas quais ele ocupa um lugar no campo educacional paulista. Nessa empreitada, Simão revela elementos que reforçam teses de autores que estudaram outros intelectuais do mesmo período: a centralidade da *Liga Nacionalista de São Paulo* na construção e circulação de temas candentes sobre educação e a expressão que seus membros tiveram no campo educacional, tanto paulista, como brasileiro. Deste grupo lembramos Oscar Thompson, Sampaio Doria e Lourenço Filho, todos com passagem pela Faculdade de Direito de São Paulo.

Ana Clara Bortoleto Nery
Isolada pela pandemia, setembro de 2020

INTRODUÇÃO

Em 19 de dezembro de 1951, a Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou a lei 1.390, de autoria de Antonio Carlos Salles Filho, concedendo a Mario Pinto Serva o título de "Educador Emérito". A homenagem pelos "relevantes serviços prestados ao Ensino no Brasil", previa ainda o pagamento de uma pensão vitalícia ao jornalista, no valor de CR$ 5.000,00.

A condecoração foi recebida com os aplausos do jornal *O Estado de S. Paulo*[1], que aproveitou a ocasião para ressaltar as contribuições de Mario Pinto Serva às campanhas educacionais lideradas pelo impresso.

Conhecido como um "propagandista incansável", o jornalista figurou intensamente nos debates educacionais da Primeira República (1889-1930). No entanto, poucos estudos se debruçaram sobre essa atuação e, nenhum, de maneira específica. Chamando atenção a esse aspecto, Valéria Medeiros (2005) aponta para as poucas menções feitas a Mario Pinto Serva na historiografia educacional, ressaltando que, quando citado, os trabalhos o categorizam como educador. Todavia, o uso de tal classificação enceta discussões, visto que os autores não apresentam os critérios que a justifiquem. Embora sua tese esteja voltada à análise da *trajetória* (SIRINELLI, 1996) intelectual de Antonio de Sampaio Dória, Medeiros (2005) traz importantes contribuições para o estudo dos intelectuais do campo educacional do período ao traçar as redes de *sociabilidade* constituídas em torno da *Liga Nacionalista de São Paulo,*

[1] JUSTA homenagem a um jornalista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 09 de jan. de 1952, p. 09.

movimento que reuniu muitos membros da elite cultural paulista, entre eles, Mario Pinto Serva.

Além da tese de Medeiros (2005), dois outros estudos formam um quadro interessante de análises no sentido de terem abordado com maior amplitude a participação de Mario Pinto Serva nos debates educacionais da imprensa entre as décadas de 1910 e 1920. A tese de doutorado, em Ciências Sociais, defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2002, *Uma nação à paulista: nacionalismo e regionalismo em São Paulo (1916-1929)*, de Cássia Chrispiano Adducci, ao examinar os artigos publicados pelos liberais paulistas na imprensa periódica, procurou demonstrar como esses intelectuais se articulavam para propor um modelo de nação que partia da experiência regional. Ao levantar os diferentes temas e campanhas em que esses personagens se engajaram, a pesquisa de Adducci (2002) evidencia a atuação de Mario Pinto Serva na divulgação de interpretações sobre as raízes do atraso brasileiro e do papel atribuído a São Paulo na condução das políticas nacionais. Utilizando-se também dos periódicos como fonte, em dissertação de mestrado defendida em 1999, Doris Sathler Larizzatti analisa os projetos educacionais d'*O Estado de S. Paulo* nos anos 1920 na tentativa de problematizar os referenciais adotados pelos representantes do jornal na divulgação dessas propostas. A autora destaca a participação de Mario Pinto Serva na campanha de alfabetização do impresso, no entanto, insere o articulista e os demais colaboradores do jornal na vala dos chamados "renovadores da educação nova". Essa escolha conceitual, no entanto, é questionável, visto que a produção historiográfica atual tem demonstrado que esse período envolve uma gama de sujeitos e instituições que, inseridos num amplo movimento de reordenação social, extrapolam o âmbito dos chamados "pioneiros" escolanovistas.

Ainda a respeito dos projetos educacionais do matutino paulista, Edna Mercado, na dissertação *A educação no jornal O Estado de S. Paulo: 1890-1920*, defendida em 1996, também faz menção a Mario Pinto Serva na campanha de combate ao analfabetismo iniciada pelo periódico em meados da década de 1910. Apesar de, na hipótese da autora, *O Estado de S. Paulo* ser tratado como órgão subordinado ao *Partido Republicano Paulista,* o que contraria a historiografia sobre a trajetória do jornal, o trabalho ajuda a compreender como o impresso se constituiu num dos principais agentes propagadores do pensamento educacional brasileiro no início do século XX.

A atividade de Mario Pinto Serva na imprensa periódica nas últimas décadas da Primeira República é bastante complexa, pelo que o jornalista participou ao mesmo tempo de vários impressos, o principal deles *O Estado de S. Paulo.* Embora não tenha colaborado exclusivamente com o jornal da família Mesquita, os artigos educacionais que publicou nessa folha mostram seu intenso comprometimento com as balizas ideológicas do periódico sendo, portanto, de fundamental importância. Não se descarta, todavia, a relevância de seus artigos sobre educação publicados em outros jornais, alguns deles reunidos em sua obra *A Educação Nacional,* de 1924.

Assim, o presente trabalho analisa os textos publicados n'*O Estado de S. Paulo* e os compilados em *A Educação Nacional,* imersos no quadro de tensões e disputas que marcam os anos finais do regime republicano oligárquico. As duas fontes analisadas, o jornal e o livro, configuram um *corpus* singular por concentrarem as principais ideias e propostas que compõem o pensamento educacional do jornalista naquele momento.

Até o presente, esse conjunto de artigos não foi estudado de forma sistemática. É possível avaliar que, nos trabalhos supracitados, as

publicações de Mario Pinto Serva n'*O Estado de S. Paulo* foram abordadas com a finalidade de exemplificar os apontamentos feitos sobre uma determinada conjuntura cultural, política e educacional. Os aspectos profissionais e pessoais que envolveram sua carreira na imprensa, bem como a relação entre seus artigos e o *itinerário* que estabelece no campo educacional paulista, foram deixados de lado. Faz-se necessário, portanto, tecer alguns comentários sobre o cenário da imprensa e da atividade intelectual nesse contexto.

Nas primeiras décadas do século XX, a imprensa configurou-se como a principal instância de produção cultural, sendo peça fundamental na profissionalização do trabalho intelectual. Na medida em que as grandes cidades se modernizavam e a vida cotidiana tornava-se mais acelerada, a demanda por novos produtos culturais crescia. Com os avanços obtidos na composição gráfica dos impressos (em seus diversos formatos: jornais, panfletos e revistas), foi possível elevar a velocidade e reduzir os custos de impressão, favorecendo consideravelmente o surgimento de diversas publicações. Assim, demandando um número cada vez maior de colaboradores, esses meios de comunicação se mostraram uma ótima oportunidade para aqueles que buscavam reconhecimento.

De fato, estar na imprensa significava poder articular a carreira política. Aderir à linha editorial de um impresso e levantar suas bandeiras consistia em obter dos poderosos proprietários os recursos materiais e institucionais que não podiam esperar do mercado de profissões.

Nessa perspectiva, por se inserirem nesse tipo de suporte (o jornal), os artigos de Mario Pinto Serva não podem ser analisados sem considerarmos tais condições. Como um empreendimento intelectual coletivo, que reúne indivíduos com objetivos em comum, os periódicos carregam, de modo geral, diferentes aspectos políticos e culturais de seus

respectivos produtores sociais. Conforme aponta Jean-François Sirinelli (1996), o uso desse tipo de fonte é essencial ao estudo dos intelectuais, uma vez que essas publicações "conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão – pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem – e de exclusão advindas" (SIRINELLI, 1996, p. 249). Dessa forma, envolvidos em uma dinâmica de interesses, os periódicos constituem-se num espaço de sociabilidade. É preciso, portanto, considerar esses aspectos que, muitas vezes, não vem à tona quando analisado apenas o conteúdo das publicações.

Frequentemente, a historiografia tem destacado o potencial desses suportes como fonte de pesquisa. No entanto, o pesquisador precisa estar atento a alguns cuidados em sua abordagem. Isso, porque na passagem do século XIX ao XX, as empresas jornalísticas tornaram-se grandes indústrias de caráter mercantil. Visando atender suas necessidades de mercado, priorizavam em suas publicações aquilo que era mais lucrativo. Sendo assim, a utilização dos periódicos como elemento de testemunho histórico demanda considerar, além das questões técnicas que envolvem sua produção, a natureza dos capitais neles envolvidos e os acordos firmados com seus mantenedores. Desse modo, para entendermos essa fase do percurso intelectual de Mario Pinto Serva, devemos nos debruçar sobre as relações estabelecidas entre o intelectual e o jornal *O Estado de S. Paulo,* o que requer analisar aspectos da composição do impresso e de sua trajetória.[2]

[2] Um levantamento importante sobre as mudanças ocorridas no campo historiográfico em relação à utilização dos periódicos como fonte e objeto de investigação foi realizado por LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In:* PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas.* São Paulo: Contexto, 2003. p.111-153.

Neste livro, procuro compreender, por meio da imprensa periódica, as estratégias acionadas por Mario Pinto Serva para se projetar politicamente a partir do campo educacional paulista. Para tanto, analiso seus artigos sobre educação publicados no jornal *O Estado de S. Paulo,* entre 1915 e 1928, e os reunidos em sua obra *A Educação Nacional* (1924). Acredito, dessa forma, ter desvelado as principais temáticas suscitadas pelo jornalista na complexa conjuntura que envolve a crise da Primeira República e os reflexos da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918). Além disso, buscou-se evidenciar de que forma a abordagem desses temas contribuiu para aproximá-lo dos atores e esferas de atuação do campo educacional paulista, ainda em estruturação.

A baliza temporal proposta, o período entre 1915 e 1928, começa com o ano em que Mario Pinto Serva inicia sua colaboração n'*O Estado de S. Paulo,* abrangendo a criação e extinção da *Liga Nacionalista de São Paulo,* respectivamente em 1916 e 1924, a Reforma da Instrução Pública paulista de 1920, a publicação do livro *A Educação Nacional* (1924), e se encerra com a II Conferência Nacional de Educação – realizada em Belo Horizonte, em 1928 - da qual ele participou.

Busco, dentro desse recorte, destacar o protagonismo do personagem em meio às intervenções realizadas pela categoria intelectual a que pertencia, os profissionais liberais, no campo educacional. A opção por focar nas características desse grupo composto por advogados, médicos e engenheiros decorre da constatação de que essas figuras são as que mais sensivelmente aparecem nos espaços analisados e cuja atuação mais interessava aos contornos desse trabalho.

O livro foi organizado em três capítulos. No primeiro, *Mario Pinto Serva entre os educadores e a educação,* busco analisar a *trajetória* intelectual de Mario Pinto Serva até o momento de sua aproximação com o jornal *O*

Estado de S. Paulo. Nesse caminho, procuro mapear os espaços que contribuíram em sua formação. Em seguida, discuto o cenário de atuação dos intelectuais brasileiros no início do século XX, evidenciando alguns aspectos importantes do debate historiográfico sobre o tema. Por último, apresento a definição de intelectual correspondente ao período e discuto a atuação dos profissionais com escolaridade superior na estruturação do campo educacional paulista.

No segundo capítulo, *"A campanha a pelejar": intelectuais, instituições e redes de sociabilidade*, analiso de que modo a presença de Mario Pinto Serva nas redes de *sociabilidade* estabelecidas ao redor do jornal *O Estado de S. Paulo* e da *Liga Nacionalista de São Paulo* esteve relacionada à sua passagem pelo campo educacional paulista. Na sequência trato da participação do jornalista nos eventos promovidos pela *Associação Brasileira de Educação.*

Por fim, no terceiro capítulo, *"A espinha dorsal da nacionalidade": a educação nos artigos de Mario Pinto Serva em O Estado de S. Paulo (1915 – 1928) e no livro A Educação Nacional (1924),* são analisados os artigos do autor levando em consideração os debates e tensões entre os atores educacionais do período. Ao levantar os principais temas e ideias apresentadas pelo articulista, procuro evidenciar as estratégias discursivas que ele mobilizou para dialogar com seus pares e com os representantes do poder.

Capítulo 1

Mario Pinto Serva entre os educadores e a educação

1.1 Mario Pinto Serva: advogado, jornalista e político

Nascido na cidade de São Paulo, em 26 de julho de 1881, Mario Pinto Serva foi o sexto de nove filhos do casal Jayme Soares Serva e Victória Pinto Serva. A primeira Alice, depois Jayme, Antonieta, Victória, Luiz, Mario, Clélia, Marieta e, o último, Leão Renato. O pai, médico e diretor da Secção de Estatística Demographo-Sanitária do Serviço Sanitário da capital paulista, era descendente do fundador da imprensa na Bahia Manoel Antonio da Silva Serva e foi um dos primeiros membros do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Natural de Itu, a mãe vinha de uma tradicional família da região, sendo seus irmãos, Adolpho e Antonio, figuras ligadas ao *Partido Republicano Paulista*.

Quando jovem Mario estudou primeiras letras com professores particulares. O espaço doméstico transformado em local de estudo trouxe grandes contribuições a sua formação. Sempre muito movimentada, a casa da família na Rua São Bento recebia diversas visitas e hóspedes, como Rui Barbosa, que faziam da mesa de jantar um lugar de "grandes palestras".[3]

[3] O episódio foi lembrado por Antonio Constantino no artigo *Rui na casa de Dr. Jaime,* que compunha a série *Evocações da Faculdade de Direito* publicada pelo *O Estado de S. Paulo* (07 nov. 1944, p. 4). Nele o autor traz o relato de Jayme Pinto Serva, irmão de Mario Pinto Serva, sobre a proximidade da família com a Águia de Haia, conforme demonstra o trecho a seguir: "Rui Barbosa ficou residindo durante alguns meses na casa de meu pai,

O contato com o ambiente escolar veio apenas aos 14 anos, após ingressar nos preparatórios do Curso Anexo da Escola Normal da Capital. Em 1897, aos 16 anos, seguindo os passos dos irmãos Jayme e Luiz, matriculou-se na *Faculdade de Direito de São Paulo,* sendo um dos mais novos estudantes em sua turma (MELO, 1954, p. 569-570; MEDEIROS, 2005, p.96).

A opção pela carreira de advogado demarca um momento importante na trajetória intelectual de Mario Pinto Serva. Como principal instância de produção ideológica na Primeira República (1889-1930), a *Faculdade de Direito* era responsável por promover a integração intelectual, política e moral dos filhos e parentes próximos das oligarquias. De fato, um título conferido pela instituição garantia legitimidade aos jovens bacharéis e abria oportunidades para alavancar a carreira próxima aos núcleos de poder. Além disso, o convívio durante esse período com outros moços da elite paulistana, a exemplo de Oscar Thompson, Plínio Barreto e Reynaldo Porchat – todos eles figuras importantes do cenário educacional paulista na década de 1920 –, configurou uma das principais redes de relações dentre as quais o jornalista participou e que será abordada mais adiante[4].

Em 1901, Mario Pinto Serva termina o curso de Direito, ingressando rapidamente no serviço público como promotor na comarca de Itaporanga[5]. No ano seguinte, consegue remoção para a comarca de

---

tendo como companheiro de quarto meu tio Adolpho Pinto, estudante de preparatórios [...] Refere ainda hoje minha mãe, dona Vitoria Pinto Serva, que o assunto preferido de Rui Barbosa, naquela ocasião, era a guerra franco-alemã que estava no auge, e não só sobre política como sobre religião ele se manifestava com o desassombro de suas ideias amplamente liberais, sempre afirmando seu ponto de vista avançado, sendo um palestrador vivaz e admirável. Lembra-se ela de muitas palestras que provocava e alimentava durante as refeições" (CONSTANTINO, 1944, p. 4, grifos nossos).

[4] Me refiro à *Liga Nacionalista de São Paulo,* que será analisada em profundidade no capítulo 2.

[5] Fundado em 1871, o município de Itaporanga se localiza as margens do Rio Verde, na região sul no estado de São Paulo. Para mais informações, conferir o site da Prefeitura de Itaporanga: http://www.itaporanga.sp.gov.br/novoportal/.

Tietê[6] e, dias depois, perde seu pai, vítima de problemas respiratórios. Um mês depois, o irmão Jayme morre de tuberculose.

O momento das perdas do irmão mais velho e, sobretudo, do pai, marca outra dobra importante na vida de Mario Pinto Serva. Tal situação, conforme aponta Sergio Miceli (2001), traduzia-se para a família como a morte da posição social que a figura paterna ocupava e de todas as posições homólogas no espaço da classe dirigente. Desse modo, aos herdeiros restava como alternativa acionar as estratégias de mobilização do capital de relações familiares, buscando obter vantagens como um cargo público ou num órgão de imprensa. No caso da família Serva, tratava-se de recorrer ao prestígio adquirido pelo trabalho político do pai para viabilizar o acesso às posições de mando, criadas pela expansão das instituições políticas e administrativas[7].

Passados dois anos, Mario Pinto Serva retorna a São Paulo sendo nomeado, por intermédio do irmão Luiz, sub-delegado de polícia no distrito da Lapa, função que começa a exercer paralelamente à atividade de advogado. Nessa fase, o articulista amplia sua rede de relações comparecendo a missas de falecimento de figuras políticas, cerimônias da *Faculdade de Direito,* jantares beneficentes, entre outras ocasiões constantemente noticiadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo.*

---

[6] Elevada à categoria de município em 1862, Tietê está localizada na atual Região Metropolitana de Sorocaba, estado de São Paulo. Para mais informações, conferir o site da Prefeitura de Tietê: http://www.tiete.sp.gov.br/.

[7] Miceli ainda ressalta que o estudo dos intelectuais é indissociável da história social de suas famílias. Nesse sentido, conforme aponta, "[...] as profissões intelectuais constituem um terreno de refúgio reservado aos herdeiros das famílias pertencentes à fração intelectuais e, em particular, aos filhos das famílias em declínio. Esses últimos, tendo podido se livrar das ameaças de rebaixamento social que rondavam os seus, tiveram a oportunidade de se desgarrar de seu ambiente de origem, e, ao mesmo tempo, de objetivar com seus escritos essa experiência peculiar de distanciamento em relação a sua classe". Ver: MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 82.

No ano de 1910, o tio, o engenheiro Adolpho Pinto, indica Mario Pinto Serva para o cargo de secretário do Escritório Central da Companhia Paulista de Estradas de Ferro em Jundiaí. Durante esse período, empenha-se na Campanha Civilista de Rui Barbosa, onde começa a se destacar pela redação de alguns panfletos. Finda a exaltação das disputas presidenciais, decide casar-se com Noemia Fray, filha de Martinho Fray e Olívia da Silva Xavier Fray. O matrimônio com a jovem de uma tradicional família de Campinas, ao que tudo indica, colaborou para firmar sua posição entre os setores da elite paulista.

Três anos após ingressar na Companhia Paulista, em 26 de julho de 1913, data de seu aniversário de 32 anos, Mario Pinto Serva tem seu primeiro artigo como jornalista publicado no *Jornal do Commércio,* do Rio de Janeiro. Demonstrando estar atento aos debates educacionais que se intensificavam na época, o tema escolhido para a estreia foi o problema do analfabetismo[8].

Pouco a pouco, as publicações de Mario Pinto Serva sobre educação na imprensa carioca ganham repercussão e passam a ser parcialmente reproduzidas em jornais de outras localidades, como *O Estado de S. Paulo*[9]. Ao que parece, as posições defendidas pelo jornalista foram ao encontro do projeto político que, gradualmente, se estruturava em torno do grupo ligado ao poderoso proprietário desse impresso Julio Mesquita. Na edição 28 de novembro de 1915, na segunda página, Mario Pinto Serva publica pela primeira vez no periódico paulista. O artigo "O Problema da Educação em S. Paulo", dá impulso à campanha d'*O Estado*

---

[8] É importante dizer que esse artigo não foi localizado em nenhum dos acervos consultados. As informações apresentadas foram extraídas do verbete SERVA, Mario Pinto. *In:* MELO, Luís Correia. *Dicionários de Autores Paulistas.* Comissão IV Centenário da Cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Gráfica Irmãos Andrioli S.A. 1954 (Serviços de Comemorações Culturais).

[9] A sigla *OESP* (em itálico) será utilizada para me referir ao jornal *O Estado de S. Paulo.*

pela alfabetização, que teve início com a realização do primeiro *Inquérito sobre a situação do ensino primário em São Paulo e suas necessidades* em 1914[10].

Como principal órgão de imprensa fora da capital federal que possuía colaboração regular de intelectuais de prestígio, *O Estado de S. Paulo* destacava-se como representante das frações dissidentes do *Partido Republicano Paulista*. Da década de 1910 em diante, o impresso encabeçará o movimento por reformas estruturais da República e elegerá a educação e o voto secreto como bandeiras centrais dessa empreitada. Transitando frequentemente entre os dois temas, a reforma do ensino e a reforma eleitoral, Mario Pinto Serva irá assumir a "artilharia" do jornal nas críticas ao modelo vigente.

Assim, defende-se que é por meio da rede de relações que estabelece com o *grupo OESP* e com a família Mesquita, que Mario Pinto Serva articulará estratégias para construir uma imagem pública a partir do campo educacional.

---

[10] Publicado entre os dias 27/02/1914 e 20/04/1914, o Inquérito procurou diagnosticar as principais falhas na organização do ensino primário paulista, evidenciando as propostas elaboradas por um seleto grupo de entrevistados, sendo eles, por ordem de publicação: Oscar Thompson (27/02 e 28/02), Paulo Pestana (03/03), Ruy de Paula Souza (05/03), João Lourenço Rodrigues (07/03), Antonio Rodrigues Alves Pereira (08/03), João Chrisóstomo (10/03), Arnaldo de Oliveira Barreto (13/03), Antônio de Azevedo Antunes (16/03), José Ribeiro Escobar (20/03), Mariano de Oliveira (23/03), Pedro Voss (27/03), João Pinto e Silva (29/03), Francisco Azzi (30/03) e Ramon Roca Dordal (06/04). Ver: BONTEMPI JR., Bruno. O inquérito sobre a situação do ensino primário em São Paulo e suas necessidades (1914): análise das intervenções jornalísticas e políticas no discurso sobre a educação. *Revista do Mestrado em Educação*, v. 11, p. 43-50, 2005.

1.2 Imprensa, intelectuais e educação na Primeira República: apontamentos historiográficos

Empenhados na modernização da sociedade brasileira, entre as décadas de 1910 e 1920, intelectuais compartilharam o sonho de um país integralmente alfabetizado. Inseridos num contexto de intensa atividade ideológica e de participação ativa de diversos setores sociais, esses "homens cultos" estabeleceram por meio da imprensa periódica amplas redes de *sociabilidade* por onde circulavam suas ideias e projetos políticos.

Acompanhando de perto as transformações da vida cotidiana nas grandes cidades, os impressos se apresentavam como principal instância de produção cultural no período. Na medida em que a população urbana crescia e os espaços se modernizavam, a procura por novos produtos culturais, de conteúdo inédito, também se ampliava. Com os avanços obtidos na composição gráfica desses suportes, foi possível elevar a velocidade e reduzir os custos de impressão, favorecendo considerávelmente o surgimento de diversas publicações[11].

A industrialização das formas de comunicação social, nesse sentido, ampliava a demanda por novos colaboradores e, por sua vez, diversificava as oportunidades para profissionalização do trabalho intelectual. Assim, como alvo de disputas entre as facções oligárquicas, as empresas jornalísticas configuravam-se como importante meio de consagração aos que pretendiam alavancar a carreira literária ou política.

---

[11] Muitos trabalhos abordam essas questões, contudo, para maiores informações sobre os diferentes processos de produção dos impressos e sua evolução, ver: LABARRE, Albert. *História do Livro*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005. Para maiores esclarecimentos sobre a imprensa brasileira e seu desenvolvimento, ver: BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*: história da imprensa brasileira. v. 1. Rio de Janeiro: Mauad, 2009 e SODRE, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

> Não havendo, na República Velha, posições intelectuais autônomas em relação ao poder político, o recrutamento, as trajetórias possíveis, os mecanismos de consagração, bem como as demais condições necessárias à produção intelectual em suas diferentes modalidades, vão depender quase que por completo das instituições e dos grupos que exercem o trabalho de dominação. Em termos concretos, toda a vida intelectual era dominada pela grande imprensa, que constituía a principal instância de produção cultural da época e que fornecia a maioria das gratificações e posições intelectuais. (MICELI, 2001, p. 17).

Nessa perspectiva, estar na imprensa consistia em obter o *capital simbólico* necessário para se destacar entre os pares. Conforme aponta Pierre Bourdieu (1996), a figura do intelectual acaba por se constituir pelas intervenções que realiza no campo político em nome da autonomia e dos valores específicos de um campo de produção cultural. Noutros termos, alinhar-se à linha editorial de um impresso e levantar suas bandeiras significava poder adquirir dos poderosos proprietários os recursos materiais e institucionais que não podiam esperar da oferta de cargos públicos ou do mercado literário (BOURDIEU, 1996, p. 68).

Assim, cada qual a sua maneira, esses articulistas invocaram a realidade nacional, tendo como fundamento as correntes científicas em voga e que se mostravam como a chave para compreensão do mundo social e material. Por dominarem saberes socialmente valorizados, esses intelectuais procuraram em suas publicações criticar as instituições políticas corruptas, reivindicando pra si a responsabilidade pela condução do país. Como bem aponta Tania Regina de Luca:

> A intelectualidade do início do século XX obstinadamente refletiu sobre o Brasil, intentando abarcar sua especificidade. Desse esforço

> resultou um amplo conjunto de representações que instituíam problemas, imaginavam soluções e acalentavam diferentes sonhos e projetos de futuro. (LUCA, 1999, p. 18).

Nesse sentido, estreitamente vinculada a temas como a República e a democracia, a *causa educacional* excitava a consciência de muitos escritores. Portadores de um sentimento de superioridade intelectual, esses personagens pretendiam tutelar a transmissão da cultura as massas. Tal atitude "benevolente", alinhada às ideias em circulação no mundo, buscava adequar o sentido das medidas modernizantes aos trópicos.

Dentre os diversos grupos políticos envolvidos nesse processo, destaca-se, sobretudo, a dissidência oligárquica aglutinada em torno do jornal *O Estado de S. Paulo:* o chamado *grupo OESP.* Defensor dos princípios liberais, esse grupo de intelectuais elaborou um programa de ação que visava tornar o sistema eleitoral mais representativo e integrar as frações da classe dominante não representadas na estrutura de poder com os segmentos urbanos em expansão. Para tanto, fazia-se necessário se apropriar do rebanho das elites políticas, e isso só seria possível pela universalização da instrução.

Vista dessa perspectiva, a atuação de Mario Pinto Serva na imprensa chama a atenção. Apesar de ter publicado inúmeros artigos sobre os mais variados temas, suponho que, foi por sua abordagem das questões educacionais que se tornou conhecido. Um indício para essa suposição está na constatação de que a primeira menção feita pelo jornal *O Estado de S. Paulo* a sua pessoa, foi justamente para dar destaque à abordagem que fez do problema do analfabetismo.

A escolha dessa temática como mote de diversas publicações reflete, a meu ver, a principal estratégia mobilizada pelo jornalista para promover

seu nome politicamente. Ocupando cargos públicos secundários desde a conclusão do curso de Direito em 1901, Mario Pinto Serva não chegou a atuar como um "sujeito da escola", e não há informações de que tenha desempenhado qualquer função em um órgão dirigente da Instrução Pública no período abordado. No entanto, supõe-se que, ao se dedicar à divulgação da *causa educacional* nos jornais, o articulista tenha iniciado um percurso entre os atores do campo educacional paulista, o que serviu, posteriormente, para fortalecer seu nome nas eleições de 1934, quando se elegeu Deputado Estadual.

Nesse sentido, a análise dessa etapa da trajetória intelectual de Mario Pinto Serva, entre os anos 1915 e 1928, mostra-se proveitosa para entender o arsenal analítico e as estratégias por ele mobilizadas para projetar-se politicamente por meio do debate educacional. Mais que isso, dado o período em que se insere, a Primeira República, a abordagem desse momento permite ampliar as discussões para as características do campo[12] educacional ainda em formação.

Não obstante, é preciso ressaltar que tais escolhas levam em consideração os apontamentos feitos por Sergio Miceli (2001) sobre o período. Segundo o autor, a vitória política do modernismo forjou uma interpretação em que toda produção intelectual anterior à década de 1920 estaria inserida em uma "vala comum" denominada *pré-modernismo*. Rejeitando tal conceito, o autor reforça que

> nessa fase se desenvolveram as condições sociais favoráveis à profissionalização do trabalho intelectual, sobretudo em sua forma literária, e à constituição de um campo intelectual autônomo, em

[12] Adotamos a definição de *campo* elaborada por Pierre Bourdieu (2004) em BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

> consequência das exigências postas pela diferenciação e sofisticação do trabalho de dominação. (MICELI, 2001, p. 16).

Sem considerar tais aspectos, por muito tempo a historiografia tradicional colaborou para perpetuação do discurso modernista sobre esses intelectuais. Comprimidos entre os feitos concretos da geração de 1870 e o ímpeto renovador da geração de 1922, os intelectuais das primeiras décadas republicanas tiveram suas diferenças e estratégias apagadas por uma leitura homogeneizante de sua atuação.

No que concerne à historiografia educacional, os primeiros estudos a respeito dos intelectuais remontam a década de 1950. Os trabalhos de Laerte Ramos de Carvalho e Roque Spencer Maciel de Barros, inspirados na concepção de História de Wilhelm Dilthey[13], procuraram entender "o movimento do *espírito* que anima a cultura, por meio das obras e das ações dos ilustrados brasileiros, tal como Barros denominou a geração de cultos engajados no último quartel do século XIX" (VIEIRA, 2008, p. 65).

Nas décadas seguintes, a tese de Jorge Nagle (2001), *Educação e Sociedade na Primeira República*, defendida em 1966 e publicada em 1974, redirecionou o foco das abordagens para o estudo das relações entre as ideias educativas e o meio social onde elas se manifestam. Ao associar tais ideias aos agentes e instituições que as justificavam, o autor colocou em evidência a necessidade de olharmos o pensamento educacional por meio da análise de seu respectivo contexto social, político e econômico[14].

Todavia, na interpretação feita por Nagle (2001), a atuação dos intelectuais e a configuração do campo educacional no período estariam

[13] Para mais considerações sobre a ideia de história em Wilhelm Dilthey, ver o estudo: REIS, José Carlos. *Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais*. Londrina: Eduel, 2003.

[14] Cf. NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República.* Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

restritas a dois momentos: o *entusiasmo pela educação* e o *otimismo pedagógico*. O primeiro – cronologicamente anterior ao segundo – se caracterizaria pela ênfase atribuída à educação, vista como principal problema nacional e cuja solução dependiam todos os demais. Já o segundo, seria definido pela crença no poder pedagógico para a formação social do *homem novo*. Em síntese, segundo o autor, na transição entre esses dois momentos, ocorrera um processo de "esvaziamento" do sentido político conferido a educação. Assim, para Nagle (2001), durante o chamado *otimismo pedagógico* tanto o discurso quanto o campo educacional passariam a se estruturar apenas em aspectos científicos, onde predominaria a figura do técnico especialista em pedagogia, denominado *educador profissional*.

Essa interpretação foi compartilhada por longo tempo pela historiografia, com destaque para a pesquisa de Vanilda Paiva (2003), *História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos,* que a reforçou estabelecendo marcos temporais rígidos para delimitar estes dois momentos. A autora sugere que até o ano de 1925 estaríamos diante do *entusiasmo pela educação,* onde os vínculos entre educação e política ainda se mostravam evidentes, dada a permanência das campanhas pela ampliação da escolarização lideradas por agremiações de caráter nacionalista. No entanto, conforme aponta a autora, no último quinquênio do regime oligárquico, as rupturas no interior da classe dirigente levaram ao distanciamento dos educadores em relação aos núcleos políticos e de poder, fazendo com que se aproximassem de entidades e revistas especializadas, o que reforçou a propagação de um discurso técnico que priorizava a qualidade do ensino e não sua expansão[15].

[15] Cf. PAIVA, Vanilda. *História da educação popular no Brasil*: educação popular e educação de adultos. 6ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Loyola, 2003.

Contrariando a referida interpretação, Marta Carvalho (2003) demonstrou que o abandono da ênfase na difusão do ensino não representava a "despolitização" do campo educacional, mas sim sua "politização" em novos termos. Segundo a autora, portanto, compreender o *entusiasmo pela educação* e sua transformação no *otimismo pedagógico* demanda considerar os aspectos que levaram a essa "repolitização operada". Em suas palavras,

> a proposta de uma educação integral, resultante da subordinação da difusão do ensino a razões técnicas ou estritamente pedagógicas que determinassem sua qualidade, era uma das respostas políticas ensaiadas por setores da intelectualidade brasileira na redefinição dos esquemas de dominação vigentes. (CARVALHO, 2003, p. 53).

Ao levantar tais aspectos, Carvalho (1989) também evidenciou aos pesquisadores algumas das "armadilhas interpretativas" criadas pelo discurso *escolanovista* em relação ao período. Estruturada sob a polarização *novo* x *velho*, a narrativa produzida pelo movimento *renovador* – sobretudo por Fernando de Azevedo –, perpetuou uma memória histórica que obscureceu a relevância de alguns temas e questões presentes entre as lutas e conciliações que marcaram a formação do campo educacional na República Velha[16].

Tentando evitar o que chamou de "zona de pensamento perigoso", em referência ao acirramento dos embates educacionais nos anos 1930, Fernando de Azevedo (1971), em sua narrativa, pretendeu construir um "lugar" definitivo para movimento educacional. Escrita durante o Estado Novo, a obra *A cultura brasileira* apresentava as políticas centralizadoras do

[16] A esse respeito, ver o artigo: CARVALHO, Maria Marta C. O novo, o velho e o perigoso: relendo A cultura brasileira. *Cadernos de pesquisa,* n. 71, nov. 1989, p. 29-35.

regime como a concretização da campanha de renovação do ensino iniciada na década anterior. Em síntese, o autor buscou amenizar os conflitos e tensões que envolveram os atores do cenário educacional no período imediatamente anterior à Revolução de 1930, dividindo-os em rubricas generalizantes: *renovadores* x *tradicionais*. Noutros termos, posicionando-se de maneira favorável à linha política em curso, Azevedo (1971) associou o movimento da Escola Nova, ao qual pertencia, ao contexto de fermentação cultural e política cujos outros sintomas seriam a Semana de Arte Moderna (1922) e as revoltas tenentistas.

Diante desses apontamentos, vale dizer que, no âmbito da historiografia educacional, o estudo dos intelectuais das primeiras décadas republicanas esteve pautado, por muito tempo, na narrativa modernista / escolanovista. Somente a partir da década de 1980, com a divulgação da tese supracitada de Marta Carvalho (2003), é que se iniciou um processo de revisão das interpretações até então consagradas.

Nos últimos anos, pôde-se notar um crescimento significativo dos trabalhos voltados aos temas intelectuais e campo educacional. De modo geral, as pesquisas mais recentes da área têm possibilitado a ampliação da abrangência do mapa intelectual, "retirando das sombras personagens e cenários antes eclipsados pelo volume significativo de pesquisas sobre alguns líderes do movimento pela Escola Nova no país" (VIEIRA, 2008, p. 67).

É nessa direção, portanto, que se localiza o objeto desse livro. Ao refletir sobre o itinerário de Mario Pinto Serva entre os educadores nos conturbados anos finais da primeira fase republicana no Brasil, busco abrir caminho para revermos definições até então reproduzidas e poucas vezes discutidas pela historiografia educacional. Me refiro, aqui, à noção de

intelectual em vigor no período e, principalmente, um de seus desdobramentos: a figura do *educador*.

1.3 Os intelectuais entre os séculos XIX e XX: considerações para o estudo de sua atuação

A acepção de intelectual como aquele que intervém no campo político ganhou contornos mais precisos nos últimos decênios do século XIX na França. A palavra *intellectuels,* no plural, utilizada para designar um conjunto de cultos, protagonistas culturais e com identidade definida, teve ampla circulação no ambiente cultural do país à época (DENIS, 2001).

Entretanto, anterior a sua apropriação no cenário francês, o neologismo *inteligencija,* de significado aproximado, já havia sido utilizado pelo filósofo polonês Karol Libelt em sua obra *Em amor a Pátria* (1844) para representar os membros bem educados da sociedade que deveriam assumir a responsabilidade pela educação do povo e a nação. Com a grafia *intelligentsia,* o vocábulo assim entendido disseminou-se rapidamente entre os jovens literatos russos do período. Conforme aponta Carlos Eduardo Vieira (2008), o termo foi associado

> à ideia de elite que se definia pelo grau de formação e competência para tratar com o conhecimento erudito e com o cultural em geral, em contraste com as elites de sangue ou posição econômica; bem como se vinculou à ideia de grupo que, gozando de capacidades superiores de análise e elaboração de propostas sociais, se constituía como protagonista político privilegiado. (VIEIRA, 2008, p. 69).

Em sua maioria, esses escritores elegiam-se portadores da consciência nacional e, por sua vez, reivindicavam o papel de condutores do povo. Todavia, essa participação política da *intelligentsia* na vida pública russa gerava posicionamentos controversos. Muitos literatos apontavam os radicais como demasiadamente soberbos e, por conta disso, incapazes de conduzir os interesses do povo.

Essas diferentes concepções envolvendo a identidade da elite culta no contexto da Rússia no século XIX foram, de certo modo, incorporadas ao debate francês. Todavia, por lá, o marco simbólico da emergência dos intelectuais no espaço público ocorreu com a publicação do célebre manifesto *J´accuse: lettre au président de La republique* de Émile Zola no jornal *L´Aurore* em 1898, no qual expõe sua posição acerca do caso *Dreyfus.*

Marco da história política francesa durante a Terceira República, o caso teve ampla repercussão e mobilizou a ação pública de diversos artistas e escritores. Acusando o Estado de violação das normas legais no processo contra o capitão Alfred Dreyfus, condenado a prisão sob a alegação de espionagem em favor da Alemanha, vários intelectuais, entre eles Émile Zola, Marcel Proust, Émile Durkheim e Anatole France, reivindicaram por meio dos jornais uma revisão da decisão judicial apoiada em normas jurídicas de valor universal e não em função dos interesses do governo. Devido ao fato de Dreyfus ser de origem hebraica, o episódio fomentou um conjunto de debates em torno dos discursos nacionalista e antissemita, o que refletiu em uma polarização dos intelectuais, estando de um lado os que eram contra (Anti-Dreyfusard) e do outro a favor (Dreyfusard) da reabertura do processo (MARLETTI, 1986, p. 637-639; VIEIRA, 2008, p. 69-71).

De modo geral, nesses diferentes posicionamentos o que se tornou evidente foi a tomada do espaço coletivo pelos intelectuais e sua afirmação como protagonistas políticos. Noutros termos, ao adotarem uma postura polêmica frente à questão, os escritores engajados no *affaire* abriram simultaneamente o horizonte de discussões acerca das mudanças no comportamento político das elites cultas e sua influência nos debates públicos[17].

Outro aspecto importante a ser ressaltado diz respeito às condições para que essa presença pública dos intelectuais se efetivasse. De fato, as intervenções que realizaram na esfera política, embora não caracterizassem uma inovação do século XIX, tiveram como diferencial a existência de um cenário técnico que favorecia a divulgação de ideias por meio de uma ampla rede de circulação de impressos. Em realidade, é a partir da *grande imprensa* [18] que esses atores conseguiram não só elevar sua capacidade de atuar de maneira organizada, como também de obter grande apelo cívico em torno de questões pontuais. Por extensão, a atividade profissional em diferentes jornais e revistas propiciava a formação de uma identidade como protagonistas políticos e a aquisição de uma relativa autonomia intelectual.

Além disso, é bom ter presente, também, que as rápidas alterações nos cenários urbanos, o surgimento de leis escolares e a expansão das

---

[17] No que se refere ao sentido dado ao termo *intelectuais* e sua disseminação nas décadas posteriores ao *affaire,* Carlo Marletti (1986, p.637) assinala que: "Recebido com desconfiança nos dicionários e considerado frequentemente como gíria ou expressão depreciativa, o termo intelectuais conserva ainda o sentido político que recebeu, como se fosse um nome de guerra, no conflito entre conservadores e progressistas em torno do caso Dreyfuss". Para maiores esclarecimentos, conferir o verbete *Intelectuais* de MARLETTI, Carlo. *In:* BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. p. 637-640.

[18] Sobre a utilização desse termo, Tania Regina de Luca (2012, p.149) adverte que "A expressão grande imprensa, apesar de consagrada, é bastante vaga e imprecisa, além de adquirir sentidos e significados peculiares em função do momento histórico em que é empregada. De forma genérica designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro".

malhas ferroviárias trouxeram outras mudanças significativas para o plano cultural, contribuindo para a multiplicação e a alteração do *status* dessas elites culturais. Em outras palavras, cabe considerar que as transformações tecnológicas e sociais das décadas finais do século XIX e o início da centúria seguinte, foram determinantes da composição e atuação dos intelectuais. Como bem aponta Jean-François Sirinelli (1998),

> os efeitos de tais evoluções não são apenas mecânicos, determinando o número e a composição das elites culturais. São igualmente indirectos, na medida em que estas elites são também, de certa maneira, o reflexo da sociedade em que se inserem, sociedade que também evolui. (SIRINELLI, 1998, p. 266-267).

Assim, é preciso ter em mente que a configuração de um ambiente de circulação e transmissão de ideias esteve diretamente ligado às relações estabelecidas entre a esfera intelectual e o meio que a rodeia. O olhar sobre esses aspectos nos permite compreender que nas redes de sociabilidade que constituem, os intelectuais captam, em um mesmo movimento, as expectativas e sensibilidades de seu tempo e concorrem para lhes dar seus tons. Significa dizer, portanto, que é pelo seu poder de influência no plano cívico que esses atores irão se definir. No entanto, o pertencimento a essa categoria social não é simples e está sujeito a mecanismos de acesso específicos. Em síntese, o exercício da atividade intelectual consistia no domínio das regras de *recrutamento, reconhecimento* e *estratificação* presentes num determinado campo de atuação.

Por *recrutamento* entendo, tal como assinala Sirinelli (1998), a morfologia das elites culturais em um dado momento histórico. Basicamente, trata-se das competências exigidas para que haja garantia e legitimação da posição ocupada pelos intelectuais no espelho social. Como

exemplo, podemos mencionar o papel da escola e o peso conferido aos portadores de diploma. Já o *reconhecimento*, se caracteriza pelo cumprimento das normas impostas para aquisição do *status* de membro da elite. Esse, por sua vez, exerce-se por dois caminhos possíveis: seja refletindo a sociedade que o rodeia; ou por meio do prestígio obtido entre os pares. No que concerne à *estratificação,* esta se define pelo revezamento entre diferentes gerações e a transmissão do "poder" intelectual (SIRINELLI, 1998, p. 275).

Nessa perspectiva, dialogando conjuntamente com Bourdieu (2004), entende-se que os agentes em disputa no *campo* intelectual dependiam do *reconhecimento* de seu papel político-social para demarcarem uma posição de destaque na hierarquia de seu espaço de atuação (*estratificação)* e, assim, assegurarem "pra si um controle mediato das diferentes gratificações materiais ou simbólicas distribuídas pelo Estado" (BOURDIEU, 2004, p. 67).

Além dos elementos supracitados, essas noções também remetem a outros domínios que não podem ser desprezados. Me refiro aqui à *trajetória,* ao *itinerário* e às *redes de sociabilidade* dos intelectuais. A esse respeito, Sirinelli (1996) adverte que

> Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas o historiador não pode ignorar ou subestimar. (SIRINELLI, 1996, p. 248).

De fato, o meio intelectual se estrutura como um "pequeno mundo estreito, onde os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma

revista ou do conselho editorial de uma editora" (SIRINELLI, 1996, p. 248). Outro aspecto que compõe esse quadro é a assinatura e participação em manifestos. Em ambos os casos, o que se emoldura é um ambiente de fermentação de ideias, de onde podemos pinçar as amizades e inimizades, adesões e rupturas, entre outras coisas que trazem à tona as dimensões de funcionamento das redes intelectuais, as quais chamamos *sociabilidade*.

Entretanto, para que essas *redes* possam compor um objeto de investigação histórica, é imprescindível esclarecer, balizar e interpretar a *trajetória* e o *itinerário* de um ou dos vários indivíduos que delas participam. Cabe, portanto, analisar os anos de formação que antecedem o despertar de sua vocação, assim como mapear os espaços por onde circulavam e, não menos importante, seu momento de aproximação ou afastamento para com as ideologias produzidas e veiculadas entre os diferentes grupos intelectuais e a cultura política de sua época. Em termos concretos, para realizar esse processo de abordagem do pensamento, da função social e do lugar de onde e com quem fala um intelectual, é preciso ater aos vestígios materiais por ele deixados, isto é: seus escritos, discursos, conferências, memórias etc.

Assim, diante dessas colocações e levando em consideração o período e o local enfocado neste trabalho, o Brasil das décadas iniciais do século XX, adoto, portanto, a definição de *intelectual* como indivíduo que leu sistematicamente a sociedade em que viveu e que se fez conhecer publicamente a partir de seus posicionamentos políticos. No mais, reconheço como tal aquele que, como pertencente a uma categoria social distinta, a "elite cultural", exerceu algum tipo de autoridade, seja no plano endógeno (entre seus pares) ou exógeno (frente à sociedade) (SIRINELLI, 1996, p. 263). Desse ângulo, assegura-se que tanto Mario Pinto Serva quanto os demais participantes das redes de *sociabilidade* por onde ele

circulou possam ser definidos como intelectuais. Isso, porque, como veremos em profundidade a seguir, esses atores se projetaram no espaço público por meio da imprensa e do engajamento em diversas campanhas públicas, de onde articulavam estratégias para exercer influência no campo político e educacional.

1.4 A figura do *educador* em meio a advogados, médicos e engenheiros

Entre as décadas de 1910 e 1920, dada a ausência de um perfil profissional específico e de um aparato institucional que alicerçasse sua autonomia, o campo educacional, ainda em formação, contou com a presença maciça de *advogados, médicos* e *engenheiros.* A legitimidade para atuação desses profissionais no âmbito das campanhas, conferências, debates, entidades e esferas de decisão das políticas públicas de educação pode ser entendida, num primeiro momento, por meio da análise das representações sociais que esses agentes construíram de si durante sua passagem por instituições de ensino superior.

A esse respeito, as pesquisas de Bruno Bontempi (2015) têm evidenciado como no interior dessas instituições se configura um conjunto de práticas e rituais que, perpetuados por várias gerações, servem à produção e sedimentação das identidades coletivas desses bacharéis. Em suma, para além da simples obtenção de um diploma que garantisse o direito de atuação num nicho específico do mercado de profissões, na Primeira República (1889-1930), o percurso por essas instâncias e a aquisição do *status* de bacharel conferia simultaneamente a incorporação de uma vocação para classe dirigente.

De modo geral, formados numa tradição acadêmica profundamente fundamentada no interior da corrente positivista, os jovens egressos das poucas e renomadas faculdades da época (Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e Politécnica) se autoproclamavam os detentores exclusivos das chaves para apreensão e transformação da realidade social do país. Partindo de uma leitura da organização social em que a política e a ciência seriam elementos indissociáveis, os *doutores,* como eram chamados, aspiravam ao protagonismo na organização das instituições em bases racionais.

Conforme aponta Daniel Pécaut (1990), a crença que esses intelectuais mantiveram na capacidade da ciência em administrar os homens e a natureza irá se expressar numa ótica do poder que concebia a nação como uma unidade que precisava ser construída de cima. Nesse sentido, por diferentes vias, esses profissionais irão se colocar à disposição do Estado nacional, articulando as estratégias vistas como necessárias para forjar uma cultura capaz de alçar a sociedade ao patamar desejado.

Ao pleitear posições na burocracia e na política, os profissionais com escolaridade superior se debruçaram sobre as características e especificidades da nação brasileira percorrendo

> a história, a geografia, a literatura, a gramática e a filologia; estuda(ando) a composição étnica da população, a organização econômica e social, as instituições políticas, o sistema educacional e o de saúde, a produção cultural; enfim todos os aspectos que consideravam relevantes para explicar a realidade nacional. Positivismo, determinismo, evolucionismo e darwinismo social: esse o instrumental analítico que orgulhosamente ostentavam e ao qual atribuíam a capacidade de revelar, quando habilmente manejado, a verdadeira face do país. (LUCA, 1999, p. 34, grifos nossos).

A dedicação com que esses *homens cultos* se empenharam no deslumbramento do caráter nacional demonstra a maneira como encaravam sua função social. Acreditando estarem naturalmente destinados a conduzir as massas à aquisição dos seus direitos de cidadania, os profissionais liberais brasileiros do início do século XX recorreram ao prestígio de sua posição para se projetarem ao espaço público e, assim, conseguirem dar visibilidade aos seus projetos de regeneração do país.

Não obstante, ao se colocarem à disposição do Poder Público, esses grupos acabaram contribuindo para a delimitação das fronteiras identitárias dos intelectuais no plano político e, numa escala menor, no campo educacional. De certo modo, nesse período, o perfil profissional moldado pela formação em nível superior serviu para definição das regras de acesso às posições de mando nos núcleos de poder, pautadas, sobretudo, no domínio dos saberes social, político e cultural, assim como para criação das condições necessárias a profissionalização da atividade intelectual.

Tendo no nacionalismo uma maneira suplementar de obter reconhecimento por parte dos governantes, os *advogados, médicos* e *engenheiros* emplacaram o jargão científico que passou a orientar as iniciativas públicas da década de 1910 em diante. A disparidade do país em comparação às nações industrializadas da Europa, amplamente evidenciada pela produção intelectual daquele momento, serviu para munir os argumentos levantados para justificar a urgência da intervenção desses "cientistas" em favor da realização de reformas políticas. "A educação não escapou dessa onda, e foi um dos campos onde a ciência moderna teve maior acolhida como justificativa de propostas de reforma" (BOMENY, 2001, p. 29).

Buscando pôr um fim ao hiato deixado pela República entre a esfera política e a sociedade, esses ilustrados organizaram ao redor do "imperativo nacional" um universo de debates que, "manifestando divisões mas também consenso em torno do mesmo objetivo, conferia aos membros da elite intelectual a possibilidade de um reconhecimento mútuo baseado na mesma vocação" (PÉCAUT, 1990, p. 41).

É bom ter presente que os vínculos estabelecidos entre a educação do povo e a construção da nacionalidade são anteriores ao período em análise, datando aproximadamente ao momento de "emergência e disseminação da escola primária como instituição moderna e universal de socialização da infância" (SOUZA, 2009, p. 261) no decorrer do processo de constituição dos Estados-Nações no século XIX.

Desde então, as relações entre esses temas passaram a receber atenção de diversas gerações de intelectuais em momentos distintos, tais como: a Abolição, a Proclamação da República, nos anos 1920, na Revolução de 1930, entre outros. O que se destaca dessas aproximações, entre a questão nacional e a educação, são as formas pelas quais elas serviram à formulação de diferentes interpretações sobre o Brasil que, de alguma maneira, impactaram o campo educacional (SOUZA, 2009, p. 264).

Em realidade, após a eclosão do conflito bélico na Europa em 1914, quando as expectativas que a *intelligentsia* nacional cultivava em relação ao futuro foram postas em xeque, o fervor nacionalista pela *causa educacional* ganha força. Por envolver países onde a escolarização da população encontrava-se amplamente difundida, a Grande Guerra acabou por impulsionar a revisão dos postulados pedagógicos do ensino. Por extensão, o conflito escancarou a ineficácia do projeto republicano de

instrução – haja vista os parcos resultados alcançados até então[19] –, levando, por consequência, à mobilização dos intelectuais através da criação de entidades civis como as *Ligas Nacionalistas*, que tinham como principal plataforma o combate ao analfabetismo.

Tais preocupações aumentaram depois dos eventos ocorridos nas greves de 1917 e 1918. Conforme assegura Carvalho (2003),

> É, assim, que a escola começa a se impor, no horizonte político das elites paulistas, como recurso efetivo de incorporação generalizada das populações à ordem política, social e econômica. O intento de expandir a escola, "nacionalizando" as populações operárias rebeldes à ordem republicana instaurada e incorporando as populações até então marginalizadas, evidencia os limites e a inadequação do modelo escolar republicano. No seu lugar, uma nova hierarquia de prioridades se exibe na linguagem das cifras e na urgência das metas de generalização da escola. (CARVALHO, 2003, p.146).

Nesse contexto, participando ativamente da fundação e condução das campanhas empreendidas pelas *Ligas,* os *advogados, médicos* e *engenheiros* contribuíram para elevação do combate ao analfabetismo ao estatuto de questão de defesa nacional. Temendo as possíveis convulsões que as massas incultas pudessem promover no espaço das cidades, esses atores elaboraram um extenso programa de ação que buscava equacionar a questão por meio de medidas educacionais que viabilizassem o "disciplinamento das populações resistentes, na vadiagem ou na anarquia, à nova ordem que se implantava" (CARVALHO, 2003, p. 21).

[19] Segundo os dados do Recenseamento Escolar do Estado de São Paulo, realizado em 1920, durante a gestão de Sampaio Doria na Diretoria Geral de Instrução Pública, o índice de analfabetismo entre crianças de 6 a 12 anos seria de 77,9%. Os dados foram publicados no jornal *O Estado de S. Paulo.* Ver, entre outras edições: CONTRA o analphabetismo – Recenseamento Escolar. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 07 set. 1920, p.04.

Vale dizer, no entanto, que embora apareçam condensadas em um mesmo discurso, o de regenerar a Nação pela educação, as muitas propostas de expansão da alfabetização apresentadas pelos intelectuais dos anos 1910 e 1920 carregavam suas polarizações. Segundo Marta Carvalho (2003), encarado como marca da inaptidão do país ao progresso, nesse período, o problema do analfabetismo passará por uma reconfiguração no cerne do campo educacional, espraiando-se rapidamente pelos discursos políticos que discutiam a eficácia de dois modelos escolares: a escola alfabetizante e a escola de tempo integral.

Receosa quanto aos empecilhos que a precariedade das condições de vida da classe trabalhadora viesse impor aos projetos de modernização do país, a *intelligentsia* brasileira buscou alternativas para formar o corpo social a ser governado por uma classe dirigente ilustrada. Todavia, os meios defendidos para confirmação desse domínio cultural sobre o conjunto da sociedade divergiam. Em tese, as prioridades hierarquizadas pelos grupos em disputa no campo tendiam a se opor no que diz respeito às vias mais rápidas para generalização da instrução e, por sua vez, no que se refere à ideia de que a simples propagação do alfabeto curaria todas as moléstias nacionais.

Expressos na oposição entre ensino primário incompleto para todos (escola alfabetizante) x ensino completo para alguns (escola de tempo integral), esses embates atingiram seu auge no decorrer das Reformas da Instrução Pública estaduais depois de 1920. O ponto central do debate surge após a nomeação do militante da *Liga Nacionalista de São Paulo,* o *advogado* Antonio de Sampaio Doria, para o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública do estado de São Paulo. À frente da pasta, Doria iniciou a reforma do aparelho de ensino paulista implantando a redução do ensino primário de quatro para dois anos.

Endossada pelo governador de São Paulo à época, Washington Luís, a reforma encabeçada por Doria pretendia condensar, em um curso de curta duração, os saberes necessários à formação cidadã e disseminá-los a toda população. No entanto, a efetividade dessa medida como dispositivo para manutenção da ordem republicana era questionada por grupos que temiam que a "instrução pura e simples" se tornasse uma "arma perigosa" caso não fosse habilmente manejada (CARVALHO, 2003, p. 154-155).

A retórica utilizada para criticar os mecanismos da Reforma Sampaio Doria, como ficou conhecida *a posteriori,* serviu para nortear as demais reformas realizadas em outros estados, como Bahia (Anísio Teixeira) e Ceará (Lourenço Filho). As diferentes representações sobre os perigos da alfabetização esboçadas nesse contexto apontam para a reconfiguração da avaliação dominante nas campanhas dirigidas pelas *Ligas,* que faziam consistir os entraves à consolidação da República no analfabetismo.

Cabe ainda ressaltar que esse deslocamento operado nos sentidos da alfabetização refletiu diretamente na seleção das práticas e saberes que deveriam compor a formação dos profissionais da educação. Esse aspecto é de grande importância, tendo em vista que a cada turma de egressos das escolas normais, ampliava-se o público que compreendia o jargão político-educacional e, de alguma forma, o consumia através da imprensa periódica e pedagógica. Tratava-se, portanto, da extensão do conhecimento antes restrito a determinados agentes sociais para grupos cada vez maiores da sociedade (CARVALHO; TOLEDO, 2015, p.2).

A profissionalização dos professores primários que passaram a atuar na rede escolar instaurada a partir das primeiras reformas republicanas de instrução ajudou a conformar os territórios identitários do campo

educacional da Primeira República. Em suma, os valores e práticas incorporados em sua formação – muito marcada pelo contato com *advogados, médicos* e *engenheiros* que ocupavam as principais cadeiras das Escolas Normais –, garantiram aos jovens docentes a aquisição de uma cidadania que se afirmava a partir da adoção de uma conduta específica, largamente circulada nas páginas dos impressos.[20]

Carvalho e Toledo (2015) assinalam que tal conduta assumida pelos integrantes dessa nova categoria profissional, os professores primários, desenhou uma espécie de identidade coletiva validada pela passagem por uma instância de consagração, a Escola Normal. Além disso, nesse processo, instituíram-se os limites para atuação desses atores no campo, em rejeição a outras práticas vigentes na difusão do ler-escrever-contar, a exemplo da figura do mestre-escola.

O panorama traçado, ainda que muito breve e esquemático, nos ajuda a redimensionar a atuação dos profissionais com escolaridade superior no estabelecimento das regras de *estratificação* e *diferenciação* que marcam a configuração do campo educacional das décadas finais da República Velha.

Sem contar com a existência de instâncias específicas de consagração, como a Universidade, os intelectuais do período tiveram de buscar prestígio político organizando uma rede de relações por meio da imprensa e de entidades civis. Nesses espaços, esses personagens agiram com intuito de criar uma reputação que pudesse abrir uma oportunidade de carreira nos núcleos de poder. Entretanto, a disponibilidade de cargos

[20] Para mais informações a respeito dos periódicos produzidos por e para os alunos das Escolas Normais paulistas, consultar: NERY, Ana Clara Bortoleto. Periódicos Educacionais das Escolas Normais - apropriação dos saberes pelos professores. *Quaestio* (UNISO), v. 4, p. 42-53, 2006 e, também, CATANI, Denice Bárbara. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. *Educação e Filosofia*, Minas Gerais, v. 10, n. 20, p. 115-130, 1996.

junto ao governo era demasiadamente menor que o número de candidatos a esses postos, o que levou ao estabelecimento de mecanismos de *recrutamento, estratificação* e *diferenciação* variados que demarcavam os lugares e a mobilidade dos atores no campo.

Diretamente influenciado pelas oscilações do campo político, o campo educacional surge para esses intelectuais como uma possibilidade de se colocar em evidência. Ao levantarem as bandeiras da *causa educacional*, muitos desses profissionais conseguiram atingir o reconhecimento de seus pares, chamando pra si a atenção dos proprietários de periódicos importantes como *O Estado de S. Paulo* e, até mesmo, sendo convocados a exercerem funções em órgãos de direção e instituições ligadas ao ensino.

Essa imbricação entre o campo político e o educacional permitiu a articulação entre os grupos que procuravam manter seu domínio no topo da hierarquia em ambas as esferas. Em geral, a concorrência pelos postos de destaque na imprensa periódica, nos partidos políticos, nas Escolas Normais ou na Diretoria Geral de Instrução Pública estaria restrita aos *doutores,* enquanto aos normalistas caberia disputar as vagas disponíveis na rede escolar – sobretudo nos grupos escolares –, e, quando possível, na imprensa pedagógica.

Como evidencia Ana Clara Nery (2009), nesse momento, as disputas travadas entre os intelectuais pelo direito de formular e divulgar os melhores conhecimentos da questão educacional serão determinantes para o acesso às posições privilegiadas na hierarquia do campo educacional paulista. Segundo a autora, a legitimação e demarcação dos lugares de destaque nas esferas de consagração, como a *Sociedade de Educação de São*

Paulo, concentrava não apenas a apropriação dos saberes pedagógicos elencados como prioritários, como também dos seus meios de divulgação.

Dispondo dessas colocações, podemos retomar nossa inquietação: o *itinerário* de Mario Pinto Serva no campo educacional. Como já mencionado, advogado de formação, o intelectual exerceu diversas funções secundárias no setor público (promotor e delegado) até tornar-se secretário na Companhia Paulista de Estradas de Ferro, onde se aposentou em 1925. Nessa fase, ingressou no jornalismo, onde alcançou rápida projeção por suas publicações sobre educação.

A escolha do analfabetismo como tema de estreia nos jornais, a meu ver, constituiu uma interessante estratégia discursiva utilizada pelo intelectual para ganhar voz na esfera pública. A captação dessa problemática, extremamente relevante num momento de exacerbação do discurso cívico-patriótico e comprovada falência do projeto republicano de instrução, possibilitou a Mario Pinto Serva ingressar no conhecido grupo d'*O Estado,* o que, acredito, teria favorecido sua campanha para Deputado Estadual em 1934.

Como colaborador da empresa da família Mesquita, Mario Pinto Serva assumiu a "artilharia" do jornal nos ataques feitos às falhas do Poder Público na organização do sistema de ensino nacional. Dessa forma, supõe-se ainda que a participação do articulista nos debates educacionais da imprensa periódica depois de 1913, ano em que publica seu primeiro artigo, contribuiu para que ele pudesse demarcar momentaneamente seu lugar em meio às disputas do campo educacional paulista. Um indício seria a intensa participação que teve nas campanhas e ações da *Liga Nacionalista de São Paulo.*

Dito isso, defende-se que, buscando alavancar sua imagem pública para concorrer a um cargo político, Mario Pinto Serva tomou a educação como meio para publicizar suas propostas. Embora tenha figurado intensamente nos debates e campanhas pela erradicação do analfabetismo no período, não existem indícios de que o intelectual tenha sido convocado a prestar serviços técnicos especializados em educação ou mesmo para ocupar postos em instâncias de consagração como as Escolas Normais e a Diretoria Geral de Instrução Pública, tal como Sampaio Doria, Lourenço Filho, Anísio Teixeira ou Fernando de Azevedo. Nesse sentido, definir o articulista como um educador ou educador profissional – como fizeram alguns historiadores – gera incertezas, visto que não se tratava de um "sujeito da escola" como os personagens acima. Além disso, não encontramos indícios que comprovem o *reconhecimento* de Mario Pinto Serva como educador pelos agentes que estariam no controle do campo naquele momento. Por último, vale lembrar que, conforme exposto na introdução, sua inserção na categoria de "educador emérito" ocorreu apenas em 1954 por intermédio da Assembleia Legislativa de São Paulo e do jornal *O Estado de S. Paulo*.

As reflexões efetuadas neste capítulo constituem uma tentativa de direcionar o foco de análise para o aprofundamento, nos capítulos subsequentes, do entendimento sobre a atividade intelectual de Mario Pinto Serva nos debates educacionais dos anos 1910 e 1920. Para tanto, irei, a princípio, me ater à presença do jornalista em duas importantes redes de *sociabilidade* e sua participação nos primeiros eventos organizados pela *Associação Brasileira de Educação*. Em seguida, realizarei o mergulho nas fontes, analisando sistematicamente seus artigos sobre educação no periódico *O Estado de S. Paulo* e no livro *A Educação Nacional* (1924). Nesse percurso, buscarei atender alguns questionamentos: quais foram as

relações estabelecidas entre as ideias educacionais do intelectual e os projetos políticos do jornal, da *LNSP* e da *ABE*? Quais foram os principais temas e assuntos que levantou sobre a educação? Quais competências o articulista atribuiu às escolas, aos intelectuais e ao Estado no que se refere às políticas de instrução pública? E, por fim, de que maneira seus argumentos sintonizavam as mudanças no debate educacional do período?

Capítulo 2

"A CAMPANHA A PELEJAR": INTELECTUAIS, INSTITUIÇÕES E REDES DE SOCIABILIDADE

2.1 "O nosso distincto collaborador": Mario Pinto Serva e o jornal *O Estado de S. Paulo*

No ano de 1914, o jornal *O Estado de S. Paulo* realizou o primeiro *Inquérito sobre a situação do ensino primário em São Paulo e suas necessidades.* Procurando aprofundar o diagnóstico sobre os problemas de ensino do aparelho escolar paulista, a investigação coordenada por Julio Mesquita, diretor e proprietário do impresso, pretendia fornecer à opinião pública um conjunto de alternativas administrativas e pedagógicas propostas por um seleto grupo de entrevistados.

Essa iniciativa, pioneira na imprensa brasileira, teve grande importância para a construção de um discurso jornalístico sobre a educação, bem como para a reorientação do debate intelectual sobre o tema (BONTEMPI JR., 2005), dada a repercussão das opiniões expressas pelos participantes, os quais, muitos deles, eram figuras ligadas à administração da instrução pública em São Paulo.[21] Além disso, a publicação marcou o início de uma extensa campanha pela alfabetização

[21] Ao todo, foram selecionados para participar da entrevista: um diretor-geral da Instrução Pública (João Chrisóstomo), quatro inspetores de ensino (Azevedo Antunes, Ramon Roca Dordal, João Lourenço Rodrigues, Mariano de Oliveira), três diretores de escola (Oscar Thompson, Pedro Voss, Antônio Rodrigues Alves Pereira), quatro professores de Escola Normal (José Escobar, Ruy de Paula Souza, Arnaldo de Oliveira Barreto, João Pinto e Silva), um ex-professor (Francisco Azzi), um jornalista (Paulo Pestana).

liderada pelo jornal, e que culminou na nomeação de Antonio de Sampaio Doria para o cargo de Diretor Geral de Instrução Pública em 1920[22].

Embora Mario Pinto Serva não tenha participado das entrevistas, foi devido ao inquérito que seus laços de proximidade com a rede de intelectuais ligada ao *OESP* foram atados. De um lado, porque, o crescente interesse do periódico pela causa educacional fez surgir a necessidade de se *recrutar* novos colaboradores de prestígio, capazes de ampliar a visibilidade do programa de reformas que pretendiam implantar. Do outro, porque, atento a esse cenário, o intelectual, em busca de projeção no campo político, soube aproveitar essa oportunidade para acessar os círculos de relações do jornal e, por meio deles, os espaços de *sociabilidade* que almejava.

O primeiro indício dessa aproximação foi encontrado na edição de 15 de julho de 1914, p. 03, quando, pela primeira vez, *O Estado de S. Paulo* sinalizou interesse pelas propostas de Mario Pinto Serva, reproduzindo parcialmente um artigo publicado pelo jornalista no *Jornal do Commércio,* do Rio de Janeiro.

> No desenvolvimento da cultura nacional, os esforços individuaes, os nobres impulsos das classes intellectuaes, se quizerem ter uma direcção proveitosa ao paiz, congregados em associações, poderão exercer influencia decisiva, estudando as falhas da acção official, creando escolas, bibliothecas e mais instituições educativas, provocando a acção dos poderes públicos, federal e estaduaes, collaborando na solução das questões entregues à administração governamental, organisando

[22] O editorial, publicado no *OESP* em 23 de novembro de 1920, p. 03, deixa esse aspecto bem evidente ao defender a proposta de reforma do ensino feita por Sampaio Doria: “não temos a menor hesitação em defendel-a, porque corresponde justamente aquillo que há muito tempo vimos reclamando, insistentemente – o ensino primário abundante, fácil, accessível, commodo, attendendo ao objectivo primacial das geraes aspirações: a extinção do analphabetismo” (NOTAS E INFORMAÇÕES, 1920c, p. 03).

> congressos, despertando a munificiencia privada para as obras que visem a elevação moral e intellectual do paiz, mantendo revistas e publicações sobre o assumpto. (JORNAES DO RIO, 1914, p. 03).

Como uma convocação aos intelectuais, o trecho escolhido muito se assemelha àquilo que, posteriormente, seriam os fundamentos do programa de ação da *Liga Nacionalista de São Paulo*. Além disso, cabe dizer que o apelo feito pelo jornalista ia de encontro com a linha política do impresso, estreitamente articulada à atividade parlamentar de Julio Mesquita e do movimento dissidente por ele liderado, à época, em busca de viabilizar a criação de um partido de oposição ao *PRP*.

Ao longo da pesquisa, não foram encontradas pistas que permitissem datar com precisão ou identificar os mediadores do ingresso de Mario Pinto Serva na rede de relações d'*O Estado.* No entanto, algumas informações demonstram que o intelectual passou a circular nos espaços de *sociabilidade* do jornal antes de iniciar sua atividade como colaborador. No dia 06 de setembro de 1915, por exemplo, em sua "Secção Livre" (p. 07), o impresso publicava o seguinte anúncio: "São convidados os subscriptores de acções da Sociedade Anonyma 'Revista do Brasil' para a reunião a realisar-se amanhan, 6 do corrente, às 16 horas, na redacção do 'Estado de S. Paulo', afim de se deliberar sobre a constituição definitiva da sociedade". Como organizadores do encontro constavam os nomes de Ricardo Servero, J. M. Pinheiro Junior e Mario Pinto Serva.

Importante empreitada editorial do *grupo OESP*, a *Revista do Brasil* foi lançada oficialmente em 1916. De acordo com Tania Regina de Luca (1999), pelos objetivos expressos na primeira edição, tratava-se de "um manifesto-programa que ensaiava um diagnóstico a respeito dos problemas do país, propondo caminhos para solucioná-los" (LUCA, 1999, p. 46). De

composição gráfica requintada, o novo periódico teve considerável relevância para o cenário cultural da época por contar com a colaboração de escritores renomados, como: Monteiro Lobato, Amadeu Amaral e Mario de Andrade.

Na primeira fase da *RBR* (1916-1925), Mario Pinto Serva publicou oito artigos, e exerceu ao lado de Oscar Thompson e Rui de Paula Souza – figuras de destaque no campo educacional do período – o cargo de secretário no conselho diretor da publicação. A meu ver, essa participação do autor, desde a elaboração do projeto até a formação do núcleo administrativo da revista, evidencia a existência de uma comunhão de ideais que, naquele momento, garantiu sua permanência nos círculos de relações dos intelectuais ligados ao *OESP*.

Como mencionado no capítulo anterior, a estreia de Mario Pinto Serva nas páginas de *O Estado de S. Paulo* ocorreu em 28 de novembro de 1915, p. 02, com a publicação do artigo “O problema da Educação em S. Paulo”. No curto intervalo entre novembro e dezembro desse mesmo ano, o articulista teve nove publicações, sendo cinco delas sobre educação. Os textos, em sua maioria, ocupavam de duas a três colunas e localizavam-se entre a segunda e a quarta página, dividindo espaço com alguns anúncios e, não raro, com o editorial “Notas e Informações”, com as seções “Telegrammas” e “Notícias do Interior”, ou mesmo o “Boletim Semanal de Guerra” de Julio Mesquita. A diagramação da coluna segue o padrão do jornal, composta por faixas verticais dominantes, destacando o título e a assinatura em fonte maior. A estratégia gráfica do jornal em colocar os artigos de Mario Pinto Serva próximos de importantes seções é um forte

indício da atenção que os editores d'*O Estado* pretendiam conferir a essas publicações[23].

A análise sistemática dessas primeiras publicações do articulista n'*O Estado* revelam alguns aspectos sobre as tarefas que recebeu da redação naquele momento. Mais do que simplesmente apresentar os problemas educacionais ou orçamentários do estado de São Paulo, Serva deveria atacar os arranjos da política oligárquica e, com isso, convencer a intelectualidade a organizar meios de atuação independentes da estrutura partidária vigente, como demonstrado no artigo de 11 de dezembro de 1915, p. 07:

> Se, porém, o apparelho político entre nós degenerou completamente, se se corrompeu integralmente, se se constituiu um instrumento de desorganisação social, um factor de miséria, um fóco de putrefação, é preciso organisar as energias restantes do povo brasileiro, é preciso reunir as forças que escaparam ao naufrágio, é preciso instituir a defesa da pátria contra a política que lhe destroe todos os tecidos orgânicos, que a anarchisa, que defrauda, que lhe matou todas as aspirações, que lhe sacrifica o bem-estar e a tranquillidade, que a envergonha perante o estrangeiro, que nos conduz à dissolução ou ao domínio estranho. (SERVA, 1915d, p. 07).

Reunir as "forças que escaparam ao naufrágio" seria, portanto, a única alternativa para "restituir a confiança no futuro da pátria" de uma população composta por um "aggregado de sub-raças mergulhados na

---

[23] No período analisado, as edições de *O Estado de S. Paulo* contavam com entre 10 e 18 páginas, variando conforme o dia da semana. Dessas páginas, entre quatro ou seis eram compostas exclusivamente por anúncios. As propagandas também ocupavam espaços menores em outras páginas do jornal e, em algumas edições, chegavam a ser publicadas em primeira página. De acordo com Juarez Bahia (2009), foi o próprio jornal quem introduziu essa estratégia quando, no ano de 1915, publicou o primeiro anúncio a cores da imprensa brasileira. A paginação de suas edições seguia um padrão rigorosamente definido, apresentando "linhas sóbrias, equilibradas, porém singularmente objetivas" (BAHIA, 2009, p. 62).

ignorância". Ainda no mesmo artigo de 11 de dezembro de 1915, p. 07, o autor sugere:

> Organisemos, pois, estas phalanges ao serviço dos ideaes patrióticos, para a realisação das aspirações collectivas: ponha-mol-as em accção e movimento, enfeixemos as forças individuaes em vastas associações collectivas. (SERVA, 1915d, p. 07).

Aqui, o que o autor define como "aspirações collectivas", podemos ler: os interesses dos grupos intelectuais. Isso, porque, como boa parte da *intelligentsia* brasileira das décadas de 1910 e 1920, Mario Pinto Serva se colocava como intérprete dos anseios das populações desfavorecidas. E, nesse sentido, em uma publicação de 12 de dezembro de 1915, p. 04, clamava ao sentimento nacionalista de seus pares para propor o

> movimento nacionalista que ora se esboça no nosso paiz devia neste terreno iniciar a sua grande peleja, devia em seu programma inscrever em primeiro logar essa suprema necessidade – a de incorporar a civilisação os 20 milhões de brasileiros analphabetos, massa inerte sobre a qual se exerce com facilidade a acção dissolvente da política, rebanho animal indigno do século XX. (SERVA, 1915a, p. 04).

Na sequência, concluía:

> essa a campanha nacionalista por excellencia, é nella que se deve manifestar a combatividade das gerações que surgem ao serviço do ideal pátrio. Só essa campanha nos assegurará a vitalidade nacional, só ella resgatará os erros do nosso passado e do nosso presente, só ella fará do Brasil a grande Nacionalidade a que as condições naturaes nos dão direito aspirar. (SERVA, 1915a, p. 04).

Os excertos acima deixam clara a intenção do autor em fortalecer o apoio político do jornal através da campanha de alfabetização, anunciada como essencial para a revitalização da nacionalidade. Tal estratégia discursiva se fazia muito convincente, se considerado que as deficiências do sistema de instrução pública eram o "calcanhar de Aquiles" do governo republicano oligárquico. Um golpe desferido nessa direção, portanto, reverberava rapidamente na opinião pública, o que facilitava o acesso a diversos espaços de consagração, sobretudo, no campo educacional.

É o que se pôde notar, por exemplo, em relação às oportunidades abertas a Mario Pinto Serva após iniciar suas atividades n'*O Estado.* Igualmente conhecido por suas colunas sobre economia, em 1916, o jornalista foi escolhido por Miguel Calmon – fundador, ao lado de Olavo Bilac e Pedro Lessa, da *Liga de Defesa Nacional –,* para relatar uma tese na I Conferência Algodoeira, realizada no Rio de Janeiro. O convite foi noticiado com entusiasmo pelo jornal em seu editorial "Notas e Informações", de 19 de março de 1916, p. 04:

> nosso distincto collaborador dr. Mario Pinto Serva acaba de receber do dr. Miguel Calmon, presidente da commissão executiva da Conferência Algodoeira, a communicação de que o seu nome foi escolhido para relatar uma das theses mais importantes das que constituem o programa dos trabalhos desse certamen. A these é esta: "Transporte do algodão: fretes ferro-viarios, fluviaes e marítimos; conveniência da ligação dos centro productores às estradas de longo percurso, por meio de ferro-vias de bitola reduzida e de estradas carroçáveis". (NOTAS E INFORMAÇÕES, 1916c, p. 04).

A forma de tratamento "distincto collaborador" revela o *reconhecimento* do intelectual pelo *grupo OESP.* Da mesma maneira, a

importância que a nota atribui ao evento demonstra que a presença de Serva nesse local seria uma grande contribuição aos objetivos do jornal.

> Não precisamos encarecer, ainda mais do que nestas columnas já temos feito, a alta significação que têm para o nosso paiz os congressos da natureza do que está prestes a reunir-se, em que uma das classes productoras vae ter o ensejo de discutir livremente as questões que lhe estão affectas, procurando chegar a conclusões que habilitem os poderes públicos a ter uma idéa exacta da situação, para seguir a linha de conducta mais conveniente, no interesse não só da classe dos productores de algodão, mas também, e sobretudo, do paiz. (NOTAS E INFORMAÇÕES, 1916c, p. 04).

Ainda nesse ponto, pelas notas publicadas em *O Estado de S. Paulo* pode-se constatar que, no mesmo período, o articulista estendeu suas atividades a diversas entidades, entre elas a *Sociedade de Estudos Econômicos,* a *Sociedade Nacional de Agricultura* e a *Liga Brasileira contra o Analfabetismo*[24]. Sobre esta última, o editorial, de 13 de março de 1917, p. 03, descrevia que o

> sr. dr. Mario Pinto Serva acaba de ser eleito, por unanimidade de votos, delegado da Liga Brasileira contra o Analfabetismo, nesta capital.
> Nesse sentido, o nosso distincto collaborador recebeu uma communicação do presidente da Liga, sr. dr.0 Ennes de Souza. (NOTAS E INFORMAÇÕES, 1917a, p. 03).

Por alcançar a “unanimidade de votos”, suponho que, a essa altura, Mario Pinto Serva já estivesse disputando uma posição privilegiada em meio aos atores do campo educacional. Com efeito, a circulação nesses

[24] Ver NOTAS e Informações, 19 ago. 1916b, p. 04 e NOTAS e Informações, 13 mar. 1917a, p. 03.

espaços de *sociabilidade,* certamente possibilitada por seu vínculo com o periódico, se mostrava outra excelente vitrine para a divulgação de suas ideias e, em consequência, de sua imagem na esfera pública.

No entanto, nem sempre os posicionamentos e interpretações do intelectual repercutiam positivamente na imprensa. Um exemplo é a polêmica entre *OESP* e o *Diário Allemão* [25], que veio a público após a publicação do artigo "Balcão de Consciências", de 13 junho de 1916, p.03, em que Serva faz o seguinte comentário:

> além de explorar essa industria por conta própria em um grande jornal diário, o governo do Estado dá-se ao luxo de subsidiar quase toda a imprensa do paiz para os seus altos fins de estratégia política. O Thesouro do Estado é o "rendez-vous" constante de todos os jornalistas do paiz. (SERVA, 1916a, p. 03).

Irritado com o tom de denúncia do jornalista, o *Diário Allemão* acusou *O Estado de S. Paulo* de receber recursos do governo inglês para tomar uma posição "pró-aliados" durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Em resposta, Julio Mesquita moveu uma ação judicial que resultou no pedido de prisão do redator-chefe do periódico da comunidade alemã[26].

Ainda em 1916, um jornalista, cujo pseudônimo era Gavião Malhado, do periódico perrepista *Correio Paulistano,* buscando amenizar as críticas feitas pel'*O Estado,* afirmava em sua coluna, de 04 de novembro de 1916, p. 09, que os dissidentes agrupados em torno do jornal de Julio

---

[25] Além do exposto, não foram encontradas, na bibliografia consultada, outras informações a respeito da trajetória desse periódico.

[26] Os detalhes do processo foram apresentados por Plínio Barreto, amigo de Mario Pinto Serva e advogado d' *O Estado de S. Paulo,* em edição do dia 02 de setembro de 1916, nas páginas 09 a 11.

Mesquita, apontados como "os raros assignantes e leitores dessa folha insignificante", haviam creditado a um "sr. Mario Pinto Serva, que ninguém conhece", a tarefa de atacar o PRP.

Em defesa de seu colaborador, *OESP* publicou em sua "Secção Livre", no dia 04 de novembro de 1916, p. 09, um texto intitulado "L'uomo che morse", assinado por "O.O.". No artigo, o autor rebate o colunista do *Correio* recorrendo ao *status* social da família Serva.

> o que elle não tem o direito de desconhecer, uma vez que se fez o zelote da horna do P.R.P. é a história desse partido, desde os tempos em que essa agremiação não era um syndicato explorador do poder, mas um pugillo de homens de ideal e dispostos a tudo sacrificar pelo seu programma. Se elle soubesse a história desse partido, conheceria por certo o nome de Jayme Serva, como uma das mais puras tradições republicanas de S. Paulo e um dos mais bellos exemplos de austeridade de que se orgulha a sociedade paulista. Herdaram-lhe o nome e as qualidades não só o jovem e talentoso escriptor tão groseiramente injuriado pelo "Correio", como alguns cavalheiros e distinctissimas senhoras e senhoritas que a gente digna de S. Paulo sabe apreciar e respeitar. (L'UOMO CHE MORSE, 1916, p. 09).

A esse argumento, somava-se ainda o comentário abaixo:

> É mais fácil, porém, mandar dizer meia dúzia de desaforos, do que destruir a solida argumentação, a meticulosa documentação e o severo exame da administração paulista, que o sr. Mario Pinto Serva frequentemente faz nos seus apreciadíssimos artigos. (L'UOMO CHE MORSE, 1916, p. 09).

O que se percebe, pelas citações acima, é que ao ter seu nome associado a um dos principais órgãos de imprensa do país, Mario Pinto Serva conseguiu resgatar parte da posição social perdida com a morte de seu pai. Nesse particular, não me parece exagero afirmar que o *reconhecimento* de *O Estado de S. Paulo* pelo "jovem e talentoso escriptor" estaria relacionado ao interesse do jornal em reavivar o espírito de republicanos históricos, como Jayme Serva, para dar legitimidade ao projeto de regeneração da República.

A questão familiar, portanto, seria outro aspecto facilitador na integração do intelectual à redação do jornal. Tanto é que, ao contrário de outros iniciantes na profissão, Serva não foi designado para cobrir eventos esportivos, bailes ou mesmo escrever pequenas notas informativas. Suas tarefas, sempre de grande responsabilidade, estavam atreladas aos embates travados pelo impresso e seus representantes. Não por acaso, nas ocasiões mencionadas acima, o jornal lhe deu cobertura.

Contudo, vale ressaltar que não eram apenas as semelhanças sociais, profissionais e políticas que habilitavam os intelectuais a fazerem parte do *grupo OESP*. Os laços de amizade e companheirismo eram igualmente necessários.

A esse propósito, apesar das poucas informações encontradas, pode-se presumir que o engajamento de Mario Pinto Serva e outros colaboradores d'*O Estado* na *Liga Nacionalista de São Paulo,* na *Revista do Brasil* e na assinatura de vários manifestos públicos, mostra que esses personagens constituíam um mesmo círculo de amigos, integrando, portanto, uma rede de *sociabilidade* em comum. O trecho a seguir, extraído do abaixo assinado "Ao Povo Paulista", de 26 de maio de 1918, p. 11,

reflete muito como essa aproximação direcionava a ação conjunta desses intelectuais:

> Vimos também nós abaixo assignados, cidadãos absolutamente estranhos a agremiações partidárias, meros espectadores attentos da vida política do paiz, trazer o nosso apoio publico à candidatura do dr. Luiz Pereira Barretto a uma cadeira no Senado Estadual.
>
> [...]
>
> Para honra da democracia, cumpre-nos eleger esse homem. Precisamos mostrar que a democracia não é, como se diz, incompatível com a Sciencia e com a Virtude, e que entre os políticos militantes pode haver logar, sem constrangimentos algum, para um apostolo do Pensamento ao serviço da Pátria. (AO POVO PAULISTA, 1918, p. 11).

Junto a Mario Pinto Serva, assinaram o documento: Monteiro Lobato, J. M. Pinheiro Junior, Luiz Pinto Serva (irmão do jornalista), Plínio Barreto, Julio de Mesquita Filho, Amadeu Amaral, Paulo Nogueira Filho, Spencer Vampré, Thomaz Lessa, Joaquim de Abreu Sampaio Vidal, entre outros nomes.

Como se sabe, essa forma de organização, bastante específica do grupo de intelectuais que gravitavam ao redor d'*O Estado de S. Paulo,* indica como a fidelidade a um conjunto de princípios e pessoas permitia sua atuação enquanto "facção política independente" (MICELI *apud* LUCA, 1999, p. 39). Em vista disso, é interessante pensar qual seria a ligação desses personagens com o proprietário do jornal.

Especificamente no caso de Mario Pinto Serva, poucas informações sobre esse relacionamento foram localizadas, além das homenagens ao jornalista publicadas pelo periódico. A mais relevante apareceu no caderno de comemorações do centenário de Julio Mesquita, publicado em 18 de

agosto de 1962, p. 47, em que uma foto (ilegível)[27] trazia a seguinte legenda:

> Julio Mesquita entre seus companheiros na Redação de O Estado de S. Paulo: De pé, da esquerda para a direita, Manoel Rodrigues de Lernoy, Ari Silva, Pedro Cunha, Vicente Ancona, Otavio Lima e Castro, Julio de Mesquita Filho, Hormisdas Silva, Clovis Ribeiro, Mario Pinto Serva, Adhemar de Paula, Plínio Barreto (à frente), Caetano Miele (atrás), Almeida, Di Cavalcanti (atrás), J. M. Pinheiro Junior (à frente) e J. Skerry; sentados, Luís Carneiro, Amadeu Amaral, Julio Mesquita, Nestor Rangel Pestana e Ricardo Figueiredo. (JULIO MESQUITA E O "ESTADO", 1962, p. 47).

Ainda que a legenda não explique detalhadamente a dinâmica das relações entre os atores citados, ela ajuda a reforçar a suposição de que os nomes em destaque pertencessem ao ciclo de amizades de Mario Pinto Serva, por frequentarem os mesmos espaços de *sociabilidade.* Outra observação interessante decorre da constatação de que, mesmo em momentos economicamente difíceis e de fortes intervenções políticas na imprensa, o periódico sustentou a publicação dos artigos do jornalista, a meu ver, um sinal da proximidade entre ele e Julio Mesquita[28].

---

[27] Em todos os acervos consultados, em microfilme e digital, essa edição do jornal trazia apenas um "borrão preto" no espaço destinado a fotografia. Por esse motivo, a imagem não pode ser inserida neste trabalho.

[28] Os laços de amizade nas redes de intelectuais, de acordo com Sirinelli (1996), secretam outro aspecto da *sociabilidade* que pode ser acionado aqui para explicar essa leitura. Trata-se dos "microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos. E, assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se portanto de uma dupla acepção, ao mesmo tempo "redes" que a estruturam e "microclima" que caracteriza um microcosmo intelectual particular" (SIRINELLI, 1996, p.252-253). Segundo o historiador, esse pequeno universo, o "microcosmos", envolve um conjunto de "fenômenos de geração" que o caracterizam por uma necessidade de "transmissão cultural" entre os grupos intelectuais (SIRINELLI, 1996, p. 254-256). Quando aplicada ao *grupo OESP,* essa noção permite supor que a diferença de idade entre seus integrantes poderia ser um fator de motivação e de admiração, intensificando os sentimentos coletivos, e reavivando lembranças, como por exemplo, a passagem de muitos deles pela *Faculdade de Direito de São Paulo.* Por esse motivo, entendo que o engajamento desses personagens nas campanhas do jornal e da *LNSP* revestia um processo de destinação das heranças políticas, muitas vezes manifestado em declarações públicas de afeto, como por exemplo, a referência a Mario Pinto Serva como um "distincto collaborador".

No ano de 1917, durante os episódios da greve geral na capital paulista, *O Estado de S. Paulo* tomou posição favorável aos trabalhadores, sendo Julio de Mesquita Filho o escolhido pelos grevistas para mediar as negociações com os patrões. Em coerência com a postura adotada pelo jornal, Mario Pinto Serva escreveu uma série de artigos em apoio aos operários e criticando os grupos políticos pelo aumento da carestia de vida. Como no artigo de 14 de outubro de 1917, p. 04:

> A funcção dos políticos e legisladores deveria ser, pois, o corrigir essas desigualdades sociaes tanto quanto possível, velando pela melhoria das condições da vida dos operários.
>
> [...]
>
> Em S. Paulo o governo é quase instrumento de uma plutocracia. As preoccupações officiaes só visam os interesses das classes plutocráticas e nunca se volvem para a grande massa dos trabalhadores manuaes, desprezados inteiramente não obstante constituírem os mais desfavorecidos da sociedade e portanto os que mais protecção deveriam merecer. (SERVA, 1917c, p. 04).

Tal atitude do impresso despertou a ira do então governador do estado de São Paulo, Altino Arantes, antigo rival político de Julio Mesquita, que se aproveitou da decretação do "Estado de Sítio", em novembro de 1917, para impor severa censura ao *OESP* (CAPELATO, 1989, p. 182-183). Para protestar contra a situação, o jornal decidiu publicar suas edições contendo espaços em branco, no local onde seria impresso o conteúdo censurado. Isso numa época em que o custo do papel era muito elevado visto às dificuldades com a importação (CALDEIRA, 2002, p. 32).

Figura 1 - Trecho censurado do artigo "O Estado de Sítio" de Mario Pinto Serva, de 21 de dezembro de 1917, p. 03

A censura á imprensa, em todos os Estados do Brasil, precisa ser feita por delegados nomeados pelo governo federal e com instrucções precisas por parte deste.

Por tudo isso se conclue que está em jogo no momento a autoridade moral do presidente da Republica, com relação á execução do sitio.

A responsabilidade integral de tudo quanto se passa pesa sobre o sr. Wenceslau Braz, a quem o Congresso entregou o criterio na applicação da medida.

O estado de sitio foi declarado como medida imposta pela guerra e não pela situação politica interna, que é perfeitamente normal.

O presidente da Republica precisa medir bem a sua responsabilidade pessoal em todos os abusos que se estão praticando sob a capa do estado de sitio, que não autoriza nem póde autorizar a installação da ditadura politica no paiz.

Fonte: SERVA (1917d, p. 03).

Mario Pinto Serva foi um dos colaboradores mais afetados por essas imposições, chegando a pedir na Justiça um *habeas corpus* para publicar na imprensa livre de restrições, porém, sem êxito[29]. Com o fim da censura,

[29] A seção "Telegrammas" d'*O Estado de S. Paulo* publicou na edição de 31 de janeiro de 1918, p.04, a negativa do Supremo Tribunal Federal ao pedido do jornalista: "O Supremo Tribunal Federal, na sua sessão de hoje, negou a ordem de 'habeas corpus' impetrada pelo jornalista paulista dr. Mario Pinto Serva para poder publicar pela imprensa o que coubesse nos limites constitucionaes independente da censura que os governos federal e estadual vêm exercendo, censura que o paciente reputa vexatória e abusiva, pois que os propósitos do governo exorbitam suas funcções. O Supremo assim resolveu por achar que no caso não cabe o remédio de "habeas-corpus", não podendo o judiciário reconhecer as medidas administrativas que foram impostas em virtude do estado de sítio".

em fevereiro de 1918, o autor se queixou com um colega da redação, que transcreveu a fala na coluna "Coisas da Cidade" publicada em 18 de dezembro de 1918, p. 05: "Faziam isso aqui, quando na Europa, na própria França em guerra, quasi nada era censurado, e os jornaes podiam discutir livremente a política e os governantes".

Passada a turbulência do conflito europeu, os intelectuais brasileiros que enxergavam "a guerra enquanto política exercida por meios militares, não demoraram em formular projetos de recuperação da Alemanha, atendendo uma convocação para lutar contra o que Assis Chateubriand chamava de "o espírito de Versalhes" (MARTINS, 1978, p. 215). De olho nessa tendência, o empreendedor Monteiro Lobato resolveu abrir as portas de sua editora para Mario Pinto Serva publicar seu primeiro livro: *Alemanha Saqueada* (1921).

Apesar de incipiente, o mercado de livros da época possibilitava atingir um público distinto, considerando que nem todos os leitores assinavam ou liam *O Estado de S. Paulo.* Aliás, esse era o caminho para aqueles que almejavam a carreira pública fora dos conchavos tradicionais do meio político.

Mario Pinto Serva manifestou estar ciente desses fatores em 1919, quando se candidatou, pela primeira vez, ao cargo de Deputado Estadual.

Figura 2 - Anúncio da candidatura de Mario Pinto Serva publicado nos classificados do jornal, de 26 de abril de 1919, p.09.

Fonte: AO ELEITORADO INDEPENDENTE (1919, p. 09).

A campanha, divulgada nos classificados d'*O Estado,* era acompanhada de uma carta ao eleitorado. No documento, assinado por "Cidadãos Independentes", de 26 de abril de 1919, p. 09, constava a seguinte mensagem:

> ousamos, como cidadãos independentes e sem outro título, pedir aos eleitores livres, aos eleitores que não aturam o cabresto official, officioso, semi-official ou de qualquer espécie, deem hoje uma demonstração da sua attitude, votando no DR. MARIO PINTO SERVA, único homem que, fora de qualquer agrupamento, representando unicamente a sua pessoa, tem tido a coragem de combater, em S. Paulo, os erros do syndicato que nos atropela.
>
> Fazendo este convite, à última hora, é bem de ver que não pretendemos obter grande votação para aquelle cavalheiro. Queremos, apenas, que

> o maior número possível de cidadãos verdadeiramente livres, dê hoje uma prova de que louva e aprecia a attitude viril, nobre e brilhante do destemido jornalista. (AO ELEITORADO INDEPENDENTE, 1919, p. 09).

Acredita-se que a escolha da seção de anúncios para divulgação da candidatura seria uma estratégia para atingir um público que, habitualmente, não lê as colunas do jornal. No mais, a proposta dos "Cidadãos Independentes" e, conjuntamente, do intelectual, parecia ser apenas de protesto contra o partido oficial, pois, pela mensagem da carta, fica evidente que Mario Pinto Serva não dispunha da mesma conjuntura dos candidatos que mantinham entrosamento com as estruturas de poder.

Em suma, nas reflexões acima buscou-se esclarecer de que modo a atividade de Mario Pinto Serva como jornalista d'*O Estado de S. Paulo* contribuiu para o seu ingresso nos campos político e educacional. Nesse sentido, julgou-se necessário demonstrar como a participação nessa rede de *sociabilidade* possibilitou sua entrada em outros espaços de consagração, onde pôde, gradualmente, construir uma imagem pública. Além disso, notou-se que o relacionamento com o conjunto de intelectuais ligados ao periódico viabilizou a articulação para formação de novos meios de atuação, entre eles, a *Liga Nacionalista de São Paulo,* que será analisada a seguir.

2.2 Uma "benemérita instituição paulista": a *Liga Nacionalista de São Paulo*

Para Mario Pinto Serva e seus colegas do *grupo OESP,* a principal alternativa para vivenciar uma experiência concreta de trabalho político, fora da máquina situacionista, se apresentou com os movimentos

nacionalistas surgidos no contexto da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918). Dedicados a implementar um novo modelo de organização do poder que pudesse incluir outras frações das camadas dominantes, esses intelectuais promoveram um conjunto de ações coletivas, dentre as quais, estaria a criação das chamadas ligas.

Ancoradas nos rituais de pertencimento das instituições de ensino superior, as ligas se constituíram como importantes redes de *sociabilidade,* dotadas de rígidas regras de inserção, e destinadas quase exclusivamente ao encurtamento da distância entre as elites culturais e as esferas de decisão do poder. Tratava-se, em outras palavras, de associações de caráter civil organizadas com a finalidade de executar um extenso programa de propaganda cívico-patriótica, que previa, entre outras atividades, o combate ao analfabetismo e instalação do voto secreto.

Anunciada publicamente no dia 15 de dezembro de 1916, a *Liga Nacionalista de São Paulo* teve como inspiração o discurso proferido por Olavo Bilac aos formandos da *Faculdade de Direito de São Paulo* no ano anterior. Segundo a nota do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 16 de dezembro de 1916, p. 05

> [d]esde meados do anno passado um selecto grupo de moços estudantes, profundamente influenciados pela palavra fulgurante de Olavo Bilac, começou a trabalhar com empenho, em silêncio, na organisação de uma associação patriótica. Essa associação, depois de tenazes esforços, levados felizmente a cabo, foi hontem fundada sob os melhores auspícios, com a collaboração de optimos elementos da nossa sociedade. (NOTAS E INFORMAÇÕES, 1916a, p. 05).

Ao que consta, tal "trabalho com empenho, em silêncio" vinha sendo realizado por "optimos elementos da nossa sociedade" no interior de

uma agremiação acadêmica secreta, a *Sociedade dos Patriotas*[30], que em seu projeto previa a criação da *LNSP* para realização de suas finalidades:

> Art. 1º - A Sociedade dos Patriotas de São Paulo é uma associação secreta de brasileiros para realizar os seguintes fins:
>
> a) defender a soberania e a integridade do Brasil;
> b) fortalecer o sentimento de solidariedade brasileira;
> c) trabalhar para assegurar o exercício dos direitos políticos e o cumprimento dos deveres cívicos dos cidadãos;
> d) concorrer para a difusão intensa da educação geral, profissional e cívica pelas camadas populares em todos os recantos do país;
>
> [...]
> Art. 4º - A sociedade terá dois instrumentos de acção: uma sociedade civil denominada Liga Nacionalista e uma agremiação eleitoral (PROJETO *apud* BOTO, 1994, p. 06).

Não foram encontrados registros sobre a formação de uma agremiação eleitoral à parte, conforme estabelece o item 4º. Ao que parece, a *Liga Nacionalista* assumiu esse papel ao promover uma extensa campanha pela representatividade do voto. Um ponto que chama atenção no documento, segundo Carlota Boto (1994), é o fato da *Sociedade dos Patriotas* ter restringido aos seus filiados o direito de candidatar-se aos cargos do comitê diretor da *LNSP* (BOTO, 1994, p. 07). Como constata Valéria Medeiros (2005), essa diretriz instituiu o primeiro filtro de acesso à rede de relações da agremiação, de modo que, apenas os que possuíam as

[30] A entidade era composta por integrantes de outras três associações, a saber: a *Bucha* (Faculdade de Direito), a *Sociedade dos Moços* (Faculdade de Medicina) e a *Sociedade Pessoas do Campo* (Escola Politécnica).

credenciais fornecidas na passagem pelas instituições de ensino superior conseguiriam ingressar em suas fileiras[31].

O resultado da primeira eleição interna da *Liga Nacionalista,* realizada no encontro do dia 15 de dezembro de 1916, permite comprovar essa colocação. Para compor a diretoria, foram eleitos: Frederico Vergueiro Steidel (lente da *Faculdade de Direito*), para o cargo de 1º presidente, Antonio Francisco de Paula Souza (diretor da *Escola Politécnica*), como 1º vice-presidente, Arnaldo Vieira de Carvalho (diretor da *Faculdade de Medicina*), como de 2º vice-presidente, e Abelardo Vergueiro César (à época, estudante de Direito), como secretário.

Em relação ao Conselho Deliberativo, entre estudantes e bacharéis, foram selecionados: Gama Cerqueira, Laerte Assumpção, Archimedes Pereira Guimarães, Clóvis Ribeiro, Plínio Barreto, Ernesto de Souza Campos, Francisco Alves dos Santos, Antonio de Sampaio Doria, Thomaz Lessa, Ovídio Pires de Campos, José Carlos de Macedo Soares, Roberto Moreira, Waldemar Ferreira, Renato Maia, Theodoreto de Carvalho, Manoel Elpídio de Queiroz Netto, Carlos Bellegarde, Julio de Mesquita Filho, Amadeu Amaral, Armando Salles de Oliveira, Francisco Mesquita e Mario Pinto Serva.

A presença de diversos representantes d'*O Estado de S. Paulo* [32], incluindo Mario Pinto Serva, no Conselho Deliberativo, sinaliza a

---

[31] Esse aspecto foi criticado por Paulo Nogueira Filho, um dos fundadores da *LNSP,* em seu registro de memórias, onde afirmou que: "Favorecia, por fim, ao situacionismo, o fato de terem os fundadores da Liga Nacionalista, na estruturação da instituição, cometido grave erro: compuseram a direção efetiva do movimento em base de cooptação. Oligarquizaram-na no próprio berço. E nisso ficaram: voto secreto, só para uso externo" (NOGUEIRA FILHO, 1965, p. 69).

[32] Entre os nomes citados, destacam-se: Amadeu Amaral, Armando Salles de Oliveira, Julio de Mesquita Filho, Francisco Mesquita, Plínio Barreto e Mario Pinto Serva.

existência de uma forte identificação do jornal com os propósitos da agremiação, descritos nos artigos iniciais de seu estatuto, publicado na edição de 10 de março de 1918, p. 03:

> Art. 1º - A Liga Nacionalista, com sede em São Paulo, estranha a lutas partidárias, se destina:
>
> 1º - a manter a Federação dos Estados, a Unidade Nacional;
>
> 2º - a contribuir para o desenvolvimento dos Estados, a Unidade Nacional;
>
> 3º - a promover a educação cívica do povo;
>
> 4º - a pugnar a effectividade do voto;
>
> 5º - concorrer para a efficácia da defesa nacional.
>
> Art. 2º - Para a realisação dos fins, a Liga Nacionalista fará a mais intensa e constante propaganda, mediante:
>
> 1º - campanhas, na imprensa e na tribuna, e distribuição de livros e folhetos, que eduquem o povo no amor da Pátria, da Lei, da Liberdade e das Tradições Nacionais;
>
> 2º - a fundação de escolas primárias e profissionais, em cooperação com os poderes públicos;
>
> 3º - a fundação de escolas de cultura cívica, a celebração dos fatos nacionais, a obrigatoriedade do ensino da língua da história e da geografia pátrias por professores nacionais nas escolas estrangeiras que funcionem no país;

> 4º - combate à abstenção e fraude do voto e propaganda da obrigação legal do voto, da liberdade do eleitor e da verdade da apuração;
> 5º - a educação física do cidadão, o escotismo, as linhas de tiro e o preparo militar. (MOVIMENTO ASSOCIATIVO, 1918, p. 03).

Interessante notar que, apesar de declarar-se como uma associação "estranha a lutas partidárias", a *Liga* propunha intervir justamente em áreas onde os embates políticos eram mais intensos, como a instrução pública e o sistema representativo. Esse ponto, um tanto controverso, me parece constituir o elo entre o *grupo OESP* e a agremiação. Isso, porque, de acordo com Silvia Levi-Moreira (1982), a luta pela instalação de institu-ições verdadeiramente democráticas por meio do voto secreto, e o discurso de universalização do ensino, fariam da *LNSP* a transposição do pensamento do periódico em termos de ação organizada (LEVI-MOREIRA, 1982, p. 119).

Em tese, os vínculos estreitos com um importante órgão de imprensa, e que fazia séria oposição ao PRP, estaria nos planos dos idealizadores da *Liga Nacionalista* que pretendiam, ainda que de maneira implícita, dar formação política aos jovens bacharéis "com objetivo de que eles pudessem vir atuar" na construção "da República que ainda estava por fazer" (MATHIESON, 2012a, p. 465). Noutros termos, buscava-se criar as condições para que uma nova elite dirigente se colocasse em cena.

Para tanto, além dos membros do *grupo OESP,* estudantes e professores das renomadas faculdades paulistas, a *Liga* procurou aproximar, sob um discurso pautado na mítica da nacionalidade, os profissionais liberais que exerciam importantes funções administrativas junto ao governo, como por exemplo, na Diretoria Geral de Instrução Pública. Esses aspectos característicos dessa rede de relações sinalizam, a meu ver, uma intenção da entidade em adquirir, através das campanhas,

conferências e de outras atividades que realizou, as chaves de entrada aos espaços frequentados por aqueles que exerciam as funções de mando.

Nesse sentido, para os que intentavam seguir uma carreira parlamentar distante das amarras do perrepismo, como no caso de Mario Pinto Serva, a *LNSP* se constituía num "estágio" quase obrigatório. Por ter passado, quando jovem, pelos bancos da *Faculdade de Direito de São Paulo* e, desde 1915, atuar com regularidade n'*O Estado de S. Paulo,* o jornalista preenchia todos os requisitos para pertencer à rede de intelectuais da agremiação. Além disso, como já mencionado, Serva já havia proposto em alguns artigos que as elites cultas se organizassem em associações similares, o que leva a supor sua participação nas discussões acadêmicas que precederam a fundação da *Liga*.

Como se sabe, a *Liga Nacionalista de São Paulo* manteve-se em funcionamento entre os anos de 1916 e 1924, quando foi extinta por decreto presidencial. Contemplando todo esse período, o *itinerário* de Mario Pinto Serva na entidade foi marcado por sua dedicação à divulgação das campanhas e à elaboração de diversas estratégias de ação. Tal engajamento proporcionou a ampliação dos círculos de convívio do intelectual, que passou a contar com figuras importantes do campo educacional, como: Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e, principalmente, Antonio de Sampaio Doria.

Membro do Conselho Deliberativo da associação, Mario Pinto Serva foi designado em 10 de março de 1918 para conduzir a comissão executiva[33] de "Economia e Defesa Nacionais", composta por Luiz

---

[33] O regulamento estabelecia a formação de comissões executivas, organizadas por um regimento interno e compostas por cinco membros eleitos pelo Conselho Deliberativo para um mandato de dois anos. Seriam estas: a da Propaganda, a de Instrução Pública, a de Cultura Cívica, a de Voto e a de Defesa e Economia Nacionais (MOVIMENTO ASSOCIATIVO, 1918, p. 03).

Barbedo, Luiz Pereira Barreto, J. M. de Azevedo Marques e Mario Cardim. A responsabilidade por uma frente de trabalho específica, todavia, não limitou a atuação do jornalista, que colaborou paralelamente com as comissões de "Voto" e de "Instrução Pública".

É interessante apontar que, pelo mapeamento do jornal *O Estado de S. Paulo,* pode-se perceber que muitos dos temas abordados por Mario Pinto Serva em seus artigos eram relacionados às ações praticadas nas comissões executivas da *LNSP.* Isso permite evidenciar o comprometimento do intelectual com os ideais dessa rede de *sociabilidade.* Vejamos o exemplo a seguir.

Segundo informava *O Estado* em seu editorial do dia 24 de junho de 1917, p. 05:

> [A Liga Nacionalista] pretende [...] trabalhar ardorosamente para a defesa do voto e a sua realisação pratica. Assim é que, seguindo a uma feliz suggestão de seu distincto consocio dr. Mario Pinto Serva, ella vae pleitear a obrigatoriedade e o sigillo do voto, insistindo, a este respeito, encarniçadamente junto dos poderes públicos. (NOTAS E INFORMAÇÕES, 1917b, p. 05).

Tal sugestão foi reforçada posteriormente pelo publicista n'*O Estado,* com a publicação do artigo "O voto secreto e obrigatório", de 14 de dezembro de 1918, p. 04:

> O Brasil é uma grande Nação inteiramente imbecilisada por uma política que lentamente, dia por dia, degradou o caracter nacional e nos matou o ultimo resquício de vergonha que tínhamos, como supprimiu a faculdade de reacção que por acaso pudesse existir no nosso organismo.

> [...]
> É uma situação desalentadora, mas para a qual há remédio de effeito prompto e immediato. O regimen parlamentar nos daria de prompto o governo dos partidos. Mas, independente disso, o voto secreto e obrigatório, por si só produziria a regeneração immediata da política brasileira, obrigando a formação dos partidos. O voto secreto e obrigatório restituiria a vida a esse cadáver que é a opinião nacional, vitalisaria desde logo as nossas instituições, seria um sopro de vida nova e de grandes energias renascentes. (SERVA, 1918, p. 04).

Em suma, o que o autor define como um "remédio de effeito prompto e immediato" seria a possibilidade dos intelectuais alcançarem os cargos de poder sem sofrerem com as imposições dos "syndicatos de exploradores que se apoderam das posições e as usufruem com cynismo e desembaraço". Para ele, portanto, a instituição do voto secreto e obrigatório seria os "primeiros passos da vida democrática, a formar homens para a vida pública", ou seja, para a ascensão de uma nova camada dirigente.

Outro exemplo está na defesa feita pelo articulista às escolas noturnas para adultos, criadas pela *Liga Nacionalista* em parceria com a Diretoria Geral de Instrução Pública durante a gestão Oscar Thompson (1917 – 1920)[34]. Conforme informava o editorial "Notas e Informações" de 24 de junho de 1917, p. 03:

[34] Também conhecidas como "Escolas Nacionalistas", essas unidades receberam auxílio financeiro da Associação Comercial de São Paulo e de empresários da capital, como informa a nota publicada em *OESP* em 20 de dezembro de 1921, p.06: "Há dois annos já que conceituadas firmas comerciaes e industriaes dessa capital contribuem annualmente para a criação e manutenção das escolas dirigidas pela Liga Nacionalista e suas similares. Esse nobre gesto das classes comerciaes tem concorrido muito para o bom funccionamento daquelles estabelecimentos de ensino. [...] Actualmente, a Liga Nacionalista mantém em perfeito funccionamento cinco escolas, onde, desde 1917 até fins de 1920, foram alphabetisadas 3.318 alumnos, dos quaes 2571 são brasileiros e 747 estrangeiros". (NOTÍCIAS DIVERSAS, 1921, p. 06).

> Muito espera fazer a benemérita sociedade no tocante ao ensino, velando zelosamente pela realisação da educação cívica do nosso povo. As suas escolas, em que uma phalange generosa de moços vão exercitar um nobre sacerdócio de evangelisação cívica, abrirão dentro de dias a inscripção para as matriculas. É o primeiro passo. (NOTAS E INFORMAÇÕES, 1917b, p. 03).

Buscando conseguir novos parceiros para expansão das unidades mantidas pela associação, Mario Pinto Serva argumentava no artigo "Escola para Adultos", de 20 de abril de 1920, p.02:

> Um trabalhador sabendo ler e escrever, aprendendo um officio e noções scientíficas elementares, evidentemente vale muito mais que o trabalhador analphabeto, só capaz de funcções materiaes, de forma que, criando em todos os municípios e fazendas de S. Paulo escolas nocturnas para adultos, teremos por isso mesmo augmentado enormemente a riqueza e a producção do Estado aperfeiçoando os seus processos econômicos.
>
> [...]
>
> É preciso, portanto, que em todas as cidades, villas, municípios e fazendas do interior do Estado de São Paulo se multipliquem as escolas nocturnas para adultos, criadas pelo governo do Estado e dos municípios assim como por particulares. (SERVA, 1920d, p. 02)

Um ponto a ser ressaltado no artigo é a diferença na finalidade da proposta. Enquanto as mudanças no sistema eleitoral eram apresentadas como uma alternativa para aproximar a *intelligentsia* do poder, a alfabetização dos trabalhadores serviria como um recurso para o crescimento econômico do estado de São Paulo. Ao que parece, o projeto pedagógico do intelectual e, por extensão, da *LNSP,* objetivava imprimir uma feição dócil e disciplinada à população brasileira.

Apenas este arrolamento revela que embora assinasse os artigos em nome próprio, em diversas ocasiões Mario Pinto Serva utilizou-se do espaço que recebia n'*O Estado de S. Paulo* para publicizar indiretamente as propostas e campanhas da *Liga Nacionalista.* Na hipótese de Valéria Medeiros (2005), esse comportamento faria do jornalista um "porta-voz oculto" da agremiação, uma vez que o representante oficial seria o presidente, Frederico Vergueiro Steidel (MEDEIROS, 2005, p. 98).

Com a nomeação do respeitado militante, Antonio de Sampaio Doria, para ocupar o cargo de Diretor Geral de Instrução Pública, em 1920, a *Liga Nacionalista de São Paulo* alterou sua estratégia de ação. De um foco, antes voltado às campanhas de regeneração cívica, passou-se a enfatizar, de maneira mais acentuada, a luta por reformas políticas. Suponho que essa mudança estaria relacionada aos deslocamentos internos no campo educacional, de modo que, estando seu representante, de elevado prestígio pessoal, ocupando o cargo mais alto da hierarquia da Instrução Pública no período, a entidade pôde reivindicar, com mais facilidade, uma posição próxima aos centros de decisões de poder.

Essa movimentação beneficiou amplamente Mario Pinto Serva, no sentido de viabilizar novas formas de protagonismo político e intelectual. Um exemplo foi sua escolha para compor a comissão executiva de "Instrução Pública" da *Liga*, ao lado de Jorge Street, José Carlos de Macedo Soares e do próprio Sampaio Doria. Apesar de não haver informações suficientes para analisar a convivência desses intelectuais, suponho que ela tenha garantido ao jornalista certas vantagens dentro da agremiação.

Tal suposição justifica-se pela constatação de que nos anos de 1920 e 1921 o articulista recebeu o aval para redigir algumas das diversas representações e circulares encaminhadas pela entidade ao presidente do

estado de São Paulo e ao presidente da República. Esse tipo de tarefa era bastante relevante, pois ajudava a expandir a projeção da imagem pública dos encarregados mesmo quando, em sua divulgação, fossem atribuídas a um coletivo.

Em uma das representações de autoria de Mario Pinto Serva encaminhada pela *Liga Nacionalista* ao presidente de São Paulo, à época Washington Luís, solicitou-se que o governo estadual enviasse professores a países da Europa e aos Estados Unidos, para estudarem "minuciosamente os progressos pedagógicos realisados nessas nações" (SERVA, 1920h, p. 02). Num outro documento, desta vez, destinado a Epitácio Pessoa, então presidente da República, exigiu-se a criação de um "Departamento Nacional de Educação" para solucionar o problema do analfabetismo:

> [...] a Liga Nacionalista vem, entretanto, lembrar a v. exa. em linhas geraes, como medidas urgentes, que a União deve decretar desde logo, para iniciar a sua acção no assumpto, as seguintes:
>
> 1º - A criação de um Departamento Nacional de Educação, atribuindo-se-lhe as mesmas funcções que cabem ao Bureau de Educação nos Estados Unidos;
>
> 2º - A fundação em todos os Estados, onde haja mister, de escolas normaes, em número sufficiente para supprir as necessidades, custeadas e dirigidas pelo governo federal;
> 3º - A criação de escolas primárias em todo o território nacional, onde quer que haja brasileiros menores sem escolas, levantado-se o necessário censo, e entrando o governo nacional em accordo com os dos Estados para esse fim. (PELO ENSINO PRIMÁRIO NO BRASIL, 1920, p. 03).

Ainda que as recomendações acima não fossem uma novidade para quem acompanhava a coluna do publicista n'*O Estado*[35], sua formalização e o encaminhamento em nome da entidade revelam o funcionamento da *LNSP* como uma "corrente de opinião suprapartidária" (LEVI-MOREIRA, 1982, p. 143), a partir da qual Mario Pinto Serva e outros intelectuais procuravam influenciar nas deliberações do governo.

Mesmo após a exoneração de Sampaio Doria, em 1921, a *Liga Nacionalista* manteve essa forma de mobilização. Na I Conferência Interestadual do Ensino Primário, organizada pelo Ministério da Justiça no mesmo ano, o ex-Diretor Geral de Instrução Pública foi enviado como representante da entidade. Mario Pinto Serva também esteve no evento, no qual apresentou a tese intitulada "É um dever constitucional a intervenção da União em matéria de ensino primário". Ao que sugere, tratava-se de outro esforço da associação para conseguir novos adeptos às soluções educacionais que elegiam prioritárias para a "reconstrução da Nação".

No dia 7 de agosto de 1924, entretanto, um decreto assinado pelo presidente da República Artur Bernardes pôs fim as atividades da *LNSP.* O motivo apontado foi: a participação de membros da entidade no levante tenentista que havia tomado a capital paulista em julho daquele ano. Sem entrar nos detalhes do evento, vale mencionar que, a meu ver, tal medida do governo não encerrou por completo a rede de *sociabilidade* constituída em torno da entidade, porém, afastou Mario Pinto Serva de seu percurso no campo educacional paulista.

[35] A esse respeito, ver, sobretudo, os artigos "Conselho Nacional de Educação" (SERVA, 1919b, p. 03) e "Instrucção e Educação" (SERVA, 1919c, p. 04), publicados n'*O Estado de S. Paulo*.

Partindo-se do pressuposto de que nos anos 1920 os intelectuais paulistas se esforçaram para construir novas identidades profissionais, como a dos educadores, entende-se que as regras de inserção e permanência no campo educacional tenham, por consequência, sofrido profundas modificações, tornando-se cada vez mais rígidas e excludentes.

Pode-se compreender, nesse sentido, que enquanto esteve integrado aos "sujeitos da escola" por meio das redes de relações d'*O Estado de S. Paulo* e da *Liga Nacionalista,* no auge dos movimentos cívico-patrióticos (1916 – 1922), Mario Pinto Serva guardou uma posição de destaque como "propagandista" da causa educacional. Contudo, à medida que as campanhas da *Liga* foram perdendo a força, novos atores e espaços de consagração começaram a ganhar terreno, como por exemplo, a *Sociedade de Educação de São Paulo,* fundada em 1922, e da qual o jornalista não fará parte. Aliás, cabe perguntar: por que a ausência de um personagem tão ativo no debate educacional daquele momento, numa entidade que congregava atores de suas redes de *sociabilidade*?

Longe de esgotar as respostas para a questão, a impressão que tenho é que nesse cenário de disputas o intelectual tenha se distanciado gradualmente do campo educacional paulista por conta da centralidade que se instala sobre as ideias pedagógicas daqueles atores imersos profissionalmente no magistério. Mario Pinto Serva nunca exercera ocupação especializada no campo educacional, nem mesmo como professor. Nem por isso, ele deixará de tentar acessar outros espaços de *sociabilidade* com as credenciais que acumulou como sócio da *LNSP.*

Ainda em 1924, Mario Pinto Serva publicará a obra *A Educação Nacional,* pela editora rio-grandense *Echenique & Companhia,* braço da *Livraria Universal* de Pelotas. Ao que tudo indica, novamente uma aposta

no mercado editorial como recurso para se atingir públicos diferentes. Composto de cinquenta artigos originalmente publicados na imprensa, alguns deles n'*O Estado de S. Paulo,* o livro reúne os aspectos centrais do pensamento educacional do autor. Seu conteúdo e repercussão serão abordados no terceiro capítulo.

Aliado a isso, o articulista assinará, conjuntamente com Frederico Vergueiro Steidel, Fernando de Azevedo, Renato Jardim e Antonio de Sampaio Doria, a carta aberta escrita em 1924 por Monteiro Lobato ao presidente da República Artur Bernardes, pedindo a retomada das discussões sobre o voto secreto no Congresso Federal. De acordo com Maria Ligia Prado (1986), o manifesto seria um anúncio das pretensões de algumas parcelas da elite paulista que persistiam na ideia de oficializar a formação de um órgão de oposição ao *Partido Republicano Paulista*, tal como ocorreu em 1926, com a fundação do *Partido Democrático de São Paulo*.

Na segunda metade da década de 1920, Mario Pinto Serva fará outras duas incursões entre os educadores. A primeira, em 1927, na I Conferência Nacional de Educação, sediada em Curitiba sob a coordenação do núcleo carioca da *Associação Brasileira de Educação*. E a segunda, em 1928, na II Conferência Nacional de Educação, sediada em Belo Horizonte. Fica aqui outra indagação: quais foram os recursos discursivos mobilizados pelo intelectual para ter suas teses aceitas nesses eventos? É o que pretendo esclarecer no item a seguir.

2.3 “União e Educação Nacional”: Mario Pinto Serva na I e II Conferência Nacional de Educação

Neste item, a noção de rede de *sociabilidade* não será operacionalizada na análise devido à lacuna de informações que possam sustentar qualquer suposição sobre a existência de laços de proximidade entre Mario Pinto Serva e o círculo de intelectuais ligados a *Associação Brasileira de Educação.*

Realizada em Curitiba, capital do Paraná, entre os dias 20 e 27 de dezembro de 1927, a I Conferência Nacional de Educação deu abertura a uma série de acontecimentos cívicos organizados pela *Associação Brasileira de Educação* com o objetivo de divulgar a “causa educacional” e promover a unidade nacional. Segundo Marta Carvalho (1998), tratava-se de um evento para articulação de um amplo movimento de opinião pública voltado para as questões de educação e civismo (CARVALHO, 1998, p. 60).

Fundada em uma sala da Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 16 de outubro de 1924, a *Associação Brasileira de Educação*, responsável pela Conferência, elencava em seu programa a educação como o maior problema do país por considerar que “diferentemente dos problemas cuja solução adviria do exercício da soberania popular, a educação era fator e não resultado das reformas políticas preconizadas” (CARVALHO, 1998, p. 56). Evitando entrar em atrito com o governo, a entidade adotou um perfil despolitizado, procurando em seu discurso sempre apelar à campanha educacional como uma urgência que estaria acima das divergências políticas (CARVALHO, 1998, p. 57-59). Essa tática, empregada principalmente na divulgação dos eventos, ajudou a angariar muitos adeptos, elevando o prestígio de seu quadro social e estendendo o alcance de sua rede de *sociabilidade.*

Ao que parece, o traço nacionalista e a amplitude da campanha foram os atrativos para que Mario Pinto Serva inscrevesse seus trabalhos nas Conferências Nacionais da *ABE*. Todavia, não há registros que comprovem a presença do intelectual na rede de relações da entidade. Esse ponto, bastante curioso, me leva a questionar: como um intelectual que, naquele momento, estava fora dos espaços de projeção do campo educacional em seu lugar de atuação, o estado de São Paulo, pôde acessar dois eventos tão simbólicos para os profissionais da educação? É o que pretendo compreender analisando, na sequência desse texto, uma das teses que comunicou.[36]

De acordo com Marta Carvalho (1998), nos preparativos para o evento, Fernando Magalhães, presidente da Comissão Organizadora, assim definiu o temário da Primeira Conferência:

> 1º) A Unidade Nacional a) pela cultura literária; b) pela cultura cívica; c) pela cultura moral.
>
> 2º) A uniformização do ensino primário, nas suas ideias capitais, mantidas a liberdade dos programas.
>
> 3º) A criação das Escolas Normais Superiores, em diferentes pontos do país, para o preparo pedagógico de nosso professorado do ensino secundário e normal;
> 4º) A organização dos quadros nacionais, corporações de aperfeiçoamento técnico, científico e literário. (CARVALHO, 1998, p. 310).

A escolha dos temas, para a autora, "traduziam o programa que Magalhães priorizava: o da uniformização doutrinária da escola como

[36] Não foi possível encontrar a tese apresentada na Segunda Conferência, somente o seu título foi publicado nas notícias sobre o evento. Por isso, me detive à análise do trabalho apresentado na Primeira Conferência, em 1927.

instância de disseminação do que era proposto como patriotismo fundado na tradição" (CARVALHO, 1998, p. 311). Porém, como o regimento não vedava a apresentação de "teses sobre temas não estipulados, outras propostas fizeram-se presentes delineando outras estratégias" (CARVALHO, 1998, p. 311). É nessa categoria que a tese de Mario Pinto Serva está inserida.

Sob o título "A União e a Educação Nacional", o texto apresentado pelo publicista retoma como temática central a criação de um órgão federal dedicado ao gerenciamento das políticas educacionais, dessa vez nomeado "Ministério Nacional de Educação".

> O imprescindivel, o urgente, o fundamental no Brasil, para solução do problema da educação do povo brasileiro, é a ação coordenadora e orientadora da União. O governo federal dos Estados Unidos tem um Bureau de Educação para esse fim. O governo federal argentino também o tem, sustentando escolas primárias em que se acham matriculados cerca de 300 mil alunos.
>
> [...]
>
> Já Rui Barbosa, em 1883, proclamava a necessidade de um Ministério Nacional de Educação. (COSTA; SHENA; SCHMIDT, 1997, p. 643).

Para enfatizar o problema que motivou a proposta, o autor recorre a um conjunto de dados estatísticos cuja procedência não é informada. Na primeira tabela reproduzida abaixo, Mario Pinto Serva traz uma comparação entre o número de alunos matriculados em escolas e o número de alunos em idade escolar, estado por estado. Na segunda, é informada a porcentagem de analfabetos por unidade da federação.

Tabela 1 - Tabela comparativa sobre o total de crianças matriculadas em escolas e em idade escolar.

	Número de menores matriculados em escolas	Número de menores em idade escolar
Amazonas	11.084	72.633
Pará	37.113	196.701
Maranhão	8.163	174.861
Piauí	1.811	121.800
Ceará	47.994	263.845
Rio Grande do Norte	21.780	107.427
Paraíba do Norte	18.864	192.210
Pernambuco	53.428	430.907
Alagoas	31.446	195.749
Sergipe	11.455	95.412
Bahia	75.200	666.893
Espírito Santo	19.924	91.465
Rio de Janeiro	70.173	311.874
Distrito Federal	54.585	231.574
Sao Paulo	349.770	918.437
Paraná	52.643	137.142
Rio Grande do Sul	197.424	436.542
Minas Gerais	318.947	1.177.634
Goiás	11.000	102.383
Mato Grosso	8.157	49.322

Fonte: COSTA; SHENA E SCHMIDT (1997, p. 644).

Tabela 2 - Tabela sobre a porcentagem de analfabetos, estado por estado.

Estados	População	Analfabetos	Porcentagem de analfabetos
Alagoas	978.748	834.213	85,2
Amazonas	363.166	266.552	73,4
Bahia	3.334.465	2.720.990	81,6
Ceará	1.319.228	1.073.262	81,4
Distrito Federal	1.157.873	447.621	38,7
Espírito Santo	457.328	349.400	76,4
Goiás	511.919	433.389	84,7
Maranhão	874.337	735.906	84,2
Mato Grosso	246.612	174.819	70,9
Minas Gerais	5.888.174	4.671.533	79,3
Pará	983.507	695.806	70,7
Paraíba do Norte	961.106	834.155	68,8
Paraná	685.711	492.512	71,8
Pernambuco	2.154.835	1.770.302	82,2
Piauí	609.003	536.061	88,0
Rio de Janeiro	1.559.371	1.173.975	75,3
Rio Grande do Norte	537.135	440.720	82,1
Rio Grande do Sul	2.182.713	1.334.771	61,2
Santa Catarina	668.743	471.342	70,5
São Paulo	4.592.188	3.222.609	70,2
Sergipe	477.064	397.429	83,3
Acre	82.379	64.881	70,2

Fonte: COSTA; SHENA E SCHMIDT (1997, p.643).

Levando em consideração a conjuntura estrutural e socioeconômica do país naquele período, o que certamente dificultava o trabalho de censo, a exatidão dos dados se faz questionável. Mas, para o jornalista, isso não reduzia a dimensão do problema:

> Há quem conteste o número relativo ao Brasil. Mas que um incêndio esteja queimando 70 ou 80% de cada casa pouco importa; o que importa é atacá-lo imediatamente. Que um indivíduo esteja com 70% ou 80% dos pulmões tomados pela tuberculose, pouco faz ao caso; o que cumpre é atalhar o mal.
> Há três ou quatro estados do Brasil que estão começando a combater o analfabetismo e a educar seu povo. Mas a quase totalidade pouquíssimo faz, pelo que cumpre a União levantar o lábaro da educação do povo, estimulando todos ao cumprimento do dever. (COSTA; SHENA; SCHMIDT, 1997, p. 648).

Para cumprir com o papel estipulado, conforme sugeria o autor, o governo federal deveria:

> a) criar um Bureau de Educação igual ao americano ou argentino, com idênticas funções;
> b) fundar umas dez ou vinte escolas normais, principalmente no Norte do País;
> c) criar escolas noturnas para adultos;
> d) fundar escolas primárias nos estados que as solicitem ou não as oponha. (COSTA; SHENA; SCHMIDT, 1997, p. 642).

Contando com poucas páginas, com exceção das sugestões supracitadas, o trabalho se resume a pequenos comentários sobre os dados das tabelas, sem aprofundamento. Em suma, o interesse do autor consistia somente em recolocar em debate uma proposta por ele apresentada anos

antes, na imprensa, nas representações da *Liga Nacionalista* e até mesmo em seu livro *A Educação Nacional* (1924). No entanto, o que ocasionou um intenso debate sobre a tese de Mario Pinto Serva foi exatamente seu conteúdo estatístico.

Segundo a cobertura do evento feita pelo jornal *O Estado de S. Paulo,* publicada em 27 de dezembro de 1927, p. 04:

> "União e educação nacional" do dr. Mario Pinto Serva provoca intensos debates sobre o valor das estatísticas que encerra, que são acoimadas de inexactas pelos professores Raul Gomes e Oswaldo Orico. O primeiro diz que o dr. Pinto Serva para uns Estados toma a matrícula para outros a frequência. Também erra na copia quando dá a matrícula de Santa Catharina para a do Paraná. O segundo mostra também outros enganos como a base do cálculo dos analphabetos em população geral. O parecer acceitando da these apenas o appelo que pede ao Governo Federal para a criação do "Bureau Nacional de Educação", é approvado. (CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1927, p. 04).

O relato do jornal autoriza nossa suposição de que, sem contar com o suporte dado pela rede de *sociabilidade* da *LNSP,* Mario Pinto Serva acabou impossibilitado de sustentar sua posição no campo educacional apenas com seus argumentos. A contestação pública das informações utilizadas para sustentar a tese coloca em evidência a fragilidade dos recursos utilizados pelo autor para se fazer *reconhecido* perante os atores em circulação no espaço da Conferência. Com efeito, por não se tratar de um texto completamente inédito, possivelmente suas ideias estariam em descompasso com as preocupações que norteavam o debate naquele momento.

Muito embora tenha participado da II Conferência Nacional de Educação, sediada em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, entre os dias 04 e 11 de novembro de 1928, com a tese "Planos para a Alfabetização do Brasil", Mario Pinto Serva nunca tornou a ocupar um lugar proeminente no campo educacional. Mesmo assim, dada a importância desses eventos para a legitimação das identidades e para a perpetuação de interpretações históricas formuladas por seus idealizadores, acredito que a presença do intelectual nas arenas do debate bastasse, por assim dizer, para adquirir benefícios para sua imagem política.

Diante do exposto, conclui-se que a aceitação das teses de Mario Pinto Serva nos eventos promovidos pela *Associação Brasileira de Educação* no final dos anos 1920, estaria relacionada com os mecanismos de propaganda empregados pela entidade para divulgar a "causa educacional". Por essa fresta, a meu ver, o intelectual, portador das credenciais fornecidas por seu pertencimento as redes de relações d'*O Estado de S. Paulo*, da extinta *Liga Nacionalista* e, à época, do *Partido Democrático de São Paulo,* pôde inserir-se nas Conferências Nacionais como um "incansável publicista" do combate ao analfabetismo.

Vale refletir, no entanto, quais seriam os outros aspectos que compõem o pensamento educacional do jornalista? Estariam seus textos sobre educação realmente limitados à repetição de dados e ideias? Ou então, nessas publicações, como se dava o diálogo com os intelectuais e com as correntes científicas em voga? Essas questões serão o ponto de partida para a análise dos artigos de Mario Pinto Serva no próximo capítulo.

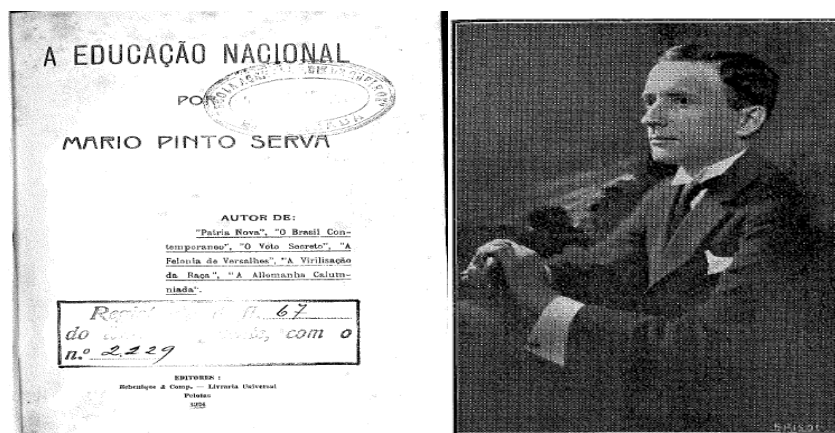
Capítulo 3

"A ESPINHA DORSAL DA NACIONALIDADE": A EDUCAÇÃO NOS ARTIGOS DE MARIO PINTO SERVA EM *O ESTADO DE S. PAULO* (1915 – 1928) E NO LIVRO *A EDUCAÇÃO NACIONAL* (1924)

3.1 A Educação Nacional (1924)

No ano de 1924, a editora rio-grandense *Echenique & Companhia,* empresa da *Livraria Universal*[37] de Pelotas, publicou *A Educação Nacional* de Mario Pinto Serva. De composição gráfica simples, impressa no formato 22x14,5cm, a obra, na contracapa, faz uma pequena menção a outros trabalhos do autor e traz, na folha de rosto, sua foto. Não há prefácio ou introdução. E o índice encontra-se no final.

[37] Fundada em 1887 pelos irmãos Carlos e Guilherme Echenique, a *Livraria Universal* funcionava na rua XV de Novembro, esquina com a rua 7 Setembro, na região central de Pelotas, Rio Grande do Sul. Mantendo filiais nas cidades de Porto Alegre e Rio Grande, a casa editorial adquiriu importância pela publicação de diversas obras de caráter pedagógico de autores nacionais e estrangeiros. Para mais informações ver: TAMBARA, Elomar; ARRIADA, Eduardo. Editoras e Tipografias no Rio Grande do Sul: publicação e circulação de livros didáticos. *In:* VI Congresso Brasileiro de História da Educação, 2011, Vitória. *Anais* [...]. *Revista Brasileira de História da Educação*. São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2011. v. 1. p. 01-11.

Figura 3 - À esquerda, a contracapa do livro com menção a outras obras do autor, à direita, fotografia de Mario Pinto Serva impressa na folha de rosto.

Fonte: SERVA (1924, p.5 e 7).

Em seu conteúdo, o livro reúne cinquenta artigos do intelectual sobre educação, publicados originalmente na imprensa periódica, sendo alguns deles no jornal *O Estado de S. Paulo,* entre os anos de 1917 e 1920 (Anexo). A disposição dos capítulos não segue organização temática ou cronológica, tampouco se faz referência aos periódicos e as datas onde os textos apareceram pela primeira vez[38].

Conforme assinalado no capítulo anterior, *A Educação Nacional* veio a público num período conturbado, de acirradas disputas identitárias no campo educacional paulista. Nesse clima, acredito que Mario Pinto Serva estivesse sendo afastado gradualmente dos atores e das esferas de

[38] Segundo Tambara e Arriada (2011), em 1917, a *Livraria Universal,* responsável pela publicação do livro, adquiriu sua concorrente, a *Livraria Americana,* que tinha como prática o lançamento de obras de baixo custo, muitas vezes publicadas de forma ilícita, sem a autorização dos editores originais e sem pagar direitos autorais. Essa, talvez, possa ser a explicação para a estrutura gráfica de *A Educação Nacional* de Mario Pinto Serva (TAMBARA; ARRIADA, 2011, p. 05-06).

consagração da educação. O local de edição e impressão do livro, o estado do Rio Grande do Sul, conduz a esse apontamento ao deixar algumas perguntas. Por exemplo: teriam as gráficas e editoras paulistas se recusado a publicar a obra? Por que o livro não foi impresso pela Seção de Obras do jornal *O Estado de S. Paulo* do qual o articulista era colaborador? Certamente seria interessante responder a essas questões, no entanto, faltam elementos para isso no momento.

De todo modo, observando os anúncios do periódico consultado, constatou-se que pouco tempo após ser lançado, o livro já se encontrava em segunda edição. Essa informação, apesar de não terem sido encontrados dados sobre a tiragem da obra, me leva a crer que *A Educação Nacional* teve uma ampla circulação.

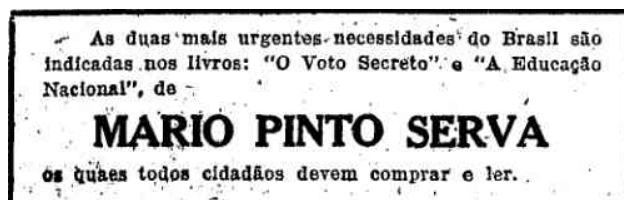
Figura 4 - Anúncio dos livros *O voto secreto* e a *A Educação Nacional* publicado na primeira página d'*O Estado de S. Paulo* em 02 de abril de 1925.

Fonte: AS DUAS MAIS URGENTES NECESSIDADES DO BRASIL (1925, p. 01).

Figura 5 - Anúncio comentado de *A Educação Nacional* publicado em *OESP* no dia 19 de fevereiro de 1925, p. 02.

LIVROS NOVOS

"A EDUCAÇÃO NACIONAL"

de Mario Pinto Serva

Acha-se já em 2.a edição esse livro, editado no Rio Grande do Sul, e sobre o qual assim se pronunciaram jornalistas desse Estado:

"E' o mais perfeito diagnostico de um clinico de valor, em reproches heroicos, sobre a diáthese de um povo.

O moço paulista, na melhor quadra da vida, dentro da moldura azul dos seus sonhos, focalisou para o povo, numa forma pratica e concreta, a ancia divinatoria de uma raça exilada.

Seja a "Educação Nacional", o livro de Mario Pinto Serva, como os versos de Euripedes, a sina de luz do Brasil redimido.

(Jornal da Manhã de 20 de Outubro de 1924)

(Assig. Guerreiro Victoria)

"Mario Pinto Serva, essa individualidade extraordinaria, essa figura cyclopica, esse espirito fecundo, esse talento de escól, que reune em si todas as qualidades para ser considerado o orgulho de uma raça, pois que, além dessas prerogativas que definem e elevam acima do nivel commum a sua individualidade inconfundivel, encarna ainda a que mais o dignifica; pois é incontestavelmente o maior dos patriotas dos nossos tempos, e é portador de taes credenciaes que, com os lampejos de uma vasta intelligencia, illumina a estrada que nos conduzirá ao mais sorridente dos futuros.

(E. Gallo — Jornal da Manhã de 15 de Agosto de 1924)

Fonte: LIVROS NOVOS (1925, p. 02).

Não se pode afirmar se os dois comentários adicionados à segunda propaganda foram extraídos de matérias pagas ou se existia proximidade entre o intelectual e os articulistas do *Jornal da Manhã.* Todavia, deixando de lado os elogios exagerados, é interessante destacar que em nenhum momento Mario Pinto Serva é denominado um educador, mas sim como um "patriota" de "individualidade inconfundível". Suponho, nesse

sentido, que dada a maneira como o autor era *reconhecido,* o livro possa ter alcançado uma recepção maior entre os grupos políticos do que em meio aos educadores.

Seja como for, neste item buscou-se somente apresentar os aspectos gerais da obra *A Educação Nacional* (1924) para, ao longo do capítulo, poder articular seu conteúdo às informações extraídas de *O Estado de S. Paulo* na análise do pensamento educacional de Mario Pinto Serva. Cabe esclarecer, no entanto, que a abordagem não priorizou uma ou outra fonte – jornal ou livro – mas sim o conjunto de temas, ideias e diálogos que ambas trazem. Por essa razão, o texto foi estruturado seguindo as temáticas educacionais mapeadas nesses suportes e que, a meu ver, representam as principais inquietações do jornalista.

3.2 "O dever do intellectualismo brasileiro"

A abordagem do problema do analfabetismo nos artigos de Mario Pinto Serva transcorre numa convocação permanente às elites intelectuais. Segundo o autor, para assumirem seu papel na política, a *intelligentsia* necessitava se debruçar sobre os problemas do país, propondo alternativas de incorporação dos desfavorecidos ao seu projeto de Nação, sem, no entanto, comprometê-lo.

> Ao intellectualismo brasileiro cabe neste momento histórico, crítico e decisivo, sacudir vigorosamente o torpor mental em que jaz a nossa raça, acordal-a em cada um dos seus membros para a vida intensa, despertar em cada brasileiro a consciência de seus direitos e de seus deveres, para afinal iniciarmos uma era de vida nacional intensa, pelo

> appelo às energias de todos os cidadãos, pelo revigoramento cívico, pondo um termo à inércia, à frouxidão, à desídia e ao relaxamento collectivo, que tem sido melhor factor da política aventureira, fazendo-se assim de cada cidadão um factor activo e consciente na vida nacional, em logar de se o que é hoje uma cellula morta num organismo em dissolução.
>
> [...]
> Só uma comprehensão clara, positiva e integral da evolução nacional, uma actuação harmônica e reciproca de todos os espíritos, uma ampliação intensa da cultura moral e scientifica, uma cooperação vivaz de idéas e sentimentos, uma concepção de novos ideaes a nortearem o nosso estudo e o nosso trabalho mental, integrando a pátria numa harmonia de intelligencias, de vontades, de consciências e de actos – só esses factores nos farão resurgir como uma nacionalidade consciente, digna e viril, caminhando audaz e forte para a realisação dos seus magníficos destinos. (SERVA, 1916b, p. 04).

Fazer de "cada cidadão um factor activo e consciente na vida nacional", promovendo, por meio de uma "actuação harmônica e recíproca de todos os espíritos", o ressurgimento de "uma nacionalidade consciente, digna e viril". Anunciadas como o apostolado cívico das elites culturais, essas posições, entendo, devem ser vistas como uma manifestação comum dessas camadas em seu intento de tutelar o encontro entre o povo e o sistema representativo. Nas palavras de Serva (1919a, p. 03):

> O intellectualismo em todas as suas manifestações não pode ser exercido ou comprehendido como um "sport" ou mero passatempo, mas precisa ter como escopo final o servir à humanidade, ao seu bem estar, ao seu melhoramento moral, intellectual e physico.

Assim, para se afirmar como uma verdadeira "classe pensante", o jornalista defendia que os intelectuais se dedicassem a aplicar o

conhecimento científico que possuíam no entendimento da realidade nacional. Para tanto, era preciso abandonar "futilidades", como se perguntar "o que é que faziam os nossos antepassados há um século atrás, ou o que é que fazem e dizem os intellectuaes e os elegantes parizienses de hoje" (SERVA, 1919a, p. 03), e prestar mais atenção nos "patrícios, ora quase totalmente analphabetos, doentes, abandonados no sertão" (SERVA, 1919a, p. 03).

> Tal é a pregação, o apostolado e a evangelisação que se impõe ao nosso paiz no actual momento histórico que atravessamos. Todas as esperanças em uma pátria melhor residem num grande movimento pela educação dos brasileiros. O progresso nacional está dependente da diffusão mais ampla da instrucção e do desenvolvimento da sciencia. Todo aperfeiçoamento na nossa vida social ou econômica só poderá ser obtido por essa forma. (SERVA, 1920i, p. 07).

Dever da intelectualidade, o cuidado com a "educação dos brasileiros", portanto, não poderia ser abandonado por aqueles que arquitetavam as transformações do sistema político do país. Por esse motivo, para o publicista, era importante que, em sua atuação, seus pares tomassem iniciativas educacionais, sempre em prol da "nobilitação da raça".

> Todos os nossos sentimentos generosos deviam voltar-se para a grande tarefa de melhorar e nobilitar a raça brasileira.
> Porque nós no Brasil por iniciativa particular não procuramos fundar bibliothecas e instituições scientíficas de toda espécie, visando abrir a intelligencia dos nossos patrícios em todo o paiz? (SERVA, 1920g, p. 04).

Somente esse “intelligente altruísmo” demonstraria para toda a população o nobre gesto das elites culturais diante de uma situação desoladora que havia se formado porque,

> Em logar de nos preoccuparmos com o grande numero de intelligencias completamente perdidas que constituem a grande massa de brasileiros, condemnados à miséria mental, deprovidos das mais rudimentares noções scientíficas, nunca fizemos outra coisa senão povoar o paiz de bacharéis, médicos e engenheiros, em permanente crise de superproducção.
> Possuímos, sem dúvida algumas summidades intellectuaes, mas o nível mental geral da população é o mais baixo entre os paízes civilisados, é inferior ao de paízes considerados não civilizados. (SERVA, 1915a, p. 04).

Nesse sentido, visto como uma “civilisação de fachada”, o país dependia desses esforços para ajustar os ponteiros de seu progresso à marcha das grandes civilizações.

> O Brasil é como um relógio em que nenhuma das peças desempenha a sua funcção, em que nenhuma das peças preenche a sua missão, em que nenhuma das peças perfaz o trabalho útil que lhe compete.
> Por isso o relógio não regula e desanda a todo o momento. Por isso é preciso arranjar uma por uma, adestral-as para a funcção que têm a exercer. (SERVA, 1917b, p. 03).

A metáfora utilizada é interessante e não esconde as intenções da proposta. O arranjo das peças, como sugere o autor, torna clara a existência de destinos específicos para cada camada social na “reconstrução nacional”. Ao que parece, aos homens cultos caberia a condução do poder, enquanto

aos trabalhadores caberia cumprir disciplinarmente, para o bom funcionamento do relógio, o “trabalho útil que lhes compete”.

Vale lembrar que, nesse período, as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores urbanos já anunciavam a eclosão de um levante operário, tal como ocorreu em julho de 1917. Daí, talvez, o caráter de urgência atribuído à intervenção dos intelectuais na instrução da população. Na opinião do articulista, a difusão do alfabeto poderia evitar que acontecimentos indesejados viessem a interromper o ciclo de mudanças a se realizar.

> Não é evidentemente de uma revolução armada que nós precisamos no paiz, mas é de uma revolução mais radical e profunda nas consciências e nos espíritos, para sacudirmos energicamente a mentalidade da raça, provocando-lhe a elaboração das idéas e das concepções que nos conduzam a uma evolução definitiva da nacionalidade. (SERVA, 1916b, p. 04).

> O pensamento é a grande força propulsora do individuo e da sociedade. O alphabeto é o único meio de preservar e transmitir essa força de um indivíduo a outro. Para levar o pensamento fecundante a todos os brasileiros é preciso o vehiculo do alphabeto. Sem alphabeto não há fecundação mental, os espíritos são terrenos baldios e incultos. (SERVA, 1924, p. 141).

Apesar do tom filantrópico, percebe-se nos artigos de Mario Pinto Serva um temor em relação aos efeitos perniciosos que as parcelas menos abastadas da sociedade, em sua maioria composta por analfabetos, pudessem trazer à República. Cabe entender, nesse sentido, quem eram esses indivíduos sem rosto cuja falta de instrução representava o “maior de todos os problemas nacionaes”.

3.3 A figura do analfabeto e o papel da escola

No pensamento educacional de Mario Pinto Serva estão presentes duas definições do analfabeto, forjadas a partir das interpretações de Monteiro Lobato e Miguel Couto sobre a população brasileira. Analisando o diálogo estabelecido com esses intelectuais, neste item, pretende-se descortinar os recursos empregados pelo jornalista para aproximar suas propostas dos temas e ideias em debate no período.

Espalhada aos milhares pelo "vasto âmbito do território nacional", as populações analfabetas estariam "chumbadas ao pelourinho da ignorância, incapazes da gloria do viver illuminado pela razão, pela sciencia, pelo civismo e pela arte" (SERVA, 1924, p. 31). Vítimas de "todas as desorganizações nacionaes", os "caboclos, caipiras, sertanejos, tabaréus, gaúchos, seringueiros" e estrangeiros constituíam, nas palavras do autor, uma "raça inteira a levantar, civilisar, cultivar e nobilitar" (SERVA, 1924, p. 32).

Condenados ao fatalismo, esses habitantes dos sertões e cidades do país foram representados pelo articulista de maneira dicotômica, visando diferenciar o trabalhador nacional do imigrante, ambos sem acesso à escola. Ao que tudo indica, os critérios para tal distinção seriam os destinos pensados pelo intelectual para cada segmento social no conjunto da Nação.

Começando pela leitura que faz do homem rural brasileiro, é interessante destacar que para sustentar sua argumentação, Mario Pinto Serva se baseia inicialmente no relatório publicado em 1916 pelos cientistas do Instituto Oswaldo Cruz, Arthur Neiva e Belisário Penna, intitulado "Viajem Scientifica pelo Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piahuy e de norte a sul de Goiaz". Conforme descreve o autor no artigo "Um paiz abandonado":

> A leitura desse livro descerra as cortinas e descobre à nossa vista o panorama trágico e dantesco de um enorme paiz completamente abandonado em que vagueia lacerada de misérias uma raça inteira em desamparo de qualquer assistência.
> Esse livro faz-nos percorrer uma região inteira que, embora há séculos habitado, ainda se encontra impermeável ao progresso, vivendo os seus habitantes como os povos primitivos, abandonados de toda e qualquer assistência, sem estradas, sem polícia, sem escolas, sem cuidados médicos nem hygienicos, contando exclusivamente com os parquissímos recursos, defendendo suas vidas à bacamarte, sem protecção de espécie alguma, sabendo da existência dos governos porque se lhes cobram impostos de bezerros, de bois de callos e burros. (SERVA, 1924, p. 21-22).

Do livro em questão, o jornalista extraiu a citação abaixo, reproduzida no artigo "Um século falho":

> Conhecemos quase todos os Estados do Brasil e pesa-nos dizer que, com excepção dos Estados do sul, nos quaes se cuida de algum modo da instrucção do povo, da viação, de leis protectoras da lavoura, pecuária e industrias connexas, quase todos os outros, exceptuando as capitaes e alguns municípios, são vastos territórios abandonados, esquecidos pelos dirigentes, com populações vegetando na miséria, no obscurantismo, entregues a si mesmas flagelladas pelas seccas no Brasil Central, e por moléstias anniquiladoras, como o impaludismo, ankilostomose e a moléstia de Chagas nos Estados de Maranhão, Matto Grosso e norte de Minas. (NEIVA; PENNA *apud* SERVA, 1924, p. 04).

Pelo relato de viagem dos médicos, Mario Pinto Serva procurou enfatizar a ideia de que os problemas sanitários do país seriam resultado da

carência educacional da população.[39] Nas palavras do autor, essas mazelas, vividas principalmente pelos moradores do campo, retratavam a fragilidade de nosso sentimento de nacionalidade. Sentimento, aliás, que tinha como parâmetro o personagem Jeca Tatu.

Tendo sua primeira aparição em carta redigida por Monteiro Lobato à seção "Queixas e Reclamações" do jornal *O Estado de S. Paulo,* no ano de 1914, Jeca Tatu tornou-se a representação caricatural do trabalhador rural do Brasil. Sentado de cócoras, picando fumo, doente e preguiçoso, o caboclo lobatiano era exatamente o oposto daquele contemplado pela visão ufanista. Incapaz de compreender os sentidos da Pátria e do progresso, a princípio, Jeca foi apresentado como "um parasita da nação" (SILVA, 2013, p. 14-16).

Entretanto, em 1918, o personagem passa por uma revisão de seu criador. Convertido pelo ideário sanitarista, Lobato se desculpa com Jeca Tatu, afirmando que seu flagelo não decorria de suas atitudes, mas do descaso político com o problema das endemias rurais (LIMA, 1999, p. 146)[40]. Numa retórica bastante semelhante à de Mario Pinto Serva, alegava o escritor de Taubaté que a falta de consciência dos governantes sobre o assunto devia-se ao "ceticismo diante do que destaca como um dos maiores problemas da República brasileira: o seu bacharelismo" (LIMA, 1999, p. 146).

---

[39] Suspeita-se que Belisário Penna, um dos autores do relatório, também integrasse os círculos de amizade de Mario Pinto Serva. É o que indica a dedicatória do livro "Saneamento do Brasil" (1923), publicada em *OESP* no dia 14 de outubro de 1952, p.11, na qual se insere a seguinte nota: "A Mario Pinto Serva, o apostolo da campanha de instrução e educação nacional, homenagem de elevado apreço e estima".

[40] Nas palavras do próprio escritor, em nota inclusa a 2ª edição de *Urupês*: "E aqui aproveito o lance para implorar perdão ao pobre Jeca. Eu ignorava que eras assim, meu Tatu, por motivos de doença. Hoje é com piedade infinita que te encara quem, naquele tempo, só via em ti um mamparreiro de marca. Perdoa?" (LOBATO *apud* LIMA, 1999, p. 146).

Demonstrando simpatia pela leitura social de seu colega de redação n'*O Estado* e na *Revista do Brasil,* Mario Pinto Serva adota em alguns artigos o Jeca Tatu como retrato do brasileiro analfabeto. A escolha de uma imagem tão difundida significa, a meu ver, outra forma encontrada pelo publicista para apoiar suas colocações: "como um povo fraco, dessorado, doentio e ignorante, em que o typo de Jéca Tatú se encontra aos milhões e constitue a maioria, temos uma nacionalidade inconsistente, débil, pobre" (SERVA, 1924, p. 19).

No entanto, diferentemente do que afirmava Monteiro Lobato, para Mario Pinto Serva a salvação de Jeca Tatu não dependia exclusivamente da adoção de políticas sanitárias, mas da universalização da escolarização. Como bem expressa o trecho a seguir:

> Jéca Tatú só desapparecerá com a escola espalhada por todo o interior do paiz, escola que eduque physica e mentalmente o nosso povo. Com um povo forte e preparado, teremos uma nacionalidade dominadora e vigorosa. (SERVA, 1924, p. 19).

Entre os elementos que fundamentam a proposta do jornalista, destaco sua noção de que instrução incidia em preparo para a vida prática. Em sua concepção, a educação escolar traria ao caipira improdutivo uma gama de conhecimentos capazes de extinguir todas as determinantes do atraso nacional condensadas em seu ambiente e modo de vida. Em outras palavras, a escolarização faria de Jeca Tatu um educador do meio social, transformando a realidade em que vive num cenário positivo de evolução permanente.

> Jéca Tatú, mandando o filho à escola, só com isso começa a abrir os olhos para uma porção de coisas intellectuaes. A attenção começa a se

> concentrar para um milhão de assumptos que não lhe detinham o espírito nem por um momento. Jéca tatu matriculando o filho na escola – eis o ponto de partida para a sua transformação, regeneração e intelectuallização.
>
> [...]
>
> Porque o que povôa o interior dos nossos Estados todos – são outras tantas famílias de Jéca Tatú. Mas o filho um só que seja, de Jéca Tatú, frequentando escola e recebendo uma educação elementar completa, esse único filho educa, instrue, eleva, civiliza toda a família de Jéca Tatú, componha-se ella de dez membros. (SERVA, 1924, p. 65-66)

A opinião de Mario Pinto Serva não se distanciava muito daquilo que havia descrito Monteiro Lobato ao narrar a ressurreição de Jeca Tatu. O que mudava, como mencionado acima, era o caminho escolhido para solucionar a questão. Nos termos de Lobato, Jeca passara de caipira a *farmer* apenas acreditando e seguindo as prescrições da ciência médica[41]. Já para Serva, tal transformação seria possível somente com a inserção do personagem no ambiente escolar. Mesmo assim, em ambas as perspectivas o que estava presente era justamente a adaptação desse brasileiro analfabeto ao meio rural. O Jeca higienizado e instruído tornar-se-ia astuto no trato com a terra, extraindo do espaço onde vivia riquezas que beneficiariam tanto a ele e sua família, quanto ao seu país.

Porém, segundo o publicista, para fortalecer a nacionalidade era preciso agir conjuntamente sobre outra ameaça: o analfabetismo entre os imigrantes. Nesse particular, ainda calcado no discurso médico sanitário, Mario Pinto Serva traz uma representação do estrangeiro analfabeto baseada numa definição patogênica: o "microcephalo". O termo,

[41] Uma análise interessante a respeito da ressurreição de Jeca Tatu está presente em LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: IUPERJ – UCAM, 1999.

emprestado do médico Miguel Couto, foi aplicado pelo intelectual nos artigos "Escola para Adultos" e "Conferência Nacional de Educação", bem como na representação encaminhada pela *Liga Nacionalista* ao presidente Epitácio Pessoa em 1921. Vejamos o excerto abaixo:

> Como paiz de immigração, o Estado de S. Paulo recebe annualmente grandes levas de estrangeiros, quase todos de paizes meriodionaes, da Europa, onde prepondera enormemente o número dos que são totalmente ignorantes inclusive das primeiras letras.
>
> [...]
>
> O número de immigrantes entrados no Estado de S. Paulo desde 1827 até o presente eleva-se a cerca de 1.800.000 italianos, hespanhoes, portuguezes, syrios e outros, quase todos recrutados entre as classes mais atrasadas e incultas do Velho Mundo. E esses elementos todos incultos vêm se reunir aqui aos nossos caboclos e caipiras que só agora começam a sahir do estado de imprepraro em que apalermavam.
>
> [...]
> É grave a constatação: "O analphabeto, diz o dr. Miguel Couto, é como um microcephalo: a sua visão psychica estreitada, porque embora veja claro, a enorme massa das noções escriptas lhe escapa: pelos ouvidos passam palavras e idéas como se não passassem: o seu campo de apercepção é uma linha, a intelligencia o vácuo: não raciocina, não entende, não prevê, não imagina, não cria. (SERVA, 1920d, p. 02).

Ao contrário da situação das "famílias de Jeca Tatu" onde o diagnóstico se estendia às crianças, no caso dos "microcephalos", o quadro se concentrava prioritariamente na população adulta:

> Se os analphabetos são microcephalos, a metade da população do Estado de S. Paulo se compõe de Microcephalos. Há dois milhões de habitantes maiores no Estado de S. Paulo que são microcephalos!
> Supponhamos que esse cálculo não seja exacto e que haja apenas no Estado de S. Paulo cerca de 1.500.000 adultos analphabetos. Assim mesmo merecemos ser tratados como um Estado de microcephalos. (SERVA, 1920d, p. 02).

Por esse motivo, a alternativa sugerida pelo autor para lidar com essa questão consistia na criação de escolas noturnas para adultos. Como apontado no capítulo anterior, essa ideia foi colocada em prática pela *Liga Nacionalista de São Paulo* com suporte da Diretoria Geral de Instrução Pública e da Associação Comercial de São Paulo. No entanto, não foram encontrados registros sobre a organização curricular desses estabelecimentos de ensino. A única referência à sua estruturação e suas finalidades está presente no artigo "A educação dos adultos":

> [...] a educação dos adultos impõe-se porque o espírito do homem só attinge à maturidade muito tempo depois da frequentação escolar, e o trabalho productivo se exerce assim como se deferem os direitos de cidadão, quando o indivíduo já está na edade adulta.
>
> Assim a organisação da educação dos adultos deve visar dois objectivos: a) prover os meios de extinguir o analphabetismo nos immigrantes ou nos nacionaes que não tiveram nenhuma instrucção na edade escolar; b) prover meios de completar a educação escolar nos adultos, quer fornecendo-lhes noções scientíficas e práticas para as artes e officios, quer ampliando-lhes a cultura geral.
>
> O meio mais pratico de prover a educação dos adultos reside nas escolas nocturnas, como se encontram organisadas em todos os paizes da Europa ou nos Estados Unidos. Essas escolas são ou elementares, nas quaes se ministram os rudimentos da educação geral, ou secundárias,

> nas quaes se ministra instrucção systemática em diversas especialidades profissionaes.
> Entre nós essas escolas se tornam peculiarmente necessárias para ensinar aos immigrantes nossa língua e nossa organisação social e econômica, facilitando-lhes a adaptação e a integração ao meio. (SERVA, 1924, p. 235).

Para além da transmissão dos "rudimentos da educação geral", ou seja, do "ler, escrever e contar", a escolarização dos "microcephalos" intentava nacionalizar os imigrantes e adaptá-los às demandas do trabalho urbano. Parcela significativa da massa de trabalhadores da capital paulista no período, nos estrangeiros analfabetos via-se a possibilidade de capacitação ao exercício de profissões qualificadas e necessárias ao desenvolvimento industrial. Ao mesmo tempo, esperava-se, por meio da instrução, conter qualquer "predisposição" a organização sindical, entendida como um perigo à continuidade do regime político em vigor.

Expostos esses aspectos, percebe-se que as figuras de Jeca Tatu e do "Microcephalo" serviram a Mario Pinto Serva como ponte de diálogo com o movimento sanitarista em seus artigos sobre educação. Por meio dessas representações, o jornalista delineou uma fisionomia da população analfabeta e da precariedade de suas condições de vida, o que favorecia sua argumentação sobre a importância da escolarização na construção da nacionalidade. Mas qual seria o papel da escola?

Como vimos acima, sofrendo das angústias de seu tempo, Mario Pinto Serva atribuiu à escola o papel de regenerar as populações brasileiras, tornando-as produtivas, disciplinadas e saudáveis. Definida como central ao processo de sedimentação da nacionalidade, à instituição escolar caberia conduzir o "novo cyclo da raça brasileira", transformando o povo "physica

e mentalmente" em "homens de vigor no espírito e nos músculos, e mulheres formosas de corpo e formosas de alma" (SERVA, 1924, p. 17).

É interessante apontar, conforme demonstrou José Gondra (2004), que esse sonho de educar física, intelectual e moralmente os indivíduos configurava a utopia de uma educação integral que vinha sendo compartilhada no discurso dos médicos higienistas brasileiros desde o período imperial (GONDRA, 2004, p. 225). Ao que tudo indica, nos artigos de Mario Pinto Serva, escritos num momento muito marcado pelos acontecimentos que sucederam a deflagração europeia de 1914 e que envolveu países altamente escolarizados, essa crença em "esculpir" a população por meio da instrução acabou emergindo novamente junto às preocupações em superar a inferioridade do tipo nacional em comparação ao estrangeiro:

> O povo brasileiro ou se levanta e se regenera por um intenso movimento educativo ou arrastará por algum tempo ainda na mesma vida anarchica e chaotica para afinal ceder o logar a outras raças que acabarão por dominal-o e das quaes seremos subalternos. (SERVA, 1915c, p. 04).

Sem se ater aos aspectos pedagógicos e práticos que norteariam as atividades escolares para esse fim, Mario Pinto Serva concebeu a escolarização como um processo relativamente simples, onde caberia aos poderes públicos "ministrar a todas as camadas da população os elementos básicos dos conhecimentos, ensinar a ler e escrever, e proporcionar os rudimentos das differentes profissões uteis" (SERVA, 1915c, p. 04).

Nesse sentido, uma vez distribuída por todo o território do país, a escola levaria o "baptismo da civilização, o despertar da nossa raça para a vida mental, para o trabalho de aperfeiçoamento intellectual, para a

renovação e transformação" que urgia realizar "galvanizando a inercia do nosso povo" (SERVA, 1924, p. 66). Em outros termos:

> A idéa da educação, infundida em todos os espíritos, constituindo a preocupação dominante da nacionalidade, propagada a todos os Estados, todos os municípios, todas as localidades do Brasil, será a grande força dynamica de que precisamos para attingir o período de plena florescência da nossa civilisação e de nossa força. (SERVA, 1924, p. 66).

Em realidade, conforme colocado anteriormente, o publicista acreditava que a influência da educação escolar no meio social transcendia os indivíduos escolarizados, estendendo seus efeitos a todos aqueles que convivessem com eles.

> O joven que frequenta a escola é um factor de educação na sua própria família: os pais e irmãos começam a se interessar pelos assumptos que o menor estuda, de maneira que se forma um ambiente de idéas, todos interessados em aprender e augmentar os conhecimentos próprios.
> Cada joven que recebe um curso regular em uma escola é por sua vez um educador do meio em que vive. Assim, uma escola forma por anno não apenas trinta ou quarenta alumnos, mas trinta ou quarenta educadores do meio social e das famílias a que pertencem. É toda uma propagação de idéas que se geram da instituição escolar. (SERVA, 1924, p. 65).

"A creação de uma escola", portanto, constituiria um permanente "fóco de irradiação de idéas" (SERVA, 1924, p. 65), educando, instruindo e propagando cultura. Dessa perspectiva, cabe a pergunta: quais eram, então, os caminhos sugeridos por Mario Pinto Serva para sua expansão? É o que veremos a seguir.

3.4 A municipalização do ensino

Os encargos com a criação de escolas nas mais longínquas e diferentes regiões do Brasil, segundo Mario Pinto Serva, competia aos poderes estaduais e locais. Como dizia o autor no artigo "Os poderes municipaes e a educação do povo":

> Pela nossa organisação constitucional tanto compete ao Estado como ao município o provêr à instrucção, em qualquer dos seus graus. Se os 200 municipios que possue o Estado de S. Paulo e os 800 que possue o Brasil inteiro se empenhassem agora resolutamente, com os recursos de que pudessem dispor, nessa grandiosa campanha do ensino e da educação nacional, o Brasil teria dado o passo definitivo na sua evolução nacional, teria levado a effeito o mais poderoso impulso na sua marcha para o futuro. É a idéa que nos deve dominar agora: um paiz vale, não pelo tamanho do seu território ou pela abundancia dos seus recursos naturaes, mas pela cultura, pelo caracter, pelo preparo, pela operosidade de cada um dos seus habitantes. (SERVA, 1915c, p. 04).

Assim, em sua argumentação, o jornalista entendia que, por estarem mais próximas dos problemas que afligiam a população rural, as administrações municipais teriam melhores condições de prover os recursos educacionais necessários para solucioná-los.

> Na criação de escolas primárias, de bibliothecas, de cursos para adultos, o concurso dos municípios seria inestimável e quiçá decisivo para o levantamento moral e material do paiz. Esse concurso é especialmente necessário com relação ao problema da educação rural que envolve difficuldades especiaes, que só o estudo das condições locaes pode esclarecer. A falta de recursos de educação nos meios ruraes para a população do interior, acarreta a inferioridade do seu preparo, assim

> como o abandono dos campos, a deserção da lavoura que vão perdendo os melhores elementos de seu progresso. É na intensidade da vida agrícola, no preparo das classes ruraes que está a chave do nosso futuro. Nisso, pois, os poderes locaes poderão ter uma acção fecunda, insubstituível e imprescindível. (SERVA, 1915c, p. 04).

É importante frisar que Mario Pinto Serva não era uma voz uníssona dessa proposta. Nas décadas de 1910 e 1920, os debates sobre a municipalização do ensino caminharam a pleno vapor em diversos estados, sendo noticiados com frequência pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. Em artigo intitulado "Cartas de Minas", por exemplo, o colaborador "A. A.", criticando a indiferença dos governos municipais perante o analfabetismo de sua população, assinalava:

> É notável a indifferença quase completa que as municipalidades têm neste Estado (Minas Gerais) manifestado pela causa da instrucção popular. Raro o município que consigna nos seus orçamentos uma verba, ainda que diminuta, para a manutenção de escolas primárias. Repartem em geral, entre a política e meia dúzia de serviços de utilidade incontestável, as parcellas da receita, sem se lembrarem de que é do seu dever contribuírem para a diffusão do ensino elementar que deixam quasi inteiramente a cargo do Estado. Não é possível entretanto continuar neste caminho. As rendas internas são repartidas sem nenhum critério de equidade, entre o Estado e os municípios: cerca de dois terços para estes, um terço apenas áquelle.
>
> [...]
> É necessário que ao menos a instrucção mereça um pouco mais da contribuição municipal, já que a receita do Estado e os seus innumeros encargos onerosíssimos não lhe permittem attender quanto seria preciso aos interesses da educação elementar e do ensino fundamental das massas populares arrancando-as do negro analphabetismo em que

jazem, numa proporção verdadeiramente desoladora. (CARTAS DE MINAS, 1917, p. 04).

Ao acompanhar a evolução desses debates, Mario Pinto Serva procurou expor à opinião pública paulista as iniciativas e modelos formulados em outras localidades, como em Minas Gerais e no Piauí. Apesar de longo, o excerto abaixo, extraído do artigo "A marcha de uma grande idéa", expõe com detalhes alguns pontos de ambos os projetos:

> [...] reuniram-se os representantes dos 31 municípios do Estado do Piauhy, em um congresso que adoptou, unanimemente, com relação ao ensino primário, as seguintes conclusões:
>
> 1º Cada município despenderá com a instrucção primaria vinte por cento, no mínimo, do total de sua receita arrecadada annualmente.
>
> [...]
>
> 3º As escolas mantidas pelas municipalidades ficarão sob a jurisdição technica e administrativa da Directoria Geral de Instrucção Pública, quanto ao registro escolar, fiscalização e nomeação de professores. Os municípios fornecerão para essas escolas, além dos vencimentos dos professores, casa para sua instalação, material escolar e de expediente, livros, papel e roupa aos alumnos pobres. Os professores não poderão residir nos prédios escolares.
>
> 4º Quando o município não puder manter escolas para a instrucção primária, será applicado seu auxilio para a installação e manutenção de escolas estadoaes e para o desenvolvimento do ensino de iniciativa privada.
>
> [...]
>
> 6º Cada município poderá também, dentro da quota com que contribuir para a instrução primária, manter ou subvencionar alumnos

no curso da Escola Normal, os quaes se obrigarão, depois do curso, ao magistério no município.

Agora, o grande Estado de Minas acaba de consagrar solemnemente a iniciativa que já recebera a approvação do Estado do Piauhy.

[...]

Com referencia ao magno problema do ensino primário foram as seguintes as momentosas conclusões adoptadas pelas municipalidades mineiras:

1º As Camaras Municipaes, na elaboração dos seus orçamentos, deverão dotar a verba "Ensino Primário", pelo menos, com dez por cento da sua receita ordinária.

2º As Camaras Municipaes poderão crear taxas especiaes ou addicionaes para o fim exclusivo da disseminação do ensino primário no território do município.

[...]

4º As Camaras empregarão os recursos financeiros destinados à instrucção publica em: a) auxílios para a creação e manutenção de escolas primárias, ruraes e nocturnas; b) subvenções às caixas escolares existentes; c) subvenções às escolas particulares que satisfizerem as condições exigidas pelo regulamento do Estado; d) doações ao Estado de terrenos e auxílios, para a construcção de prédios escolares.

6º As Camaras Municipaes deverão legislar sobre a obrigatoriedade de ensino primário, de accordo com as bases do regulamento estadoal.

[...]

11º Nas escolas municipaes deverão ser adoptados os programmas das escolas ruraes mantidas pelo Estado.

12º Os methodos de ensino das escolas municipaes deverão ser os mesmo adoptados nas estadoaes.

[...]

> Nas deliberações das municipalidades do Piauhy e de Minas Geraes há amplo material elaborado pela experiência, para que em seu exemplo moldem a sua acção educativa os municípios de todos os demais Estados do Brasil. (SERVA, 1924, p. 123-125).

Como se sabe, o ensino no Brasil era descentralizado – princípio consagrado na Constituição Federal de 1891 – ficando o ensino primário a cargo dos Estados. Cada unidade da federação organizava esse segmento segundo suas condições (políticas, econômicas e sociais) e o Município era visto como parte da engrenagem, mas não com responsabilidade direta. Por esse motivo, o comprometimento dos poderes municipais com a difusão da instrução era questão importante no período. Dos pontos citados, o publicista voltou a enfatizar, em outros artigos, a obrigatoriedade da instrução e da destinação de parte das receitas municipais para o ensino primário. Essas medidas, segundo afirmava, possibilitariam ao estado de São Paulo retomar o desenvolvimento de seu aparelho de ensino que há muito tempo estaria em descompasso com os movimentos de sua população.

> O Estado de São Paulo é considerado no Brasil como o mais adiantado em matéria de instrucção pública. Nós nos orgulhamos do nosso progresso e da nossa organisação administrativa principalmente porque cuidamos mais que os outros da educação do nosso povo.
>
> Entretanto, é triste constatal-o, nos últimos annos não só tem estacionado a evolução do nosso apparelho pedagógico, como ainda, o que é mais grave, o analphabetismo no Estado de São Paulo tem aumengtado consideravelmente, pois que de anno para anno vem crescendo a população em edade escolar desprovida de escolas. O nosso apparelho escolar e as dotações respectivas não acompanham o movimento da nossa população. (SERVA, 1917e, p. 06).

Em suma, com a campanha pela municipalização do ensino primário, o articulista procurou oferecer uma alternativa para elevar os investimentos em Instrução Pública sem, no entanto, onerar diretamente o governo estadual. Apesar da relevância que confere ao tema, em suas publicações outras opções para expandir a escolarização foram trazidas à tona, como a participação da Igreja Católica, de entidades particulares e da União na erradicação do analfabetismo.

3.5 A Igreja Católica e o combate ao analfabetismo

Atuando no Brasil desde o início da colonização, para Mario Pinto Serva a Igreja Católica possuía uma dívida histórica com a população: a responsabilidade pelos elevados índices de analfabetismo.

> Cabe ao catholicismo uma responsabilidade tremenda nos destinos nacionaes. É que o catholicismo tem o maior quinhão de responsabilidade em possuirmos oitenta por cento de analphabetos na população do Brasil, em pleno século XX.
>
> Não o affirmamos pelo prazer de desgostar os catholicos, o que seria apenas estúpido, mas e tão somente para lhes mostrar que a Igreja Catholica deve agora promover uma acção intensíssima em todo o Brasil em favor da educação do povo, com a creação de toda uma organização de escolas parochiaes para ensino primário – afim de resgatar a culpa que lhe cabe, em máxima parte, no facto de constituirmos um povo de quatro quintos de illetrados. (SERVA, 1924, p. 87).

Assim, para se redimir, a instituição religiosa situada em todas as regiões do país, inclusive naquelas em que a ação do Estado era escassa,

deveria criar e manter escolas primárias paroquiais. Em outras palavras, na opinião do jornalista o catolicismo precisava

> [...] transigir com o século, diminuir a parte ritual, abster-se da feição contemplativa, em que não existe a caridade, para transformar-se em um factor activo de melhoramento humano e social, em que se lhe offerece principalmente a acção educativa como instrumento decisivo. (SERVA, 1920a, p. 04).

É válido observar que tanto o excerto acima, extraído de *O Estado de S. Paulo*, como *A Educação Nacional,* que traz três artigos sobre o tema[42], foram publicados nos anos 1920. Tal momento se mostrava bastante oportuno para o debate, tendo em vista o avanço dos intelectuais ligados à Igreja Católica, sobretudo após a fundação do Centro Dom Vital, em 1922, quando passaram a reivindicar, de maneira mais aguda, uma posição nos espaços de disputa do campo educacional (SCHWARTZMAN, 1986, p.111).

Desse prisma, entendo que, ao tratar da participação dos católicos nas esferas de decisão da instrução pública, Mario Pinto Serva procurou defender sua posição propondo a aplicação de mecanismos restritivos ao acesso desses atores naquele que, até então, seria seu campo de atuação. Logo, pelo que sugere o autor, para adquirir o direito de opinar acerca dos preceitos pedagógicos do ensino primário, o clero deveria, em primeiro lugar, se comprometer a erradicar o analfabetismo.

> Aos bispos, arcebispos brasileiros, a todo o clero catholico do nosso paiz, impõe-se agora como o mais imperioso dos deveres a organisação

[42] A saber: “Catholicismo e a Educação do Povo”, “Catholicismo e Analphabetismo” e “A solução do problema do analphabetismo”.

> de todo um apparelhamento de escolas parochiaes em todos os nossos Estados.
>
> [...]
>
> A creação de escolas parochiaes catholicas no Brasil devia ser agora a principal preoccupação dos arcebispos, bispos e parochos do nosso paiz. Assim, resgatariam a parte de culpa que lhes cabe na medonha percentagem de analphabetismo que se constata no Brasil, porcentagem essa que passa de oitenta por cento e nos colloca ao nível dos povos selvagens ou bárbaros. É essa percentagem de analphabetismo no Brasil é consequente ao espírito e à mentalidade de nossa raça oriunda dos povos latinos e catholicos do sul da Europa, que se caracterizam todos por um intenso analphabetismo. (SERVA, 1924, p. 89-91).

Nota-se que, de maneira pouco atenuada, Serva se refere ao catolicismo como um fator de analfabetismo em diversos países. Ao que parece, essa afirmação tinha inspiração nos preceitos da ética protestante para o desenvolvimento do capitalismo, da qual falava Max Weber. A comparação provocativa tecida pelo publicista no artigo "Catholicismo e Analphabetismo" torna esse ponto evidente:

> O catholicismo é, no Brasil, como foi nos outros paizes todos em que dominou, um factor de analphabetismo. Não há analphabetismo em nenhum paiz protestante. O analphabetismo é, pelo contrário, intenso em todos os paizes catholicos.
>
> [...]
>
> É porque os protestantes applellam para a supremacia da razão humana e dão a esta liberdade na interpretação dos textos sagrados, pelo que em todos os paizes protestantes a intensa diffusão da instrucção popular.
>
> O catholicismo, ao contrário, propugna o dogma, não admitte a livre interpretação dos textos sagrados e, logicamente, tinha que ser e foi

> contrario à diffusão das luzes e à emancipação natural do espírito com a disseminação do ensino. (SERVA, 1924, p. 83).

Essa inquietação com a função social da religião na preparação do trabalhador nacional pode ser interpretada por meio da colocação de Nísia Trindade Lima (1999), feita ao analisar a influência que a teoria weberiana exerceu sobre a narração feita por Monteiro Lobato da ressurreição de Jeca Tatu:

> para Weber, as condições que permitiriam o advento do capitalismo como modo de produção não podem ser adequadamente compreendidas se for ignorado o *ethos* que orientava os comportamentos sociais em relação ao trabalho e à acumulação. Nesse sentido, a ética protestante apresentaria uma afinidade eletiva em relação aos novos valores capitalistas. Longe de se tratar de processo natural, essas condições radicavam-se em transformações que resultavam, muitas vezes, de um longo processo educacional. (LIMA, 1999 p. 147).

Sendo assim, pode-se dizer que a tentativa de Mario Pinto Serva em viabilizar a utilização dos recursos da Igreja Católica no combate ao analfabetismo, consistia em mais uma estratégia articulada com intuito de inculcar na população os hábitos de trabalho e higiene vistos como essenciais ao progresso econômico e material da Nação. Como o autor mesmo diz no artigo "A acção catholica":

> A acção catholica, exercida por todos os bispos e por todos os padres, no interior inteiro do Brasil, fazendo uma propaganda activa em favor da instrucção, conseguiria resultados consideráveis, pelo contacto e influência directa do clero sobre a população nacional.

> Mas, bem entendido, que essa educação faça homens, homens de trabalho e de energia, e não simples instrumentos passivos da influência clerical, de um fetchismo abúlico e irracional. (SERVA, 1920a, p. 04).

Não interessava ao autor, nesse sentido, formar os trabalhadores para a religião, mas sim para a produtividade capitalista. Contudo, mesmo cabendo ao catolicismo a maior parcela da incumbência de alfabetizar essas massas incultas, Serva não isentava a União, a imprensa e outros segmentos da sociedade de agirem com os mesmos propósitos.

3.6 O Ministério Nacional de Educação e as iniciativas particulares

Em sua cruzada pela construção da nacionalidade, Mario Pinto Serva clamou incansavelmente por um Ministério Nacional de Educação. A instituição da pasta simbolizava para o intelectual uma mensagem de comprometimento da União com a organização da educação nacional e, consequentemente, com a formação do povo brasileiro.

> Precisamos esculpir physica, moral e mentalmente a raça brasileira, para fazel-o composta de homens fortes e mulheres bellas. Portanto, a suprema necessidade do paiz é a organisação de um Ministério Nacional de Educação, para modelar nossa raça, destinado a esculpir o typo physico e mental do nosso povo, para velar pelo desenvolvimento physico e mental de todo o brasileiro.
>
> [...]
>
> Tal é a funcção que se impõe como preponderante na administração federal. Tudo quanto se faz na administração pública, a não ser isso, é mais ou menos transitório, precário e perecível. Sem o povo não há

> nação. Não temos povo no Brasil, porque não temos educação nacional organizada. (SERVA, 1924, p. 18-19).

Pela centralização administrativa do ensino, a nível federal, Mario Pinto Serva acreditava poder equiparar o país aos Estados Unidos, à Argentina e às nações industrializadas da Europa que já contavam com ministérios e departamentos nacionais de educação[43]. Ou seja, os modelos estavam prontos. Cumpria apenas imitá-los.

> Há nos Estados Unidos um departamento ou repartição, cujas funcções e cujos serviços precisam ser conhecidos entre nós, afim de pormos em pratica coisa semelhante.
>
> [...]
>
> O acto creando o Bureau de Educação nos Estados Unidos define seu fim e suas funcções como sendo os de colligir estatísticas e factos que evidenciem a condição e o progresso da educação pública nos differentes Estados e territórios, diffundindo, com relação à organisação e direcção de escolas e systemas escolares, informações que auxiliem o povo dos Estados Unidos no estabelecimento e manutenção de systemas educativos efficientes e promovendo, por quaesquer outros modos, a causa da educação no paiz.
>
> [...]
>
> De um modo geral as funcções do Bureau: 1º, centralizar todas as informações sobre assumptos relativos à educação; 2º, diffundir taes informações, e 3º, promover, no paiz inteiro, a causa da educação de forma ampla.
>
> [...]

[43] Cabe ressaltar que a proposta não era nova, uma vez que em 1890 havia sido criado o efêmero Ministério da Educação, Correios e Telégrafos, tendo à frente Benjamin Constant. Mesmo assim, persistia a ideia entre muitos intelectuais, que enxergavam a implantação da pasta como necessária para o êxito do projeto republicano de instrução.

> [...] esse modelo é precisamente o que devemos imitar para podermos começar o cumprimento do maior dever nacional – o de educar o povo brasileiro.
>
> Todos os nossos Estados estão inteiramente desapparelhados nesse sentido. Não só não têm organisação alguma como também lhes falta qualquer orientação, têm que iniciar tudo às apalpadellas nas trevas. Não há, na maior parte dos Estados do Brasil, escolas normaes de maneira que a nossa pedagogia ainda está por nascer.
>
> É preciso que uma repartição federal composta dos technicos mais competentes auxilie, coopere e oriente em cada Estado do Brasil a organisação do apparelho necessário, afim de levarmos a cada brasileiro, a cada criança, a cada menor, a luz da civilização que transforme o nosso paiz, fazendo-o attingir o nível em que se encontram as mais adiantadas nações. (SERVA, 1924, p. 73-76).

Sob certos aspectos, essa proposta pode ser analisada pela lente com a qual Gilberto Hochmann (1998) interpreta o movimento sanitário na Primeira República (1889-1930). De acordo com o pesquisador, nesse período "a ameaça da doença, do crime, da improdutividade e da rebelião causada pela pobreza e pela destituição de alguns sobre os demais membros da sociedade" (HOCHMANN, 1998, p. 25) gerou a necessidade da instauração de políticas de bem-estar social a serem custeadas coletivamente. É assim que, para as elites, o Estado nacional surge como "autoridade pública, capaz tanto de extrair coercitivamente recursos da sociedade, como de produzir políticas de largo alcance" (HOCHMANN, 1998, p. 29) para solução desses males. Especificamente no contexto brasileiro, as propostas de saneamento e escolarização, formuladas sob a moldura político-institucional do federalismo, conceberam a intervenção federal como um recurso para evitar que a situação calamitosa de algumas unidades da federação afetasse a hegemonia e o desenvolvimento daquelas que estariam no controle dos núcleos de poder.

O excerto abaixo, extraído do artigo "A solução do problema do analphabetismo", corrobora com essa interpretação:

> A acção da União deverá consistir em instituir um conselho nacional de educação, em fundar differentes escolas normaes nos Estados e regiões onde houver mais necessidade, em crear escolas primarias em quaesquer Estados que as solicitem, que concordem com o seu estabelecimento ou não ponham objeção alguma, em organizar escolas nocturnas para adultos e em todas as mais providencias conducentes ao fim almejado. (SERVA, 1924, p. 79).

Nessa perspectiva, aos estados que, com seus recursos, conseguissem manter a autonomia e eficácia de seu aparelho de instrução quer aplicando modelos importados, quer elaborando modelos próprios, como no caso de São Paulo, caberia então direcionar as ações federais a serem executadas em outras localidades.

> A acção paulista já fez no passado a integração territorial do Brasil, constituindo-lhe o formidável bloco que o habilita a tornar-se um dos maiores paizes do mundo.
>
> O Brasil está feito, é preciso agora fazer o brasileiro. São Paulo já fez o Brasil. São Paulo póde fazer agora o brasileiro, pugnando por uma grande acção nacional em matéria de educação e ensino integral e completo, impellindo o governo federal a tomar a direcção de uma grande campanha nacional contra o analphabetismo.
>
> Essa é a maior necessidade da civilisação e da cultura brasileira. E é preciso que por iniciativa de São Paulo se estenda ao Brasil inteiro a campanha contra o analphabetismo que ora se faz no nosso Estado. São Paulo terá assim completado a sua funcção histórica na integração da nacionalidade brasileira, isto é, depois da integração territorial realisada pelos bandeirantes, fará a integração moral e mental pela

> ampla diffusão de uma educação nacional unificadora da raça brasileira.
> E para esse fim é preciso que São Paulo tome a iniciativa de propor a organisação no governo federal de um Departamento Nacional de Educação, o qual deverá tomar todas as providências necessárias para o fim em vista. (SERVA, 1924, p. 59).

Como a leitura do texto indica, o Ministério ou Departamento Nacional de Educação, a que se referia Mario Pinto Serva, estaria incorporado a um modelo de poder, que tinha em São Paulo o exemplo de desenvolvimento a ser seguido. Tratava-se, conforme assinala Cássia Adducci (2002), de uma estratégia de dominação dos intelectuais que pretendiam "manter a hegemonia paulista, incorporando novos elementos a comunidade estadual", pensada como nacional (ADDUCCI, 2002, p.20). Observe o que diz Mario Pinto Serva (1919d, p. 03) no artigo "O genio paulista":

> S. Paulo é hoje a grande forja, em que se fabrica o Brasil de amanhan, é no paiz à única região em ampla expansão progressista, em pleno desbordamento de forças, é a grande escola de energia calma e operosa, é o vasto cadinho em que se fundem os novos ideaes e as novas concepções que orientarão os destinos pátrios. Só a robustez paulista poderá realisar o milagre de levantar o paiz da inércia em que jaz, só ella terá mão forte para conduzil-lo aos seus destinos. Sem S. Paulo a liquidação da nacionalidade seria talvez um facto necessário. Porque no resto do paiz todo gritos de desalento soam no espaço, desanimada vegeta uma raça nova e já decrépita, há organisações que se esboroam, há unidades federativas que se decompõem; em S. Paulo, como em uma fabrica colossal, como em uma colmeia gigantesca, há a actividade ordenada e incançavel de um povo que trabalha e confia em si mesmo, tenas e invencível, nunca esmorece na faina de prover à sua subsistência actual e de construir um futuro ainda mais próspero.

Mesmo tendo elogiado as iniciativas educacionais de outros estados, como no caso da municipalização do ensino no Piauí e em Minas Gerais, o jornalista sempre se manteve focado em São Paulo que, em sua opinião, era o estado a liderar todas as inovações no país[44]:

> O Estado de S. Paulo é sem dúvida o fóco mais intenso de vitalidade nacional. Elle tem sido o paradigma de todo o progresso e desenvolvimento do Brasil. Ninguém póde calcular o que seria o Brasil actualmente se não existisse o Estado de S. Paulo. A esse Estado deve caber o papel que teve a Prússia na Allemanha, na integração da nacionalidade, isto pela robustez da organisação paulista, pelo espírito de disciplina da nossa população, pelo seu trabalho, pela sua operosidade, pela sua ordem, pela sua energia paciente.
>
> O seu espírito de iniciativa é um estimulo poderoso para o resto do paiz e os exemplos que elle der na senda do progresso arrastarão os demais Estados.
> Parta de S. Paulo um impulso poderoso, um movimento decidido no sentido de levantarmos o paiz da inércia intellectual que o caracterisa e nós veremos o Brasil estremecer e afinal erguer-se do marasmo em jaz chloroformisado pela politiquice. (SERVA, 1915c, p. 04).

Para além do empenho pela instauração de um Ministério Nacional de Educação, esse "impulso poderoso" dos paulistas, ao qual fazia referência Mario Pinto Serva, deveria convergir as ações particulares e da imprensa para o mesmo fim: construir a nacionalidade combatendo o analfabetismo. A esse respeito, afirmava o jornalista:

---

[44] De acordo com Heloisa Pimenta Rocha (2003), na década de 1920, a experiência pioneira de São Paulo no controle das epidemias e de algumas doenças endêmicas impulsionará esse discurso sobre o protagonismo paulista, legitimando novos modelos de intervenção social agora pautados nos preceitos de educação sanitária (ROCHA, 2003, p. 232-233).

> A acção das associações particulares deverá consistir em estimular, por toda a parte, as iniciativas visando o incremento do ensino para a população, fundando ligas contra o analphabetismo, provocando em todo o Brasil, a intensificação da cultura nacional.
> A acção da imprensa deverá consistir em estimular, diariamente, todos os governos e associações para o mais enérgico combate ao analphabetismo, destruidor de todas as energias nacionaes (SERVA, 1924, p. 80).

Sugeridas numa época de muitas incertezas quanto ao futuro do país, principalmente nos anos que precederam as comemorações do centenário da independência, realizadas em 1922, as iniciativas educacionais, coletivas ou estatais, esboçadas pelo articulista em suas publicações procuravam oferecer um "caminho a seguir" pelos paulistas na condução da Nação. Tal caminho exigia reformas. Mas, o que esperava Mario Pinto Serva?

3.7 A Reforma da Instrução Pública de 1920: um "monstrengo horroroso"

Inicialmente, cabe esclarecer que, neste item, não farei uma reconstrução historiográfica sobre a Reforma da Instrução Pública paulista de 1920, por considerar que esse episódio já foi exaustivamente tratado por outros autores[45]. Meu objetivo, portanto, consiste apenas em compreender a recepção de Mario Pinto Serva ao projeto reformista encabeçado por seu

[45] Basta citar os trabalhos de Heládio Antunha (1976), Marta Carvalho (2011), Ana Clara Bortoleto Nery (2009), Valéria Medeiros (2005), Louisa Campbell Mathieson (2012b), entre outros. As referências completas estão na bibliografia deste trabalho.

companheiro na *Liga Nacionalista* e no jornal *O Estado de S. Paulo,* Antonio de Sampaio Doria.

Entre os anos de 1920 e 1921, *OESP* publicou um extenso número de artigos e editoriais acusando os problemas educacionais do estado de São Paulo e defendendo a realização de uma reforma em seu aparelho de ensino. Entendendo a nomeação de Sampaio Doria para a Diretoria Geral de Instrução Pública como a efetivação de um compromisso público do governo paulista com a campanha de combate ao analfabetismo, o impresso, em seu editorial "Notas e Informações" do dia 19 de novembro de 1920, p. 03, teceu os seguintes comentários:

> O sr. Washington Luís, na sua plataforma, atacou a questão do analphabetismo, em poucas palavras, mas evidenciando possuir a respeito umas tantas idéas – senão justas – claras e inconfundíveis. [...] Dir-se-ia que a opinião estava preparada para toda acção official decisiva contra o morbo, ainda que com sacrifício temporário da qualidade do ensino. Mas, além de pensar com todo o mundo, s. exa. tinha o que todo o mundo não podia ter – um plano de acção. [...]
>
> [...]
>
> Essa intenção mais clara se tornou poucos dias depois [...] com a escolha do director de Instrucção. A escolha recahiu [...] sobre individualidade de todo em todo alheia a conciliabulos e as correntes que esfervilham à sombra dos palácios. O presidente nem sequer a conhecia pessoalmente, como veio então a publico. O único motivo da preferencia consistiu em que as idéas do sr. Doria, no tocante a luta contra o analphabetismo, várias vezes expostas [...] coincidiam em seus pontos capitaes com a orientação do sr. secretário do Interior e com a orientação do sr. presidente do Estado.
>
> [...]

> Os propósitos desse governo, portanto, [...] são, evidentemente, bons. Não podem deixar de ser excellentes. E não podem deixar de ter as sympathias de todos os espíritos desapaixonados. (NOTAS E INFORMAÇÕES, 1920a, p. 03).

De acordo com Valéria Medeiros (2005), a escolha de Sampaio Doria já era de conhecimento do grupo dirigente da *LNSP* e de intelectuais ligados ao periódico antes de ser anunciada pelo governo Washington Luís. Ainda segundo a autora, alguns representantes da *Liga* que colaboravam no jornal, entre eles, Mario Pinto Serva, pareciam "pressagiar" as medidas que seriam adotadas pelo reformador (MEDEIROS, 2005, p. 207-208). Um dos indícios apontados pela pesquisadora seria a publicação do artigo "Estatística Paulista", de 24 de fevereiro 1920, p.02, em que o jornalista alardeava a urgência de realização de um recenseamento escolar:

> Os factos sociaes representados em algarismos tornam a compreensão mais clara, a observação mais precisa, as comparações mais elucidativas, as conclusões mais seguras, adquirindo-se um conhecimento exacto da sociedade sobre que versam e dos meios de activar-lhe o progresso e a evolução.
>
> Não existe sciencia da administração sem uma estatística completa dos factos sociaes.
>
> [...]
>
> A proporção real do analphabetismo na população, não a sabemos, por falta do censo exacto e vivemos a quebrar a cabeça para descobrirmos por processos indirectos. Districto por districto, é preciso conhecer o grau real de analphabetismo, assim como a população de menor edade sem escolas, afim de que providencias adequadas sanem a situação.
>
> [...]

> Agora que, sob os melhores auspícios, vamos entrar em período administrativo dos mais promissores, era o momento opportuno e admirável para ser levar a effeito no Estado de S. Paulo o levantamento estatístico que nos habilitasse a uma acção administrativa fundada no conhecimento exacto de todos os elementos reaes da população. (SERVA, 1920e, p. 02).

Como se percebe, tanto o intelectual como suas redes de *sociabilidade* depositavam no novo governo suas expectativas de reforma. Com efeito, Mario Pinto Serva, ao lado de outros colaboradores d'*O Estado* e também colegas de militância na *LNSP,* entre eles Paulo Pestana (P.P) e José Carlos de Macedo Soares, buscaram em suas colunas orientar as diretrizes a serem adotadas em relação à Diretoria Geral de Instrução Pública por meio da revisão do diagnóstico sobre a situação do ensino em São Paulo.

Em artigo intitulado "Instrucção Pública em S. Paulo" de 13 de março de 1920, p.02, anterior à nomeação de Sampaio Doria, Mario Pinto Serva comentava que o aparelho escolar paulista, ao contrário do que diziam os governos anteriores, estaria longe de ser modelar:

> Não faz muito um dos graduados políticos do Estado declarava que a organisação do ensino em S. Paulo é modelar. Essa affirmação importa num conhecimento imperfeito do assumpto e é capaz das mais funestas consequências na prática [...]
>
> A instrucção publica do Estado de S. Paulo está atrasadíssima comparada com a de qualquer paiz bem organisado a começar pelo facto de não instruirmos nem metade da população em edade escolar. A organisação do ensino em São Paulo é superior a de qualquer outro Estado do Brasil, mas isso porque na maior parte dos Estados não existe coisa nenhuma. (SERVA, 1920f, p. 02).

Para o jornalista, os motivos do atraso residiam na nomeação de profissionais sem capacitação pedagógica para administrar a Instrução Pública e na ausência de autonomia da pasta. Como ele mesmo diz:

> Já possuímos, é facto, profissionaes de competencia relevante em matéria pedagógica. Mas em regra para o cargo de secretario do Interior têm sido nomeados personalidades que se recommendavam apenas pela sua posição política, muitas das quaes de uma ignorância completa em matéria de ensino, o mais importante assumpto da pasta. Que espírito de innovação e de progresso se pode esperar de secretários do Interior nessas condições? Demais falta-nos um Conselho Superior de Instrucção Pública que isole o apparelho da instrucção da politicagem e lhe dê uma direcção technica e profissional. (SERVA, 1920f, p. 02).

Logo à frente, anunciando sua preferência pela escolha de uma figura com o perfil delineado, continuava o autor:

> Principalmente agora que vamos ter um novo governo é preciso reflectir que a mais grave responsabilidade pesará sobre o secretario do Interior a ser escolhido. É preciso que o seja um espírito conhecedor completo de todos os segredos da pedagogia, que saiba dar um impulso novo ao nosso apparelho pedagógico, que conheça as falhas enormes do nosso ensino e que saiba melhorar, conservando, o que há de bom. (SERVA, 1920f, p. 02).

"[M]elhorar, conservando, o que há de bom". O trecho dá indícios do que pretendia Mario Pinto Serva ao defender uma reforma do ensino. Ao que parece, para ele, as mudanças deveriam incidir prioritariamente na expansão da malha escolar, sem alterar de forma radical os pressupostos pedagógicos da estrutura curricular. Concluindo a reflexão feita sobre o caráter modelar das escolas paulistas, afirmava o autor:

> O nosso apparelho pedagógico tem, pois, apenas trinta annos de existência e, pois, está na sua infância, o que exclue qualquer possibilidade de ser elle modelar.
>
> [...]
>
> O que existe feito é um esboço apenas, um inicio, um apparelho a ser completado, reformado, melhorado e, materialmente, triplicado ou quadruplicado. Precisamos ter em exercício quatro ou cinco vezes mais professores do que temos presentemente, precisamos ter matriculados em nossas escolas primárias de 500.000 a 600.000 alumnos, em logar dos 250.000 que temos presentemente.
> O futuro inteiro do Estado de S. Paulo está no seu apparelho de instrucção. (SERVA, 1920f, p. 02).

Essas observações de Mario Pinto Serva ecoavam sutilmente as críticas feitas anteriormente por José Carlos de Macedo Soares na série de artigos publicada n*'O Estado* entre fevereiro e março do mesmo ano sob a epígrafe "Escolas de Fachada". Como evidencia o trecho a seguir:

> Estava correndo o mundo a phrase feita, que a "instrucção pública de S. Paulo é modelar". Necessário se torna evidenciar a inexactidão de tal fama, afim de que a acção intelligente do nosso governo venha, por uma reforma feliz, justifical-a.
>
> Houve tempo, realmente, em que a escola pública de S. Paulo sem favor nenhum poderia servir de modelo. Infelizmente retrogradou!
>
> O estudo da legislação comparada mostra que muitos dos decretos e leis revogados são muito mais perfeitos do que os actualmente em vigor.
>
> [...]
> De uma nova LEI ORGANICA DA INSTRUCÇÃO PUBLICA é que o Estado de S. Paulo precisa. Basta de reformas parciaes, tendentes, em regra, a desarticular mais ainda a nossa já tão avariada organisação

> escolar. Basta de regularmos, promovidos pelo prurido reformador e que são feitos exclusivamente com espírito burocrático, sem a menor inspiração nas syntheses pedagógicas. Basta de programmas pomposos, absolutamente inexequíveis. De uma reforma integral é que o nosso grande Estado tem precisão. (SOARES, 1920, p. 03).

Após assumir o posto de diretor-geral de Instrução Pública, em abril de 1920, Antonio de Sampaio Doria em discurso proferido em sua cerimônia de despedida da Escola Normal, reproduzido n'*O Estado de S. Paulo*, dava sinais de que vinha acompanhando as críticas e sugestões feitas por seus companheiros de *Liga Nacionalista* no jornal. Como que em resposta a Mario Pinto Serva e a Macedo Soares, o reformador argumentava que a proposta de readequar o ensino primário para um curso inicial de dois anos intuía de imediato erradicar o analfabetismo, sem desmontar o que estava feito:

> Ver bem, ouvir bem, pelo habito de saber ver e ouvir; mover-se com destreza e elegância; saber realisar em argila, em desenho, em madeira, imagens que os sentidos educados apanham no ambiente e, por cima, começar seus ensaios de logicidade – são a diva divina das escolas primárias. Não há pae que não prefira, para seus filhos, entre saber muito decorado e exercer bem os sentidos e a intelligencia, este último beneficio, que, em verdade, prepara as crianças para a glória da vida independente e próspera.
>
> [...]
>
> Este espírito, natural e simples de educação é o que estará sempre commigo na direcção technica que terei de imprimir à Instrucção Pública do Estado.
>
> [...]

Quando se vão, porém, realisar os ideaes que nos inflamam e nos arrebatam, é preciso contar com as possibilidades práticas e as circunstancias occasionaes [...]

[...]

Muito está por fazer, posto muito já se haja feito. Mas o que falta, é obra para muitos quatriênios. Que cumpre, então, ao de agora? Enfrentar e vencer, entre os males existentes, o maior delles. Se pudesse, vencer a todos, seria o supremo bem. Mas, em não podendo, como não póde, revela atacar o peor, e, além do peor, aquelle cuja solução constitue a base para a solução dos outros. Dahi, a campanha que vamos travar, contra o analphabetismo.

[...]

Não obstante, o governo actual não teve, nem terá, a má inspiração de quebrar e mutilar o apparelho escolar do Estado. A nova de reduzir a dois annos o curso dos grupos escolares é mero boato, uma simples fantasia. Pois se os quatro annos actuaes não bastam para uma educação primária integral, como tentar ainda a supressão de dois annos do curso? Não foi para esta missão iconoclasta que assumi a superintendência da Instrucção Pública. O governo do Estado nunca deliberou tão grave attentado.

O seu pensamento é claro: elle quer levar a todos os recantos do Estado a alphabetisação efficiente, e quanto ao mais na instrucção secundaria, e a superior, elle que conservar o que existe, melhorando-as, se possível, com opportunos retoques.

[...]

O esforço official maximo se concentrará na diffusão da instrucção primária. Forçoso será, para isto, criar um typo de escola primária aligeirada e simples [...]

A escola onde tudo isto se logre, já é um orgam serio de combate ao analphabetismo. Ler, escrever e contar; assegurar a saúde e o vigor do corpo; saber ouvir e mover-se; ensaiar a imaginação e o raciocínio;

> começar hábitos de disciplina moral e cívica – eis os objectivos dessa escola popular.
> Ao saírem desta escola, as crianças que o poderem, se matricularão no terceiro anno do grupo, para continuarem os seus estudos e as que o não poderem, já não pequeno benefício receberam, o benefício que as finanças do Estado permittem por emquanto a todos. (O PROGRAMMA DO NOVO DIRECTOR GERAL, 1920, p. 02).

Chama a atenção, no discurso acima, o perfil técnico que Sampaio Doria atribui à sua gestão e o tipo de formação que pretendia ofertar com a escolarização "aligeirada e simples". Não há dúvidas de que, à época da nomeação, houve um consenso entre os intelectuais paulistas sobre o reformador ser um especialista em ensino, levando em conta sua experiência profissional na Escola Normal da Capital. No entanto, não se pode dizer o mesmo com relação à ideia de difundir o curso primário de dois anos[46]. Como se sabe, essa medida acabou se tornando, ao longo dos debates, o "pomo da discórdia" entre os que propunham a reforma do aparelho escolar.

Dado o apelo em favor da campanha de combate ao analfabetismo, alguns dispositivos polêmicos da reforma foram defendidos pelo jornal *O Estado de S. Paulo* numa série de editoriais publicados entre os dias 19 e 26 de novembro de 1920. Na edição de 21 de novembro de 1920, p.03, por exemplo, dizia o editorial "Notas e Informações" a respeito das mudanças no ensino primário:

---

[46] Cabe assinalar que a principal mudança apresentada pelo reformador não estaria na simples redução do curso primário, mas sim na introdução de um novo método de ensinar. De acordo com Marta Carvalho (2011), "(c)oncebida nos marcos da pedagogia spenceriana e por isso assentada no tripé educação intelectual, moral e física, a Reforma apostou na fórmula de uma formação básica para a cidadania, condensada em dois anos. Segundo essa aposta, dois anos de escola, se bem aproveitados e metodologicamente bem conduzidos, pareciam ser suficientes para formar o cidadão, exercitando suas "faculdades perceptivas" e desenvolvendo a sua capacidade de conhecer e agir moral e civicamente" (CARVALHO, 2011, p. 25). Entretanto, ao que parece, nem todos os envolvidos no debate compreendiam ou compartilhavam da mesma fé que Sampaio Doria.

> Dissemos que a reforma do ensino nada destruía no actual apparelhamento do ensino primário: conservava intacta uma das partes, a do ensino de 4 annos (introduzindo-lhe apenas retoques de detalhe), e dava grande desenvolvimento à outra parte, a do ensino de dois annos. A reforma, pois, em verdade, no fundo, não consiste senão em certo conjunto de medidas e expedientes de administração, conducentes a tornar mais activo, mais intenso, mais decidido o combate ao analphabetismo. A organisação antiga não soffreu nenhuma alteração em seus aspectos essenciaes. Não há quebra alguma effectiva na conttinuidade da obra do ensino público, realisada pelos successivos governos republicanos. (NOTAS E INFORMAÇÕES, 1920b, p. 03).

Outro ponto que gerava controvérsias é a cobrança de uma taxa para realização do chamado "ensino médio", que corresponderia aos dois anos finais do primário. Essa medida também foi defendida no mesmo editorial, como deixa claro o excerto abaixo:

> Consta da reforma que serão isentos da "taxa" os que não puderem pagar. E para obter a isenção bastará allegar a impossibilidade de fazer o pagamento. Isto equivale a não haver, na verdade, taxa nenhuma obrigatória [...] Aquelles que podem pagar professores e entretanto achem conveniente pôr seus filhos nas escolas do Estado, devem comprehender como uma obrigação de equidade a de fornecer ao Estado uma pequenina parcella do que elle necessita para dar instrucção aos filhos do pobre. E será realmente ridículo, e será degradante para a nossa sociedade, que esta leal experiência de uma medida altamente democrática venha a fracassar por falta da necessária comprehensão da parte do próprio público. (NOTAS E INFORMAÇÕES, 1920b, p. 03).

Ambas as medidas incorporadas ao texto da reforma sofreram rejeição de Mario Pinto Serva que, antes da publicação dos editoriais supracitados, já demonstrava seu descontentamento com a cobrança de taxas para o curso primário. Vejamos o que dizia o jornalista no artigo "A theoria das elites e o combate ao analfabetismo", de 21 de agosto de 1920, p.04:

> Deve o governo de preferência instruir as massas, combater o analphabetismo, ou, ao contrário, deve procurar formar as elites, os espíritos da escola criando uma aristocracia intellectual na sociedade?
>
> [...] a theoria das elites funda-se na pretensão de alguns intellectuaes que se consideravam superiores ao resto da humanidade, attribuindo-se a si mesmos dotes maiores de espírito.
> A obrigação dos governos é dar uma instrucção elementar igual a todos os cidadãos. Quanto a instrucção secundária e superior, que a recebam os que quizerem e puderem custeal-a. (SERVA, 1920b, p. 04).

Mais uma vez expressando sua insatisfação com o bacharelismo da República, Mario Pinto Serva deixa claro que ao exigir uma atenção maior dos governantes à causa educacional, intentava persuadir os poderes públicos a dedicar seus recursos e esforços prioritariamente na propagação da escolarização primária. No entanto, a fragmentação do curso primário em duas partes estava longe de atender as expectativas do articulista. Mesmo que, à época da reforma, não tivesse criticado abertamente o ensino de dois anos nos artigos publicados n'*O Estado*, em texto incorporado ao livro *A Educação Nacional,* Mario Pinto Serva se mostrava contrário ao modelo ao dizer que:

> No Estado de S. Paulo nós temos um total de 230.000 alumnos matriculados e cerca de 5000 professores! Há, portanto, presentemente cerca de 800.000 menores em edade escolar no Estado de S. Paulo que não frequentam escolas! E os que frequentam escolas recebem apenas um curso de 2 annos! Ora, em dois annos aprende-se apenas, e muito mal, a ler e escrever. (SERVA, 1924, p. 95).

Além dos pontos tratados acima, o jornalista também discordava da maneira como o governo vinha conduzindo a implantação da reforma. No artigo "Attitude Ditatorial", de 12 de dezembro de 1920, p. 02, publicado poucas semanas após a aprovação do projeto no Congresso estadual, esbravejava:

> O peor dos governos é a ditadura. Ditadura é o regimen em que um governante, com a pretensão de ser a sua intelligencia infallivel, impõe despoticamente a sua vontade individual contra a opinião de todo mundo [...]
>
> [...]
>
> Ditador é quem não acceita modificação alguma às suas idéas e, num intolerância desmarcada, é incapaz de reconhecer o seu erro e pretende impor ao paiz governado um aborto inqualificável, composto de todos os absurdos, de todos os contrasensos, de todas as inconstitucionalidades, de todas as heresias, de todas as illegalidades. Os quatro milhões de habitantes do Estado de S. Paulo são contra a reforma do ensino e, no emtanto, ella vae ser transformada em lei, porque a vontade única e exclusiva do presidente a exige e impõe.
>
> A reforma do ensino ora em discussão no Congresso, verdadeiro empastellamento da nossa instrucção pública, é um monumento de aberrações que vae desmoralisar o Estado de S. Paulo no paiz inteiro e muito mais perante o mundo culto.
>
> [...]

> O governo do Estado na questão da reforma do ensino demonstrou a mais desmedida intolerância, não admittindo a mais insignificante modificação nesse monstrengo horroroso, congerie de absurdos, que é a organisação proposta.
>
> [...]
> Ora, atrás desse monstro podem vir outros monstros iguaes ou peores que destruam por completo toda a nossa organisação administrativa. (SERVA, 1920c, p. 02).

Como se pode perceber, os ataques do jornalista à reforma caíram sobre o governo Washington Luís e não sobre a figura de Antonio de Sampaio Doria. Tamanha era a desilusão de Mario Pinto Serva que, no mesmo artigo, o jornalista chega a lamentar as homenagens e os elogios que havia feito ao então presidente do Estado de São Paulo:

> Quem esta subscreve, há cinco mezes atrás, em Julho do corrente anno, teve a iniciativa de propor na Liga Nacionalista de São Paulo uma moção de louvor e applauso ao actual presidente do Estado pelo interesse demonstrado na última mensagem annual com relação ao ensino.
>
> Portanto, quem esta subscreve só tinha com relação ao governo actual a mais sympathica espectativa, demonstrada, aliás, reiterada vezes.
> Mas a reforma do ensino proposta posteriormente constituiu um monstro apocalyptico e o governo ditatorialmente, na attitude mais desastrada possível, exige, com intolerância inqualificável, a passagem integral do monstro. (SERVA, 1920c, p. 02).

Diante do exposto, suponho que, apesar de afirmar de maneira contundente a sua discordância com os princípios defendidos por Antonio de Sampaio Doria em sua reforma, Mario Pinto Serva buscou poupar o colega ao dirigir seus ataques diretamente a Washington Luís.

Além disso, entendo que tal atitude evidencia como o jornalista se articulava para que, em momentos de acirrados debates no interior do campo educacional, pudesse manter sua voz ativa sem, todavia, comprometer os vínculos que mantinha com as redes de *sociabilidade* da *Liga Nacionalista* e do *OESP.*[47]

Cabe esclarecer que, como bem aponta Ana Clara Nery (2009), diante de tantas objeções e do fracasso eminente na execução da reforma, o relacionamento de Antonio de Sampaio Doria com o governo por ele representado não foi dos melhores. Tanto que, em 1921, frente a inúmeros desentendimentos com o governo, o reformador exonerou-se do cargo, carregando, obviamente, a culpa pelo desastre (NERY, 2009, p. 90-91).

Entretanto, acredito que ao conceder, posteriormente, espaço a Sampaio Doria para que justificasse os ocorridos em sua gestão, o jornal *O Estado de S. Paulo,* assim como sugeria Mario Pinto Serva, estaria procurando isentar o reformador da responsabilidade pelo fracasso da reforma[48]. Ao que parece, na leitura do impresso e seus representantes, competia ao presidente do Estado, no domínio de suas atribuições, dispor das atitudes necessárias à alteração do projeto, visando, assim, atender às demandas da opinião pública.

Em que pese os diferentes posicionamentos adotados acerca das mudanças introduzidas com a Reforma de 1920, paira ainda a dúvida se tais distinções seriam tão evidentes no que diz respeito aos pensamentos pedagógicos de Mario Pinto Serva e Sampaio Doria, ou mesmo em relação

---

[47] Tento aqui, responder a um dos questionamentos feitos por Valéria Medeiros (2005) ao se referir ao artigo citado: “estaria Mario Pinto Serva, manifestando “aos berros” sua discordância com Sampaio Doria, cujos sinais já foram observados em outros momentos?” (MEDEIROS, 2005, p. 233).

[48] Para mais informações, ver a série de artigos “A Reforma do Ensino” publicada por Antonio de Sampaio Doria em *O Estado de S. Paulo* entre os dias 03 e 10 de abril de 1923.

ao jornalista e aos demais atores do campo educacional. É o que pretendo abordar no próximo item.

3.8 Nas fronteiras do campo educacional: os referenciais intelectuais de Mario Pinto Serva

Para finalizar este capítulo, é interessante trazer à cena os referenciais intelectuais utilizados por Mario Pinto Serva em seus artigos sobre educação. Para tanto, buscou-se por meio da análise do conteúdo extraído em *O Estado de S. Paulo* e do livro *A Educação Nacional* (1924) mapear as citações e diálogos feitos pelo jornalista com os autores e com as ideias em circulação nas décadas iniciais do século XX.

Do mesmo modo que Sampaio Doria e outros contemporâneos, Mario Pinto Serva assentou seus textos em autores que tinham ampla divulgação no período, como Comte, Spencer, Stuart Mill e Littré. A utilização desses referenciais, muito apreciados entre os intelectuais com passagem pela *Faculdade de Direito de São Paulo,* supõe uma aproximação conceitual do jornalista – ainda que limitada por sua área de atuação –, com os movimentos que, internacionalmente, desde o final do século XIX, serviriam para "a constituição do que era então compreendido como "ciência da educação" (CARVALHO, 2011, p. 14).

Chave indispensável para que o cidadão pudesse "regular a sua conducta", esse aparato teórico emoldurado num discurso de preparação para a vida prática foi assim exposto pelo articulista:

> A sciencia é necessária para a criação dos menores, para a conservação da própria vida e saúde, para o exercício de qualquer profissão, para a

comprehensão do mundo e da sociedade, para a satisfação dos prazeres estheticos, para o cumprimento dos deveres cívicos e sociaes. O homem, para saber como melhor viver, em que mundo vive, quaes as condições de sua felicidade e como alcançal-as, precisa de sciencia. A sciencia é que decifra todos os problemas da felicidade humana. (SERVA, 1924, p.112-113).

Nessa perspectiva, dizia Mario Pinto Serva que as sociedades cuja riqueza provinha de uma larga difusão da ciência estariam em um patamar mais elevado por terem fundado as bases de sua nacionalidade, promovendo a instrução de toda população. O embasamento para essa afirmação viria da teoria evolucionista de Hebert Spencer, a qual citava o autor:

> [...] affirmava Hebert Spencer, o assumpto que envolve todos os assumptos e, portanto, o assumpto em que devêra culminar a educação de cada um – é a theoria e prática da educação (SERVA, 1924, p. 111).

> [...] diz Spencer, deixando de lado algumas classes pouco numerosas – em que se occupam todos os homens? Elles se occupam na producção, preparação e distribuição das mercadorias. E do que depende a efficiencia na producção, preparação e distribuição das mercadorias? Depende do emprego de methodos adequados à natureza dessas mercadorias; depende de um conveniente conhecimento das suas propriedades physicas, chimicas ou vitaes, conforme o caso; isto é, depende da Sciencia (SERVA, 1924, p. 51).

Essa tendência pragmática, de investigar a realidade somente por meio do conhecimento das ciências positivas, seguindo os postulados do spencerismo, era característica à *intelligentsia* brasileira que, adaptando as teorias importadas, procurava aparatar sua improvisação/ação (COSTA,

1956, p. 298-299). Seguindo nessa linha, como já mencionado, Mario Pinto Serva compreendia que o conhecimento científico deveria ser aplicado pelos intelectuais no cumprimento de seu dever: propagar a instrução popular.

Para convencer seus leitores, além de Spencer, o publicista operacionalizava com os mesmos propósitos as leituras que tinha das obras de Stuart Mill, Littré e Gorki. Vejamos os excertos a seguir:

> O desenvolvimento da cultura scientifica é a chave para a designação de todos os problemas nacionaes. Dizia Gorki:
>
> "Os interesses de todos os homens se encontram num terreno commum onde são solidários, a despeito das opposições inevitáveis de classes: esse terreno é a aquisição das sciencias.
>
> As sciencias são a força que, em definitiva, deve dar aos homens a Victoria sobre as energias elementares da natureza, e submetter essa energia aos interesses geraes da humanidade. A sciencia deve ser democratisada. É preciso fazer della o apanágio do povo. É ella, só ella, a fonte do trabalho criador, a base de toda a cultura. Só a sciencia deve ser democratisada. É preciso fazer della o apanágio do povo. É ella, só ella, a fonte do trabalho criador, a base de toda a cultura. Só a sciencia, nos dará a consciência, só ella nos abrirá a via larga para novas conquistas" (SERVA, 1924, p.114).

> O progresso de uma nação é a somma das actividades, das energias, do valor de cada um dos seus habitantes. Assim a melhoria de um paiz não póde consistir em reformarem-se leis e constituições, mas em fazer com que a massa geral dos cidadãos melhore em instrucção, em costumes, em actividade. Nota Stuart Mill: "Si bem reflectirmos reconheceremos que o valor de um paiz provém do valor dos indivíduos que compõem". (SERVA, 1924, p. 117).

> O espírito dirige a matéria. Todo acto humano origina-se numa idéa. A idéas orientam toda a actividade do homem. As idéas conduzem a humanidade. Todos os movimentos sociaes e históricos se fazem agindo sobre os espíritos.
> E por isso com razão dizia Littré: "Toda a moral social resume-se nisto: instrui-vos, instrui aos outros". (SERVA, 1924, p. 17).

Por meio dessas noções de aperfeiçoamento indefinido dos indivíduos, Mario Pinto Serva reiterava seu interesse pela abordagem sociológica dos problemas nacionais. Ao conhecer a realidade brasileira se amparando no olhar das ciências positivas, afirmava o autor, os intelectuais poderiam "estimular uma intelligencia crítica das instituições, um livre exame e discussão franca das condições sociaes" (SERVA, 1924, p. 37). "Em outros termos se poderia repetir como Augusto Comte: saber para prever, afim de prover" (SERVA, 1924, p. 36).

Além das orientações teóricas do positivismo e do evolucionismo, em suas publicações sobre educação o jornalista sustentava suas colocações pondo em destaque citações de figuras políticas, filósofos, jornalistas, juristas e médicos. O uso dessas referências, ao que parece, configura um recurso discursivo para atingir os leitores a quem interessava aproximar dos núcleos de poder. Tratava-se de um apelo em nome do que chamava de "medicina política ou social":

> Precisamos, mais do que qualquer povo, de grandes gênios tutelares que infundam na nossa raça as qualidades enérgicas, positivas e culturaes que faltam a ella pela sua formação primitiva.
> A medicina política ou social precisa entrar em acção no Brasil dando remédio, a cada um dos males que anemiam e atacam o vigor da raça. (SERVA, 1917f, p. 03).

Por "grandes gênios tutelares" podemos interpretar "teóricos brasileiros". Segundo Mario Pinto Serva, além dos entraves à atividade intelectual ocasionados pela escassez de público leitor, o país sofria na solução de seus males por não contar com traduções das grandes obras do conhecimento científico, bem como pela incipiente produção científica nacional (SERVA, 1924, p. 141-145). Criticando os bacharéis que se dedicavam exclusivamente ao exercício das letras, o jornalista, a partir dos ensaios do filósofo inglês Thomas Carlyle, comenta a função da linguagem na composição do meio social:

> Queremos ter literatura e intellectualismo antes de leitores e de mercado literário é querer pôr o carro adiante dos bois.
>
> [...]
>
> A do desenvolvimento do intellectualismo brasileiro é o augmento do número de leitores, de forma que haja um mercado para a nossa producção intellectual. Como queremos intellectualismo e literatura sem mercado literário? (SERVA, 1924, p. 145).

> A nossa literatura infelizmente soffre em grande parte de um vício fundamental – não tem por fundo a cultura, reduz-se a vebiagem inútil, não visa construir coisa nenhuma. É visionária, sonhadora e indolente. É uma literatura de fakires que se isolam na contemplação dos próprios sonhos e cujo ideal é um nirvana negativista e inútil.
>
> Se a linguagem, diz Carlyle, é como uma nota bancária, representativa de um capital interior de cultura, de idéas e de nobre valor humano, então ella é preciosa e a arte da linguagem deve ser prezada. Mas se não há um capital interior; se a linguagem representa não uma cultura real do espírito, mas uma cultura imaginária, então a linguagem constitue uma verdadeira moeda falsa.

Se assim é, a nossa mentalidade poder-se-ia dizer que tem a cabeça na lua. (SERVA, 1917b, p. 03).

> [...] somos alguns milhares de intellectuaes superpostos a milhões de analphabetos, a milhões de ignorantes crassos de tudo. Por isso no Brasil nós não fazemos senão prolongarmos automaticamente a vida como a encontramos ou como nol-a legaram.
>
> Ou então copiamos mecanicamente o que se faz na Europa, reflectindo-lhe automaticamente todos os movimentos sociaes e políticos, sem elaboração própria, nossa.
> Elaboração própria, organisação nacional segundo concepções nossas, movimentos sociaes coordenados, não o temos. (SERVA, 1924, p. 150-151).

É interessante apontar que esses posicionamentos são pontos contraditórios no pensamento de Mario Pinto Serva, pois, como analisamos nos itens anteriores, em muitas propostas o jornalista defendia de maneira contundente a adequação dos modelos estrangeiros para a organização do ensino e a revitalização do tipo nacional. No entanto, deixando de lado esses aspectos, percebe-se que as ideias esboçadas para argumentar pela formação de uma cultura nacional que sustentasse a produção da ciência e o progresso do país eram compartilhadas por atores importantes do campo educacional, a exemplo de Lourenço Filho. Observe o excerto do artigo "Problemas da Cultura – O Polygono de Sustentação" de 29 de novembro de 1920, p. 02, publicado por Lourenço Filho em *O Estado de S. Paulo*:

> [...] não temos cultura original nossa, e nem a podemos ter, por absoluta carência de educação popular de instrucção extensa. Para formar-se essa verdadeira aristocracia intellectual [...] collocar a

direcção moral das nações é preciso começar pelo princípio, dando um mínimo de instrucção a todos para que todas as aptidões sejam consultadas e nenhuma desaproveitada.

Faz-se mister, enfim, um largo, um sufficiente polygono de sustentação, sem o qual é loucura tentar elevar uma construcção de cultura. A "elite" exige, para poder subsistir, um meio adequado, que a comprehenda e que lhe sinta a acção, bem como lhe forneça um elemento de renovação a cada hora.

Sem isso é disparate falar em "elite" ou em cultura. Comprehendida a dynamica social, verifica-se que só assim, com fontes de perenne renovação e maior campo de concorrência é que se pode viver no tempo essa floração intelectual tão ambicionada por todas as nações. Só assim se corrige a contingencia do homem no tempo, alongando e até tornando immorredouros algumas vezes grandes ideaes de aperfeiçoamento.

[...]
[...] Não é possível criar cultura, sciencia, arte, philosofia, num paiz de analphabetos, onde em primeiro logar perdem-se milhares de aptidões; onde os que sabem ler e escrever já pensam ter toda a sabedoria possível; onde as publicações para terem circulação forçada necessitam não de discutir e de estudar calma e serenamente os nossos mais prementes problemas, mas de provocar o escândalo e assim chamar a attenção do povo inculto, de qualquer modo. (LOURENÇO FILHO, 1920, p. 02)

Colocada nesses termos, o despertar da inteligência nacional de que ambos falavam estaria atrelado ao missionarismo da campanha pela erradicação do analfabetismo. Faltavam, no entanto, as lideranças intelectuais para iniciar esse acontecimento. Nas palavras de Mario Pinto Serva (1920i, p. 07), faltavam "os propagandistas necessários":

> Parece-nos que manteremos a identidade nacional somente se surgir agora no Brasil uma geração de homens providenciaes como foram para seus paizes Sarmiento, Horace Mann ou Jean Macé, architectos de civilisações, criadores de milhões de entes cultos, semeadores pródigos de instituições de ensino, plasmadores de gerações inteiras de concidadãos fortes, enérgicos, preparados e trabalhadores.

As três personagens citadas, Sarmiento, Horace Mann e Jean Macé serão, em diversos artigos, apresentadas como o perfil ideal de propagandistas da causa educacional. O curioso é que Serva ansiava por lideranças semelhantes no Brasil, mas não se candidatava ao papel. Talvez por não contar com recursos financeiros para efetuar a obra educacional que lhe seria exigida ou, quem sabe, por não se sentir habilitado politicamente para tamanha incumbência.

> Precisavamos muito de um Sarmiento no Brasil. O ideal desse que foi o maior estadista da Argentina era prodigalisar a sciencia e o preparo entre os seus patrícios, era multiplicar os cidadãos cultos, era fazer por toda parte milhares ou milhões de homens aptos para lutar pela vida.
>
> [...]
>
> Nos Estados Unidos, Horace Mann foi o formidável pioneiro da grande cruzada da expansão da educação americana e o agente mais hábil e efficaz da reorganisação das escolas do seu paiz [...]
>
> [...]
>
> Na França, a grande figura que se destacou em o século XIX foi Jean Macé, que desde 1848 até a sua morte em 1894, portanto, durante 46 annos, consagrou a sua existência inteira a propaganda da causa da educação popular [...]
>
> [...]

> Eis ahi a espécie de propagandista de que precisa o Brasil para acordar os poderes públicos ao cumprimento do maior dever nacional. Eis ahi o apostolado que se impõe a todos nós que pretendemos e aspiramos uma pátria melhor. Eis ahi o único meio de trabalhar efficazmente para a grandeza futura do nosso paiz.
>
> Nunca tivemos no Brasil um Sarmiento, um Horace Mann ou um Jean Macé, homens-dynamos, que põem em movimento toda uma nacionalidade e a despertam do lethargo em jaziam: homens-alavancas, que elevaram e sustentaram o seu paiz a alturas consideráveis.
> Se tivéssemos tido no século transcorrido de vida nacional um só homem semelhante aos três que apontamos, o Brasil seria hoje uma grande e forte nacionalidade. (SERVA, 1920i, p. 07).

Como demonstrado em outras passagens do capítulo, o interesse do autor ao mencionar outros intelectuais seria apenas fortalecer a propaganda da causa educacional. Suponho, nesse sentido, que ao trazer como exemplo três intelectuais que ocuparam altos cargos na hierarquia da Instrução Pública em seus países, Mario Pinto Serva insistia na tentativa de dialogar com os atores do campo político. Isso considerando que as soluções postas em pauta não se atinham com profundidade às questões pedagógicas do ensino, mas sim aos seus problemas administrativos.

Um segundo indicador dessa intenção do jornalista está nos demais referenciais que surgem em suas publicações. São eles juristas como o alemão Rudolf Von Ihering, economistas como o norteamericano Henry George, jornalistas como o francês Paul Adam, e médicos como o também francês Georges Clemenceau. Todos eles reivindicados como apóstolos do discurso que encerra a escolarização como engrenagem central da construção da nacionalidade.

Mesmo procurando explicitar seu domínio das teorias em circulação no momento, os artigos, até aqui analisados, mostram que

faltava a Mario Pinto Serva a apropriação dos elementos que orientavam o debate pedagógico em ebulição. As temáticas candentes, muitas vezes tratadas pelo olhar do jornalista aspirante a carreira parlamentar, garantiram seu acesso, permanência e projeção por meio do campo educacional da Primeira República (1889-1930) enquanto o caráter cívico associado à instrução estava em plena ascensão. Nesse sentido, pode-se concluir que as publicações analisadas assumem, de certa forma, conteúdo de campanha política quando articuladas à *trajetória* desse intelectual e às redes de *sociabilidade* que participou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória de Mario Pinto Serva, por meio dos artigos educacionais publicados entre 1915 e 1928, empreendida no presente livro, ajuda a compreender as estratégias por ele acionadas para se projetar politicamente a partir do campo educacional paulista.

Essa tarefa exigiu compreender a conjuntura que envolvia o exercício da atividade jornalística no período estudado, bem como o protagonismo político assumido pelo segmento intelectual ao qual Mario Pinto Serva pertencia: os profissionais liberais. Para tanto, buscou-se, por meio da bibliografia consultada, entender os motivos que levaram um conjunto de advogados, médicos e engenheiros, a se colocarem a serviço da Nação, oferecendo o conhecimento que carregavam das teorias científicas em voga para interpretar a realidade nacional e liderar campanhas de regeneração da República.

Foi possível observar que, diante das limitações do mercado de profissões da época, a carreira parlamentar emergia para esses intelectuais como uma das principais posições de prestígio a ser alcançada. Assim, visando esse fim, os profissionais com escolaridade superior se articularam através de espaços de projeção consagrados, como o jornal *O Estado de S. Paulo*, para promover diversas ações coletivas, entre elas a criação de entidades civis, como a *Liga Nacionalista de São Paulo.*

Conforme demonstrado nos capítulos, nesses espaços – *O Estado de S. Paulo* e a *Liga Nacionalista –,* se configuraram importantes redes de *sociabilidade* intelectual, que funcionavam como pontos de interseção

entre diversos campos de atuação, entre eles, o educacional. Como participante de ambas as redes, nesse sentido, Mario Pinto Serva pôde se aproveitar das oportunidades de acesso que elas ofertavam para construir sua imagem como figura pública nas arenas de debate da educação.

Na tentativa de desvendar os caminhos percorridos pelo intelectual nesse *itinerário* pelo campo educacional, me detive aos laços de proximidade constituídos entre ele e os demais participantes das redes de *sociabilidade* acima mencionadas. Buscou-se, com isso, evidenciar de que modo Mario Pinto Serva interagiu com as tensões, disputas e ideias em circulação nesses espaços. Além disso, procurei enfatizar como a *Liga Nacionalista,* que não se configurava como instituição específica da educação, teve fundamental importância para legitimação das intervenções feitas pelo jornalista nos debates educacionais ao aproximá-lo dos atores em disputa no campo por meio de diversas campanhas e manifestos coletivos.

Pôde-se constatar, assim, que foi no auge dos movimentos nacionalistas, surgidos no quadro de acontecimentos desencadeados pela Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), que Mario Pinto Serva obteve o maior prestígio entre os atores do campo educacional, sendo eleito, por unanimidade de votos, embaixador da *Liga Brasileira contra o Analfabetismo.* Nesse momento, o autor também foi escolhido para redigir algumas das circulares encaminhadas pela *LNSP* às autoridades públicas, entre elas, a que exigia a criação de um Ministério Nacional de Educação, bem como participou ativamente das discussões sobre a Reforma da Instrução Pública de 1920 nas páginas de *OESP.*

Igualmente é possível supor que Mario Pinto Serva foi se afastando gradualmente do campo educacional conforme as regras de pertencimento

a esse foram se complexificando. Como apontado ao longo do livro, acredita-se que a intensificação das disputas por posições privilegiadas entre os atores educacionais levou ao processo de formação de uma nova identidade profissional: o "educador". Por mais impreciso que seja dimensionar essa categoria dentro da conjuntura da Primeira República, entendo ser possível nela inserir todos aqueles intelectuais que, à época, exerciam atividades no magistério.

Por essa perspectiva, mapear e analisar as principais temáticas levantadas por Mario Pinto Serva, permitiu, ainda que em parte, apreender as aproximações e distanciamentos mantidos com relação ao que pensavam os demais personagens do campo. Em diálogo com as leituras do social realizadas por seus colegas de redação, de *Liga Nacionalista* e personalidades do movimento médico sanitário, o jornalista procurou apresentar suas conclusões e propostas para solução do problema do analfabetismo, algumas delas polêmicas, como a que atribuía uma responsabilidade educativa à Igreja Católica. Foi possível, ainda, perceber que embora utilizasse de referências intelectuais semelhantes aos portadores das recém-criadas credenciais de "educador", Serva não mostrava propriedade dos aspectos pedagógicos do ensino, o que, suponho, tenha favorecido seu afastamento do campo educacional paulista.

Tal suposição nos leva a questionar se são esses os motivos que explicam a ausência do intelectual na *Sociedade de Educação de São Paulo,* criada em 1922. No entanto, deixarei essa problemática suspensa por acreditar que respostas mais assertivas poderão surgir em outro momento.

Caberia finalmente concluir que, com a extinção da *Liga Nacionalista de São Paulo,* em 1924, Mario Pinto Serva perdeu a mais

relevante credencial para sua sustentação no campo educacional paulista. Entretanto, presumo que, os dividendos políticos acumulados como "propagandista da causa educacional" no movimento nacionalista puderam ser resgatados quando da realização das duas primeiras Conferências Nacionais de Educação, organizadas pela *Associação Brasileira de Educação,* nas quais o jornalista esteve presente.

Foi transgredindo as fronteiras do campo educacional paulista ao final da Primeira República, portanto, que Mario Pinto Serva construiu sua imagem pública para a carreira parlamentar, outra parte importante de sua *trajetória* intelectual e que, dadas as limitações óbvias deste livro, não será tratada aqui. Percebe-se, contudo, que devido às peculiaridades desse personagem e suas ideias, mais do que fornecer respostas definitivas, abrem-se novas possibilidades, repletas de perguntas e temas que, espero, nos levem a outras Histórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e teses

ADDUCCI, Cássia Chrispiano. *Uma nação à paulista*: nacionalismo e regionalismo em São Paulo (1916-1929). 2002. 204 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo, 2002.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 5. ed., rev. e ampl. São Paulo: Melhoramentos, Editôra da USP, 1971.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*: história da imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Mauad, 2009. v. 1.

BOMENY, Helena. *Os intelectuais da educação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BONTEMPI JR., Bruno. Escola Politécnica de São Paulo: produção da memória e da identidade social dos engenheiros paulistas. *História e Educação*, Porto Alegre, v. 19, Mai./Ago., 2015, p. 223-242.

BONTEMPI JR., Bruno. O inquérito sobre a situação do ensino primário em São Paulo e suas necessidades (1914): análise das intervenções jornalísticas e políticas no discurso sobre a educação. Revista *do Mestrado em Educação*, v. 11, p. 43-50, 2005.

BOTO, Carlota. Nacionalidade, escola e voto: a Liga Nacionalista de São Paulo. *Perspectivas*: Revista de Ciências Sociais (UNESP. Araraquara. Impresso), São Paulo, v. 17/18, p. 145-163, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CALDEIRA, Jorge. *Julio Mesquita, o fundador do jornalismo moderno no Brasil*. *In:* MESQUITA, J. A. Guerra. São Paulo: Terceiro Nome, 2002, v. 1, p. 21-32.

CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo:* imprensa paulista (1920 – 1945). São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, Maria Marta C. *Molde Nacional e Fôrma Cívica*: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924 – 1931). Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CARVALHO, Maria Marta C. *A escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CARVALHO, Maria Marta C.; TOLEDO, Maria Rita A. A imprensa periódica paulista como dispositivo de configuração do campo dos saberes pedagógicos (1893-1927). *In:* VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. MATRIZES INTERPRETATIVAS E INTERNACIONALIZAÇÃO, 2015, Maringá. *Anais...* 2015.

CARVALHO, Maria Marta C. A Reforma Sampaio Dória, política e pedagogia: problematizando uma tradição interpretativa. *In:* MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; VIDAL, Diana Gonçalves; ARAUJO, José Carlos de Souza. (Org.). *Reformas Educacionais*. As manifestações da Escola Nova no Brasil (1920 e 1946). Campinas: Autores Associados, 2011, v. 1, p. 5-33.

CARVALHO, Maria Marta C. O novo, o velho e o perigoso: relendo A cultura brasileira. *Cadernos de pesquisa*, n. 71, nov. 1989, p.29-35.

CATANI, Denice Bárbara. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. *Educação e Filosofia*, Minas Gerais, v. 10, n.20, p. 115-130, 1996.

COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Ideias no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympo, 1956.

DENIS, Benoit. *Literatura e Engajamento*: de Pascal a Sartre. Bauru: EDUSC, 2001.

NOGUEIRA FILHO, Paulo. *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista*: O Partido Democrático de São Paulo e a Revolução de 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympo, 1965. v. I.

GONDRA, José Gonçalves. *A Arte de civilizar*: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

HOCHMANN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil.* São Paulo: Hucitec, 1998.

LABARRE, Albert. *História do Livro*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

LARIZZATTI, Dóris Sathler de Souza. *"A Luz dos Olhos de um Povo":* Os projetos de Educação do Jornal O Estado de S. Paulo, 1920-1934. 1999. 266 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo, 1999.

LEVI-MOREIRA, Silvia. *A Liga Nacionalista de São Paulo:* ideologia e atuação. 1982. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo, 1982.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: IUPERJ – UCAM, 1999.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa no Brasil da primeira metade do século XX. *In:* MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 148-175.

LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil*: um diagnóstico para (n)ação. São Paulo: Editora Unesp, 1999. p.18.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In:* PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2003. p.111-153

MARLETTI, Carlo. *In:* BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986. p.637-640.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira.* v.6. São Paulo: Cultrix, 1978.

MATHIESON, Louisa Campbell. A Liga Nacionalista de São Paulo e a formação dos moços da Faculdade de Direito de São Paulo (1917-1924). *In:* X CIHELA – CONGRESO IBEROAMERICANO DE HISTORIA DE LA EDUCACIÓN LATINOAMERICANA, 2012, Salamanca. Formación de Élites y Edución Superior en Iberoamérica (SS. XVI-XXI), 2012a. v. 1. p. 465-472.

MATHIESON, Louisa Campbell. *O militante e o pedagogo Antonio de Sampaio Doria*: a formação do cidadão republicano. 2012b. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2012.

MEDEIROS, Valéria A. *Antonio Sampaio Dória e a modernização do ensino em São Paulo nas primeiras décadas do século XX*. 2005. 358 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo, 2005.

MELO, Luís Correia. *Dicionário de Autores Paulistas*. Comissão IV Centenário da Cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Gráfica Irmãos Andrioli S.A, 1954.

MERCADO, Edna A. *A Educação no Jornal O Estado de S. Paulo*: 1890-1920. 1996. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República.* Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NERY, Ana Clara Bortoleto. *A Sociedade de Educação de São Paulo*: embates no campo educacional (1922 – 1931). São Paulo: Editora Unesp, 2009.

NERY, Ana Clara Bortoleto. Periódicos Educacionais das Escolas Normais: apropriação dos saberes pelos professores. *Quaestio* (UNISO), v. 4, p. 42-53, 2006.

PAIVA, Vanilda. *História da educação popular no Brasil*: educação popular e educação de adultos. 6. ed. revista e ampliada. São Paulo: Loyola, 2003.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*: entre o povo e a nação. Tradução: Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PRADO, Maria Ligia. *A Democracia Ilustrada*: O Partido Democrático de São Paulo (1926 – 1934). São Paulo: Editora Ática, 1986.

REIS, José Carlos. *Wilhelm Dilthey e a autonomia das ciências histórico-sociais*. Londrina: Eduel, 2003.

ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. *Higienização dos costumes*: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925). Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 2003.

SÃO PAULO (Estado). *Lei nº 1.390, de 19 de dezembro de 1951*. Dispõe sôbre concessão do título de Educador Emérito ao senhor Mário Pinto Serva, e dá outras providências. São Paulo: Diretoria Geral da Secretaria de Estado dos Negócios do Govêrno, 19 dez. 1951.

SERVA, Mario Pinto. *In:* MELLO, Luís Correia. *Dicionários de Autores Paulistas*. Comissão IV Centenário da Cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Gráfica Irmãos Andrioli S.A. 1954 (Serviços de Comemorações Culturais).

SILVA, Luciana Meire da. *O rural nas obras de Monteiro Lobato nas décadas de 1910 a 1930***.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP, Marília, 2013.

SIRINELLI, Jean François. Os Intelectuais. *In:* REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p.231-270.

SIRINELLI, Jean François. As elites culturais. *In:* RIOUX, Jean Pierre e SIRINELLI, Jean-Fraçois. *Por uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 266-267.

SODRE, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Alicerces da Pátria*: História da Escola Primária no Estado de São Paulo (1890-1976). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

SCHWARTZMAN, Simon. A política da Igreja e a educação: o sentido de um pacto. *Religião e Sociedade.* 13/1, Rio de Janeiro, 1986. p.108-127.

TAMBARA, Elomar; ARRIADA, Eduardo. Editoras e Tipografias no Rio Grande do Sul: publicação e circulação de livros didáticos. In: VI Congresso Brasileiro de História da Educação, 2011, Vitória. Revista Brasileira de História da Educação. São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Educação, 2011. v. 01. p. 01-11.

VIEIRA, Carlos E. Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 8, n. 1, jan./abr., 2008. p.64-85.

Periódicos

AO ELEITORADO Independente. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 abr. 1919, p. 09.

AO POVO Paulista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 26 mai. 1918, p. 11.

AS DUAS mais urgentes necessidades do Brasil. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 02 abr. 1925, p. 01.

CARTAS de Minas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 jan. 1917, p. 04.

COISAS da Cidade. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 dez. 1918, p. 05.

CONGRESSO Nacional de Educação. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 27 dez. 1927, p. 04.

CONSTANTINO, Antonio. Evocações da Faculdade de Direito. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 07 nov. 1944, p. 04.

CONTRA o analphabetismo – Recenseamento Escolar. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 07 set. 1920, p. 04.

FILHO, Lourenço. Problemas da Cultura – O Polygono de Sustentação. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 nov. 1920, p. 02.

JORNAES do Rio. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 jul. 1914, p. 03.

JULIO Mesquita e o “Estado”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 ago. 1962, p. 47.

JUSTA homenagem a um jornalista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 09 jan. 1952, p. 09.

L'UOMO che morse. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 04 nov. 1916, p. 09.

LIVROS Novos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 fev. 1925, p. 02.

MOVIMENTO Associativo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 mar. 1918, p. 03.

NOTAS e Informações. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 mar. 1917a, p. 03.

NOTAS e Informações. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 dez. 1916a, p. 05.

NOTAS e Informações. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 ago. 1916b, p.04.

NOTAS e Informações. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 mar. 1916c, p. 04.

NOTAS e Informações. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 nov. 1920a, p. 03.

NOTAS e Informações. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 21 nov. 1920b, p. 03.

NOTAS e Informações. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 nov. 1920c, p. 03.

NOTAS e Informações. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 24 jun. 1917b, p. 03.

NOTÍCIAS Diversas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 dez. 1921, p. 06.

NOTÍCIAS Diversas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 24 jun. 1917, p. 05.

O PROGRAMMA do novo director geral. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25 mai. 1920, p. 02.

PELO ensino primário no Brasil. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 09 nov. 1920, p. 03.

SECÇÃO Livre. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 06 set. 1915, p. 07.

SERVA, Mario Pinto. A Acção Cathólica. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 jun. 1920a, p. 04.

SERVA, Mario Pinto. A medicina social no Brasil. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 23 nov. 1917a, p. 03.

SERVA, Mario Pinto. A organisação do futuro nacional. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 22 jul. 1919a, p. 03.

SERVA, Mario Pinto. A Reconstrucção Nacional. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 27 mai. 1917b, p. 03.

SERVA, Mario Pinto. A theoria das “elites” e a campanha contra o analphabetismo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 21 ago. 1920b, p. 04.

SERVA, Mario Pinto. As Reivindicações Operárias. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 out. 1917c, p. 04.

SERVA, Mario Pinto. Attitude Ditatorial. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 dez. 1920c, p. 02.

SERVA, Mario Pinto. Balcão de Consciencias. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 jun. 1916a, p. 03.

SERVA, Mario Pinto. Civilisação de Fachada. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 dez. 1915a, p. 04.

SERVA, Mario Pinto. Conselho Nacional de Educação. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 08 out. 1919b, p.03.

SERVA, Mario Pinto. Escola para Adultos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 abr. 1920d, p. 02.

SERVA, Mario Pinto. Estatística Paulista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 24 fev. 1920e, p. 02.

SERVA, Mario Pinto. Instrucção e Educação. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 nov. 1919c, p.04.

SERVA, Mario Pinto. Intrucção Pública em S. Paulo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 mar. 1920f, p. 02.

SERVA, Mario Pinto. O dever do intellectualismo brasileiro. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 13 nov. 1916b, p. 04.

SERVA, Mario Pinto. O Estado de Sítio. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 21 dezembro 1917d, p. 03.

SERVA, Mario Pinto. O genio paulista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 06 out. 1919d, p. 03.

SERVA, Mario Pinto. O mais inteligente altruísmo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 08 jun. 1920g, p. 04.

SERVA, Mario Pinto. O Melhoramento da Instrucção Paulista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 abr. 1920h, p. 02.

SERVA, Mario Pinto. O problema da educação em S. Paulo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 nov. 1915b, p. 02.

SERVA, Mario Pinto. O progresso do analphabetismo e o aumento da Força Pública. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 set. 1917e, p. 06.

SERVA, Mario Pinto. O Voto Secreto e Obrigatório. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 dez. 1918, p. 04.

SERVA, Mario Pinto. Os poderes municipaes e o problema da educação. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 dez. 1915c, p. 04.

SERVA, Mario Pinto. Os propagandistas necessários ao Brasil. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 01 fev. 1920i, p. 07.

SERVA, Mario Pinto. Reacção Social. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 dez. 1915d, p. 07.

SOARES, José Carlos de Macedo. Escolas de Fachada. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 mar. 1920, p. 03.

FONTES

Jornal

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo: *O Estado de S. Paulo*, 1915-1928.

Livro

SERVA, Mario Pinto. *A Educação Nacional*. Pelotas: Livraria Universal – Echenique & Companhia, 1924.

Anais

COSTA, Maria José Franco; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. (Orgs.). CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1, 1927, Curitiba. *Anais* [...]. Brasília: MEC/ INEP, 1997.

Anexo

Quadro – Artigos – *A Educação Nacional* (1924)

Livro: A Educação Nacional	**Autor:** Mario Pinto Serva	**Ano de publicação:** 1924
Editora: Livraria Universal – Echenique & Companhia	**Número de páginas:** 243	**Tipo:** Coletânea de artigos
Título dos Artigos por ordem de apresentação	**Localização no livro**	**Publicado em *OESP***
Um Século Falho	Pág. 3 – 7	–
O Dever de Todo Homem	Pág. 8 – 11	–
Pátria Nova	Pág. 12 – 15	–
O Ideal Nacional	Pág. 16 – 20	–
Um Paiz Abandonado	Pág. 21 – 25	–
A Miserável Situação do Ensino Nacional	Pág. 26 – 30	–
O Redemptor do Brasil	Pág. 31 – 34	–
A Therapeutica Social	Pág. 35 – 38	–
Delenda Carthago	Pág. 39 – 43	*OESP* – 06/05/1918 - Pág.03
Conferência Nacional de Educação	Pág. 44 – 47	–
O Direito à Instrucção	Pág. 48 – 52	–
A Reconstrucção Nacional	Pág. 53 – 58	*OESP* – 27/05/1917 – Pág.03
Appelo à Bancada Paulista	Pág. 59 – 63	–

As Municipalidades e a Educação do Povo	Pág. 64 – 68	–
A Reforma do Ensino	Pág. 69 – 72	–
O Departamento que nos Falta	Pág. 73 – 76	–
A Solução do Problema do Analphabetismo	Pág. 77 – 81	–
Catholicismo e Analphabetismo	Pág. 82 – 84	–
O Catholicismo e A Educação do Povo	Pág. 85 – 91	–
O Máximo Problema Paulista	Pág. 92 – 96	–
Escolas para Adultos	Pág. 97 – 101	*OESP* – 20/04/1920 – Pág.02
Os Propagandistas Mais Necessários	Pág. 102 – 107	–
O Preparo Economico	Pág. 108 – 110	–
O Grande Dever	Pág. 111 – 114	–
O Novo Cyclo da Raça	Pág. 115 – 119	–
A Marcha de Uma Grande Idéa	Pág. 120 – 124	–
O Exército e a Magna Questão Nacional	Pág. 126 – 129	–
O Flagello da Ignorância	Pág. 130 – 134	–
A Espinha Dorsal da Nacionalidade	Pág. 135 – 140	*OESP* – 01/06/1918 – Pág.03
A Vida Intellectual no Brasil	Pág. 141 – 145	–
Uma Obra Nacional a Emprehender	Pág. 146 – 151	–

Renovamento Permanente ou Decadência	Pág. 152 – 156	–
Mobilisação Nacional Pacifica	Pág. 157 – 160	–
O Caminho a Seguir	Pág. 161 – 164	–
A Acção Mental Necessária	Pág. 165 – 170	–
A Diffusão da Cultura Paulista	Pág. 171 – 175	–
A Formação do Espírito	Pág. 176 – 179	–
A Única Reforma de Ensino Necessária	Pág. 180 – 184	–
A Acção Católica	Pág. 185 – 188	*OESP* – 15/06/1920 – Pág.04
O Mestre Escola e as Guerras Futuras	Pág. 189 – 192	–
A Mulher Brasileira e a Educação Nacional	Pág. 193 – 196	–
A Grande Guerra Nacional	Pág. 197 – 201	–
O Governo Nacional Argentino e a Instrucção Primária	Pág. 202 – 207	–
O Grande Problema Nacional	Pág. 207 – 212	*OESP* – 30/06/1918 – Pág.03
O Ideal Educativo	Pág. 213 – 216	–
A Lição de Latino Coelho	Pág. 217 – 220	–
Um Quadro Negro	Pág. 221 – 222	–
Contrastes e Confrontos	Pág. 223 – 226	–

Ministério Nacional de Educação	Pág. 227 – 233	–
A Educação dos Adultos	Pág. 234 – 240	–

Pareceristas

Este livro foi submetido ao Edital 01/2020 do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, câmpus de Marília e financiado pelo auxílio nº 0798/2018, Processo Nº 23038.000985/2018-89, Programa PROEX/CAPES. Contamos com o apoio dos seguintes pareceristas que avaliaram as propostas recomendando a publicação. Agradecemos a cada um pelo trabalho realizado:

Adriana Pastorello Buim Arena
Alessandra Arce Hai
Alexandre Filordi de Carvalho
Amanda Valiengo
Ana Crelia Dias
Ana Maria Esteves Bortolanza
Ana Maria Klein
Angélica Pall Oriani
Eliana Marques Zanata
Eliane Maria Vani Ortega
Fabiana de Cássia Rodrigues
Fernando Rodrigues de Oliveira
Francisco José Brabo Bezerra
Genivaldo de Souza Santos
Igor de Moraes Paim
Irineu Aliprando Tuim Viotto Filho
José Deribaldo Gomes dos Santos
Jussara Cristina Barboza Tortella
Lenir Maristela Silva
Livia Maria Turra Bassetto
Luciana Aparecida Nogueira da Cruz
Márcia Lopes Reis
Maria Rosa Rodrigues Martins de Camargo
Marilene Proença Rebello de Souza
Mauro Castilho Gonçalves
Monica Abrantes Galindo
Nadja Hermann
Pedro Laudinor Goergen
Tânia Barbosa Martins
Tony Honorato

Comissão de Publicação de Livros do Edital 001/2020 do
Programa de Pós-Graduação em Educação
da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, campus de Marília
Graziela Zambão Abdian, Patricia Unger Raphael Bataglia,
Eduardo José Manzini e Rodrigo Pelloso Gelamo

Este livro analisa a trajetória do jornalista Mario Pinto Serva e busca compreender seu itinerário no campo educacional paulista das décadas de 1910 e 1920. Trata-se de um mapeamento e análise das ideias apresentadas pelo publicista em um de seus principais espaços atuação, o jornal *O Estado de S. Paulo*, e em seu livro *A Educação Nacional,* de 1924. O olhar atento a essas duas fontes permitiram a Alexandre Simão descortinar aspectos que envolvem as estratégias articuladas pelo intelectual para acessar os debates e os locais frequentados pelos educadores do período, com destaque para a *Liga Nacionalista de São Paulo* e os eventos da *Associação Brasileira de Educação*. Na trilha dessa investigação, são levantadas e respondidas questões centrais: qual a relação entre as associações cívicas e profissionais na configuração do campo educacional? Como ocorreu a aproximação entre o articulista e as figuras de destaque no cenário educacional paulista? Suas ideias e propostas estavam alinhadas aos discursos dos agentes do campo? Quais competências o articulista atribuiu às escolas, aos intelectuais e ao Estado no que se refere às políticas de instrução pública?

Nesse percurso, o autor contribui para o debate acerca da configuração das identidades profissionais no campo educacional paulista durante a Primeira República (1889 -1930). Ao reforçar a importância da imprensa periódica como fonte de pesquisa, o livro também traz à tona relevantes temáticas que podem fomentar estudos posteriores sobre os intelectuais na área da História da Educação do Brasil.

ISBN 978-658654681-1